

Mieceslau Kudlavicz

**DINÂMICA AGRÁRIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO
CELULOSE/PAPEL NA MICRORREGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação – Mestrado em
Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração
Análise Geoambiental e Produção do Território,
como exigência final para obtenção do Título de
Mestre em Geografia, sob orientação do(a)
Prof^(a) Dr^(a) Rosemeire Aparecida de Almeida.

**Três Lagoas-MS
2011**

**DINÂMICA AGRÁRIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO
CELULOSE/PAPEL NA MICRORREGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS**

Banca Examinadora

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida

Examinador 1 - Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior

Examinador 2 - Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves

Três Lagoas-MS, 25 de março de 2011

Dedico este trabalho aos homens e mulheres do campo, que resistem e insistem na luta a fim de conquistar a terra e nela permanecer, produzindo alimentos para assegurar fartura na mesa do povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família (Belkiss, Tiago e Sara) que apoiou a decisão de fazer o mestrado, apesar de no dia a dia não entender bem o porquê de tanta leitura e de tantas horas sentado em frente ao computador lendo e escrevendo;

Aos meus professores de graduação e da pós-graduação;

Aos meus colegas da graduação;

De modo especial, à amiga Ju, ao amigo Luciano (Dente como o chamamos carinhosamente) e Karina, que já são praticamente da família. A Ju, sempre prestativa, em colocar nas normas meus trabalhos de graduação e até na pós-graduação. O Luciano, com muita dedicação e paciência, construiu os mapas que utilizo na dissertação;

Ao Eduardo e Ivan, agradáveis companhias nas nossas saídas de campo. Oh, quantas boas lembranças do Mutum, do São Tomé...

Colegas do mestrado, Rodrigo (grande batalhador), Laís, Eduardo (o anarquista), o Fábio (o mineirinho), Edson, Valter, Felipe, Cesar e Hermiliano;

Meus colegas e minhas colegas do valioso Grupo de Estudos Agrários: Mariele, Mariana, Val, Rosangela, Eduardo (Xuxu), Silas, Claudia, Dori, Tiago;

Ao Simão Camacho, o homem das leituras, que contribui com seus constantes questionamentos;

Aos companheiros Shesman, professores Belon, Vitor e Hajime, que participam da organização e realização de seminários, plebiscitos e atividades contra a ALCA e os monocultivos, em favor da reforma agrária, pelo limite máximo da propriedade e tantos outros;

À professora Celma, com quem tive a oportunidade de realizar trabalhos prazerosos como, por exemplo, a Cartilha sobre os Pescadores do Jupia;

Professores membros das bancas pelas quais passei;

À professora Rosemeire, minha orientadora, que sempre foi super atenciosa, mas exigente nas correções dos artigos e do trabalho de dissertação. Como poucos, é uma professora comprometida com a luta dos sem-terra e a reforma agrária. Não tem medo de colocar a “cara prá bater” para defender os camponeses e as camponesas. Devo-lhe, em grande parte, a motivação para chegar à academia e caminhar até aqui.

E agradeço a CAPES, pela bolsa que possibilitou a realização do meu mestrado.

Resumo

Definimos como objetivo da pesquisa, analisar a dinâmica agrária na Microrregião de Três Lagoas na última década. Consequentemente, também são alvos de estudo, as transformações territoriais a partir da implantação do monocultivo do eucalipto nessa Microrregião, cujo processo está aliado à construção na atualidade da maior fábrica de celulose e papel do mundo, fruto da parceria entre IP/VCP (International Paper e Votorantin Celulose e Papel) com um investimento de aproximadamente Três bilhões de reais.

Aliado a essa investigação dos fatos no tempo presente, buscamos entender como ocorre à reorganização da posse e do uso do espaço agrário na Microrregião de Três Lagoas, tendo como base os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 e de 2006. Pesquisa esta alinhavada com as entrevistas com camponeses, funcionários e ex-funcionários das empresas de celulose e papel, participação em seminários promovidos pelo setor de celulose - e por entidades que se opõem aos monocultivos de árvores. Além de conversas informais com os proprietários de terras da Microrregião de Três Lagoas e com representantes de comunidades impactadas da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Este caminho investigativo pretendeu apreender a complexidade da aliança entre o capital industrial nacional/internacional e o capital agrário local, bem como o papel do poder público por meio dos incentivos fiscais e facilidades creditícias. Nesse sentido, fundamental se fez analisar como o favorecimento econômico oferecido pelo Estado por meio dos incentivos fiscais reforçou as relações de troca de favores entre o público e o privado, à semelhança do que Martins afirma ao estudar a formação do Estado brasileiro: “as trocas de honrarias, como títulos e privilégios, no fim resultavam em poder político e, consequentemente, em poder econômico” (MARTINS, 1994, p.23).

A pesquisa que realizamos no intuito de compreender a dinâmica no uso e ocupação da terra na Microrregião de Três Lagoas, bem como seus desdobramentos, aponta para algumas certezas e também para questões polêmicas, pois, que, a verdade é uma construção histórica e em torno dela há disputas de concepções de mundo e projetos de sociedade.

Palavras-Chave: Uso e Ocupação da Terra; Complexo Celulose/Papel; Impactos.

Abstract

This paper aims to provide analysis of the agricultural dynamics in the microregion of Três Lagoas in the last decades. As a consequence, territorial transformations derived from the eucalyptus monoculture in this microregion are also studied. Such processes are allied to the current building of the biggest cellulose manufacturing plant in the world, which is product of the International Paper (IP)/Votorantim Celulose e Papel (VCP) partnership, with a three-billion *reais* (Brazilian currency) estimated investment.

Besides investigating the facts taking place presently, this study searches the process of reorganization of the possession and use of the agricultural space in the microregion of Três Lagoas, having as a basis the data collected by the 1995/96 and 2006 IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) Agriculture and Farming Census. Such research contains interviews with peasants, employees and former employees of cellulose and paper companies and data collected at seminars promoted by the cellulose sector – and entities against monoculture of trees. Informal conversations with Três Lagoas microregion landowners and representatives of impacted communities in the states of Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais and Rio Grande do Sul were also a source of important information to this research.

Understanding the complexity of the alliance between the national and international industrial capital and that of the local agriculture is the focus of this study, which has also analyzed the influence of the government which provides tax incentive and credit facility. In this sense, it was essential to study how economic encouragement offered by the State reinforced the practice of bargaining between government-owned enterprises and private companies, as Martins affirmed when studying the formation of Brazil: “bargaining titles and privileges resulted in politic power and, consequently, economic power” (MARTINS, 1994, p.23).

This research, which intended to understand the dynamics of land use and occupation in the Microregion of Três Lagoas, and its consequences, points to some certainties and polemic questions, too, since there are different perceptions of the world and projects pertaining the organization of the society involved.

Key words: Land use and occupation; Cellulose/paper complex; Impacts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 I – DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E O DEBATE DO FIM DO CAMPESINATO	26
1.1 - Os conceitos de Monopolização e Territorialização do capital no campo	37
 II - O PAPEL DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO	42
2.1 - Polocentro e políticas territoriais	42
2.2 - Três Lagoas: a Microrregião do eucalipto e da pecuária	51
2.3 - O papel do Estado e das Instituições de Pesquisa no contexto da Revolução Verde e da transferência de tecnologia	56
2.3.1 - O Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social (BNDES): financiador e parceiro do agronegócio	60
2.3.2 - A flexibilização da Legislação Ambiental	70
 III – O EMBATE ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A AGRICULTURA CAPITALISTA.....	75
3.1 - Estrutura fundiária e uso da terra	79
3.2 - Produção e geração de emprego e renda	88
3.3 - Produção e qualidade de vida	103
 IV – AS INDÚSTRIAS DE CELULOSE E PAPEL E OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE	107
4.1 - O processo de expansão do complexo celulose/papel via consumismo	107
4.2 - A expansão do complexo celulose/papel no Brasil e a conflitualidade vigiada	113
 V – IDEOLOGIA DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO: NOVA ROUPAGEM PARA A VELHA GARRAFA.....	123
5.1 - O discurso da empresa FIBRIA em relação ao Meio Ambiente	124

5.1.1 - Os Vagões Verdes da FIBRIA e a transferência do passivo ambiental para a sociedade	127
--	-----

5.2 - Progresso e Desenvolvimento na Microrregião de Três Lagoas: o outro lado da moeda	130
---	-----

VI - OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO NO CAMPO E NA CIDADE	138
--	------------

6.1 - Eliminação do emprego no campo e desagregação de comunidades rurais	138
---	-----

6.2 - O desequilíbrio ambiental e a perda de biodiversidade local e regional	149
--	-----

6.3- Mudanças no ambiente urbano de Três Lagoas	156
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
---	------------

Lista de siglas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social

GPIs - Grandes Projetos de Investimentos

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

VCP – Votorantin Celulose e Papel

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CAND - Colônia Agrícola Federal de Dourados

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro Oeste

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

FCO - Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste

IMASUL - Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

IP - Internacional Paper

IP/VCP - Internacional Paper e Votorantim Celulose e Papel

FNP – FNP - Consultoria & AgroInformativos

WRM - Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales

CPT - Comissão Pastoral da Terra

STCP - Engenharia de projeto LTDA

CODESUL – Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul

BRACELPA - Associação Brasileira de Papel e Celulose

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural,

I PNPC - Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas

TIMOs – *Timberland Investment Management Organizations*

CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

REFLORE/MS – Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas

APP - Área de Preservação Permanente

FASE-ES - Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social/Equipe Espírito Santo

ECAs – Agências de Crédito de Exportação

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

CEPEDES - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

PEF/MS – Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul

PPM - Pesquisa Pecuária Municipal.

PBA – Programa Básico de Educação Ambiental

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

RPO - Rede de Percepção de Odor

Lista de tabelas

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total – série histórica (1975 a 2006) – Mato Grosso do Sul	37
Tabela 2: Imóveis e Área Improdutiva - MS - INCRA/2003	41
Tabela 3: Área Devoluta em Mato Grosso Do Sul - INCRA/2003.....	41
Tabela 4: Plantios de Eucalipto em hectares no eixo Campo Grande Três Lagoas nos anos de 1972-1983.....	47
Tabela 5: Perfil da Evolução dos plantios de eucalipto e <i>pinus</i> no Mato Grosso do Sul	48
Tabela 6: Utilização das Terras (ha) com lavouras temporárias na Microrregião de Três Lagoas	52
Tabela 7: Área Colhida (ha) com principais produtos da lavoura temporária na Microrregião de Três Lagoas ano de 1985 e 1995/96	52
Tabela 8: Efetivo de Animais município de Água Clara	53
Tabela 9: Efetivo de Animais do município de Brasilândia	54
Tabela 10: Efetivo de Animais do município de Santa Rita do Pardo	54
Tabela 11: Efetivo de Animais do município de Ribas do Rio Pardo	54
Tabela 12: Efetivo dos Animais do município de Três Lagoas	55
Tabela 13: Número de Tratores nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Três Lagoas	55
Tabela 14: Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Três Lagoas	56
Tabela 15: Principais Países Produtores de Celulose de Mercado de Eucalipto (em milhões de toneladas).....	63
Tabela 16: Principais Países Exportadores de Celulose de Mercado de Eucalipto em milhões de toneladas	64
Tabela 17: Celulose de Mercado de Eucalipto: Capacidade dos Principais Produtores (em mil toneladas) – 1999	64
Tabela 18: Previsão de Investimentos (em US\$ milhões) para o setor da Indústria de Celulose e Papel - 1998/2005.....	65
Tabela 19: Crescimento da Produção de Celulose no Brasil nos últimos 20 anos	65

Tabela 20: Investimentos para Papel e celulose (em R\$ milhões) no governo Lula	67
Tabela 21: Empresas Beneficiadas pelo BNDES (em R\$ milhões) no governo Lula	68
Tabela 22: Financiamentos do BNDES para a agroindústria canavieira no MS	69
Tabela 23: Projetos de Assentamentos na Microrregião de Três Lagoas/MS	76
Tabela 24: Distribuição da População no MS – 2007	79
Tabela 25: Distribuição da População na Microrregião de Três Lagoas 2007.....	79
Tabela 26: Estrutura Fundiária - MS – 1995/96 e 2006	81
Tabela 27: Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total- série histórica (1975/2006) – Mato Grosso do Sul	81
Tabela 28: Estrutura Fundiária da Microrregião de Três Lagoas	83
Tabela 29: Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul em 1995/96	84
Tabela 30: Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul em 2006	85
Tabela 31: Quantidade Produzida na Silvicultura por tipo de produto da silvicultura no Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Três Lagoas.	86
Tabela 32: Utilização das Terras com Pastagens no Mato Grosso do Sul segundo classes de área – 1995/95 e 2006.....	87
Tabela 33: Trabalho Escravo no Mato Grosso do Sul	88
Tabela 34: Área Colhida (ha) da Lavoura Temporária no MS em 1995/96	89
Tabela 35: Área (ha) Colhida da Lavoura Temporária no Mato Grosso do Sul em 2006	89
Tabela 36: Produtividade (t/h/a) das Lavouras Temporárias no Mato Grosso do Sul segundo os dados dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006	90
Tabela 37: Área Colhida (ha) dos Produtos da Lavoura Permanente no MS em 1995/96.....	90
Tabela 38: Área Colhida (ha) dos Produtos da Lavoura Permanente no MS em 2006	91
Tabela 39: Valor dos Financiamentos em Mato Grosso do Sul em 2006	91
Tabela 40: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho em Mato grosso do Sul em 1995/96.....	92
Tabela 41: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho em Mato grosso do Sul em 2006.....	92
Tabela 42: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho na Microrregião de Três Lagoas em 1995/96.....	93
Tabela 43: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho na Microrregião de Três Lagoas em 2006	93
Tabela 44: Efetivo de Animais no Município de Três Lagoas em 1995 e 2006	94

Tabela 45: Rebanho Bovino no Município de Três lagoas	94
Tabela 46: Quantidade Produzida de Leite no Mato Grosso do Sul – Censo 1995/96 e 2006	95
Tabela 47: Quantidade Produzida de Leite na Microrregião de Três Lagoas	96
Tabela 48: Quantidade de Leite Produzida no Município de Três Lagoas – 1995 e 2006.....	97
Tabela 49: Número e Área dos estabelecimentos agropecuários do município de Três lagoas - 2006	97
Tabela 50 - Pessoal Ocupado no Mato Grosso do Sul	98
Tabela 51: Pessoal Ocupado na Microrregião de Três Lagoas	99
Tabela 52: Número de Pessoal Ocupado por hectare em estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Três Lagoas	99
Tabela 53: Valor da Produção Agropecuária (em mil R\$) no Mato Grosso do Sul e Microrregião 2006	99
Tabela 54: Valor da Produção (em mil R\$) Agropecuária de Mato Grosso do Sul e da Microrregião de Três Lagoas no ano de 2006	100
Tabela 55: Valor da Produção (em mil R\$) Agropecuária da Microrregião de Três Lagoas em 1995/96 e 2006	100
Tabela 56: Valor total da Produção Agropecuária no município de Três Lagoas em 2006.....	101
Tabela 57: Valor dos Financiamentos obtidos (mil reais) na Microrregião de Três Lagoas em 2006	101
Tabela 58: Área Colhida dos principais produtos da lavoura temporária na Microrregião de Três Lagoas em 2006	102
Tabela 59: Percentagem (%) das Famílias que afirmam que as condições de vida melhoraram no assentamento.....	105
Tabela 60: Consumos de Papel no Mundo	108
Tabela 61: Consumos de Papel e a Taxa de alfabetização.....	110
Tabela 62: Consumo Aparente de Papel no Brasil em 2008	110
Tabela 63: Evolução da Produção de Celulose no Brasil.....	112
Tabela 64: Evolução da Exportação da Celulose no Brasil.....	112
Tabela 65: Áreas (ha) com Plantios de <i>pinus</i> e eucalipto no Brasil e no MS.....	112
Tabela 66: Maiores Produtores (toneladas) de fibras longas, curtas e pastas de alto rendimento	113

Tabela 67: Produção Brasileira de Celulose e Papel em milhões de toneladas	113
Tabela 68: Expansão da Área (ha) Plantada com eucalipto e <i>pinus</i> no Brasil – 2005 a 2009	114
Tabela 69: Expansão da Área (ha) Plantada com eucalipto e <i>pinus</i> no Mato Grosso do Sul – 2005 a 2009	114
Tabela 70: Produtividade (média m ³ /ha/ano) da madeira para celulose no Brasil	114
Tabela 71: Rendimento (m ³ /ha/ano) de Espécies de planta para produção de Celulose Fibra Curta.....	115
Tabela 72: Dados sobre a Indústria IP/FIBRIA em Três Lagoas, MS	134
Tabela 73: Números da Criminalidade em Três Lagoas	160

Lista de mapas

Mapa 1 – Mapa de Localização da Microrregião de Três Lagoas – MS	45
Mapa 2: Distribuição dos plantios de eucalipto na Microrregião de Três Lagoas	50
Mapa 3: Mapa dos Municípios da Microrregião de Três Lagoas – MS	78
Mapa 4: Conflitos sócio-ambientais em relação ao plantio de árvores – Brasil	117
Mapa 5: Localização da Região para implantação do PEF/MS	124

Lista de fotos

Foto 1: Planta de eucalipto com 10 meses de idade	116
Foto 2: Vagões da FIBRIA para transporte da Celulose	128
Foto 3: Faixa com anúncio de contratação de mão de obra	130
Foto 4: Desaparecimento de comunidades rurais	142
Foto 5: Placa da CORUS Agroflorestal dentro da Comunidade de Garcias.....	143
Foto 6: Cachoeira da comunidade de Garcias cercada com plantios de eucalipto	144
Foto 7: Paisagem com plantios de eucalipto no Horto Rio Verde em Três Lagoas	149
Foto 8: Ataque dos papagaios a uma plantação de milho	151
Foto 9: Desaparecimento de nascentes no Horto do Rio Verde	153
Foto 10: Desmatamento em Selvíria/MS ao lado do Projeto de Assentamento Alecrim	154
Foto 11: Assentamento Alecrim cercado com plantios de eucalipto	156
Foto 12: Residência construída pela FIBRIA para seus funcionários em Três Lagoas	163
Foto 13: Vila residencial dos funcionários da FIBRIA Três Lagoas	163

Lista de gráficos

Gráfico 1: Aprovações do BNDES para o setor de celulose e papel – 1997-2001.....	61
Gráfico 2: Evolução da produção de celulose de fibra longa e de fibra curta	62
Gráfico 3: Utilização das terras na Microrregião de Três Lagoas em 2006	103
Gráfico 4: Consumos de papel	111

Epígrafe

“Ora, a ‘objetividade’ não existe. O que existe é uma ‘objetivação’, uma ‘objetividade aproximada’ ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse” (JAPIASSU, 1976, p. 43).

INTRODUÇÃO

“[...] Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social” (OLIVEIRA, 1999, p.64).

Inicio este trabalho citando Japiassu (1976) por acreditar que não há neutralidade científica, pois a realidade é histórica e está em permanente movimento. Ela é fruto de uma atividade transformadora dos seres humanos e, portanto, não há uma verdade absoluta, pois toda verdade científica é construída pelo processo reflexivo dos homens a partir dos fatos históricos. Por meio da elaboração de conceitos os cientistas buscam a aproximação da verdade que é dinâmica e sofre constantes transformações.

Toda investigação científica busca se embasar num método que é a forma organizada de ler e interpretar o mundo para além da descrição de determinada realidade ou fenômeno. As formas organizadas do conhecimento são as teorias elaboradas a partir de um determinado pensamento filosófico que se propõe a conceber o mundo e o homem e de responder a perguntas que sempre inquietaram e inquietam as mentes: Por quê? Como? Para que? Em suma, é um conjunto de métodos, regras, normas, que vão dar uma interpretação aos fenômenos que ocorrem no mundo real.

O método dialético criado por Hegel com acento nas idéias como criadoras da realidade é reformulado por Marx e Engels que, ao contrário, de Hegel, fazem a defesa da matéria como formadora das idéias e da consciência. O centro do método passa a ser a matéria que é ativa e transformadora, logo histórica e em constante transformação. Por isso conhecido como materialismo histórico dialético.

Nesse debate do materialismo histórico dialético nos interessa em particular a relação do sujeito com o objeto, uma vez que a entendemos como uma relação em constante tensão e conflito. Neste sentido, o sujeito e o objeto não são neutros. Interação entre si e, ao mesmo tempo, em que o sujeito age sobre o objeto, este produz mudanças no sujeito expressando a inversão de poder. Podemos afirmar que há uma cumplicidade mútua.

Isto ocorre porque a concepção dialética entende a realidade como uma totalidade. Um todo que é integrado por partes, no entanto estas não podem ser entendidas fora do todo. Significa dizer que o social, o econômico, o político, o cultural, o local, o

individual, o nacional, o internacional, não podem ser entendidos isoladamente senão em relação aos demais.

O fato das partes se relacionarem entre si nos permite entender a realidade em constante movimento. Portanto, o real não é estático, uniforme, mas repleto de contradições que vivem em contínua tensão e geram mudanças.

O caráter histórico da realidade é fruto da atividade transformadora dos seres humanos. Ou seja, a natureza de hoje não é a mesma de há cinco, dez ou cinquenta anos atrás. É uma natureza modificada pelos fenômenos naturais e pela ação do homem na busca de se relacionar com a mesma para produzir e reproduzir-se. Esta relação, no caso da sociedade capitalista, é centrada no consumismo competitivo que vê a natureza como um recurso a ser explorado e transformado em mercadoria para extração da mais valia. Assim, o sistema capitalista vive de contradições: ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento das forças produtivas gera uma enorme gama de exclusões.

É, pois, essa realidade contraditória que atravessa nossas vidas e impõem uma trajetória construída/forjada no processo de lutas sociais da qual participamos com maior ou menor envolvimento pessoal. Como parte do movimento da realidade, somos continuamente desafiados a caminhar na busca de respostas às contradições. Um desses desafios que se apresentou foi o retorno aos bancos da sala de aula, depois de um período de 30 anos afastado do cotidiano escolar.

Mas como voltar à escola se por tantos anos estive envolvido como agente de pastoral nas lutas dos diferentes movimentos sociais de luta pela terra que exigem outra dinâmica de prática diária?

Precisei inicialmente fazer uma desconstrução de algumas idéias/convicções trazidas do período de jovem estudante de teologia e seguidor do movimento da teologia da libertação. Na época havia me convencido de que diploma não servia em nada para a luta de transformação social. O que realmente importava era a militância, o trabalho de formação/conscientização junto aos marginalizados da sociedade, de modo particular junto aos homens e mulheres do campo. Para tanto era necessário estar o mais próximo possível do povo para conhecer de perto o seu sofrimento, suas lutas, seus sonhos e seus problemas. Era necessário engajar-se na luta social (“encarnar-se” nesta realidade) para, a partir daí, iniciar o processo de mudança da realidade social com a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras exploradas (os) pelo sistema capitalista.

Essas idéias marcaram a minha trajetória de vida durante todos estes anos e estava muito presente a concepção de que a academia mais atrapalha do que ajuda na luta dos

trabalhadores – hoje entendo que esta distorção pode até ocorrer na medida em que se assume a academia como a única detentora do saber e os “de fora” sejam obrigados aprender com ela. Enfim, confesso que entrei na academia com o receio de ser por ela absorvido e me afastar da atividade de militância social.

Mas a realidade social e o tempo da história nos amadurecem, nos ensinam e também nos apresentam desafios que precisam ser enfrentados com serenidade. E o retorno à escola se apresentou como um desses desafios no sentido de buscar na ciência um conhecimento maior da realidade cada vez mais complexificada nesse século XXI, principalmente pelos avanços do conhecimento científico, das recentes tecnologias e da nova configuração da divisão do trabalho comanda pelo modo de produção capitalista mundializado.

Percebi a necessidade de entender com mais profundidade as rápidas mudanças que estão sendo produzidas no campo brasileiro, em grande parte pelo processo de mundialização do modo de produção capitalista e, assim, poder contribuir de forma mais qualificada na luta dos camponeses pela terra, como agente da Comissão Pastoral da Terra.

Desde o início evidenciei aos professores e para meus colegas de sala de aula que a intenção primeira em ingressar no curso de licenciatura em Geografia não estava relacionada com a obtenção de mais um diploma. Claro, o diploma permite lecionar depois de formado, mas o objetivo principal era adquirir conhecimento que, posteriormente, pudesse contribuir de forma mais qualificada no serviço de assessoria e de apoio às lutas dos movimentos sociais do campo, enquanto agente da Comissão Pastoral da Terra.

Assim enfrentei o vestibular e ingressei no curso de licenciatura em Geografia acompanhado de dúvidas: será que vou ter estrutura emocional e psicológica para suportar diariamente as carteiras escolares durante quatro anos? Será que não serei absorvido pelo ritmo da academia o que poderá me afastar da militância social?

Aos poucos fui tomando gosto pelas aulas e percebendo que a Geografia, e de modo particular a Geografia Agrária, contribuía e muito, teoricamente para a explicação da complexa realidade atual do campo brasileiro. É óbvio que para isso contribuíram os professores que pesquisam essa área da geografia, bem como as discussões realizadas com acadêmicos defensores do pensamento de que muitos dos problemas brasileiros podem ser minimizados a partir da resolução da questão agrária, por meio da desconcentração fundiária e a democratização do acesso à terra aos milhões de trabalhadores Sem Terra. E assim conclui o curso de Geografia com a convicção de que havia tomado a decisão acertada em voltar à escola, a mesma certeza se aplicando na escolha do curso.

No quarto ano de geografia foi confirmado que o Campus de Três Lagoas teve aprovado o programa de pós-graduação, em nível de mestrado. Novamente não estava nos planos imediatos enfrentar esse desafio, mas incentivado por amigos, professores e familiares, aceitei. Precisava agora definir qual seria o objeto da pesquisa e esta decisão foi mais fácil, apesar do tema em questão - o complexo celulose/papel¹, não ter sido objeto maior de investigação durante a graduação.

A escolha do tema foi consequência principalmente da nova configuração territorial representada pelo acordo entre as indústrias de celulose e papel da International Paper (IP) e da Votorantin Celulose e Papel (atual FIBRIA)², provocando modificações profundas quanto ao uso e ocupação das terras na Microrregião de Três Lagoas.

Como agente da Comissão Pastoral da Terra acompanhei durante vários anos a luta dos camponeses nessa região, já detendo algum conhecimento empírico dos processos que se davam nessa realidade. Entendi que se apresentava a oportunidade para me debruçar na investigação mais apurada das mudanças que ocorreram nas últimas décadas, tendo em perspectiva que atualmente se desenha um processo novo e mais acelerado de desenvolvimento do capital.

Entendemos que era preciso pesquisar o que a nova dinâmica agrária, representada pela instalação dessas duas gigantes mundiais do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas, colocava para o futuro da luta dos camponeses. E, assim, a partir destes desafios, formulei o primeiro título da pesquisa de mestrado, a saber: Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na última década censitária: o caso da Microrregião de Três Lagoas/MS.

Definimos como objetivo da pesquisa analisar a dinâmica agrária na Microrregião de Três Lagoas na última década e, conseqüentemente, as transformações territoriais a partir da implantação do monocultivo do eucalipto na Microrregião, cujo processo está aliado à construção na atualidade da maior fábrica de celulose e papel do mundo, fruto da parceria entre IP/VCP (International Paper e Votorantin Celulose e Papel) com um investimento de aproximadamente R\$3 bilhões.

Aliado a investigação dos fatos no tempo presente buscamos investigar como ocorre a reorganização da posse e do uso do espaço agrário na Microrregião de Três Lagoas

¹ Utilizando a terminologia empregada por ALMEIDA (2010, p. 1) para se referir a aliança no setor florestal entre o capital industrial e financeiro com os proprietários de terra, situação que complexifica ainda mais o pacto de classes.

² O lançamento da pedra fundamental para o início das obras se deu em dezembro de 2006. Fonte: Site: www.vcp.com.br.

tendo como base os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 e de 2006. Pesquisa esta alinhavada com as entrevistas com camponeses, funcionários e ex-funcionários das empresas de celulose e papel, participação em seminários promovidos pelo setor de celulose - e por entidades que se opõem aos monocultivos de árvores. Além de conversas informais com os proprietários de terras da Microrregião de Três Lagoas e com representantes de comunidades impactadas da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Enfim, pude estar em contato com diversos setores da sociedade envolvidos com o setor florestal e com o setor industrial de celulose e papel. Sejam as comunidades que sofrem as conseqüências deste processo ou os que promovem o seu desenvolvimento, ou seja, as indústrias do setor e o Estado com políticas públicas direcionadas à dinamização deste setor da economia brasileira.

Este caminho investigativo pretendeu apreender a complexidade da aliança entre o capital industrial nacional/internacional e o capital agrário local, bem como o papel do poder público por meio dos incentivos fiscais e facilidades creditícias. Neste sentido, fundamental se fez analisar como o favorecimento econômico oferecido pelo Estado através dos incentivos fiscais reforçou as relações de troca de favores entre o público e o privado, à semelhança do que Martins afirma ao estudar a formação do Estado brasileiro: “as trocas de honrarias, como títulos e privilégios, no fim resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico” (MARTINS, 1994, p.23).

Dentre estas políticas territoriais, mereceu destaque a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 quando são formuladas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (COSTA, 1988). E, mais recentemente, na década 1990, aprofunda-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Estes programas ofereceram incentivos governamentais (leia-se isenções fiscais e facilidades creditícias) a grandes projetos empresariais de lavouras mecanizadas para a produção de grãos e de formação de pastagens, promovendo um tipo de desenvolvimento que ficou conhecido como “Binômio Boi-Soja”, favorecendo enormemente os grandes proprietários de terra como mostram as pesquisas de MIZUSAKI (2005). Segundo a referida autora, a “aliança entre o Estado, o capital e a propriedade fundiária” altera a base do processo produtivo do campo, agora sob o comando do capital industrial e financeiro (MIZUSAKI, 2005, p. 83).

É, portanto, dentro desta dinâmica territorial de funções definidas e redefinidas de acordo com as necessidades de acumulação do capital que chamamos atenção para a Microrregião de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul. Nesta região, ao contrário da Grande Dourados, as políticas públicas da década de 1970 se voltaram para o incentivo da grande propriedade produtora de eucalipto visando abastecer as usinas siderúrgicas instaladas na região sudeste do Brasil. Paralelamente a este processo, e apesar de não contar com uma política exclusiva de incentivo governamental, uma parte considerável das terras desta Microrregião do Estado, compreendida entre os municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Brasilândia, consolidaram a opção pela pecuária extensiva combinada com o monocultivo do eucalipto nas décadas de 1970 e 1980. Estas reflexões basicamente estão presentes nos Capítulos I e II.

Após uma abordagem rápida das principais políticas adotadas durante o governo militar objetivando modernizar o campo brasileiro com vistas ao aumento da produção agropecuária para a exportação, no Capítulo III são discutidas as transformações que se processam em relação ao uso e ocupação das terras na Microrregião de Três Lagoas a partir da análise dos dados censitários do IBGE. Tendo como base estes dados analisa-se as contradições que se dão na relação terra-capital presente nas formas de uso e ocupação do solo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Microrregião. A premissa é de que essas contradições se aprofundam na medida em que o processo do capitalismo monopolista avança no campo territorializando-se, conflituando a disputa pelo território entre o agronegócio e a agricultura camponesa. É neste território monocultor e de terras concentradas da Microrregião de Três Lagoas que se realiza também, contraditoriamente, a reprodução camponesa nas lutas para ocupar e reconquistar frações desse território capitalista.

No Capítulo IV o foco são os processos de expansão do monocultivo de eucalipto no Brasil e das indústrias de celulose e papel. Nele procura-se explicar quais são as lógicas que comandam esse processo acelerado de crescimento no Brasil. O ponto de partida da análise é o elevado consumo de papel nos países considerados industrializados, sendo esse o principal fomentador dos plantios de eucalipto no Brasil. Por outro lado, ao mesmo tempo em que avançam as plantações de eucalipto aumenta o número de conflitos e o número de pessoas envolvidas nesse processo.

No Capítulo V nossa preocupação se volta para o Estado de Mato Grosso do Sul buscando analisar quais são os principais atores envolvidos na determinação da função de “vocação florestal” que assume a Microrregião de Três Lagoas. No entender destes atores “vocação florestal” é a expansão de plantações homogêneas de árvores fundamentalmente

voltadas para o cultivo de eucalipto para a produção de celulose/papel e carvão. Para se entender o processo é analisado o discurso das empresas do setor florestal, em específico celulose e papel em relação ao meio ambiente e o modelo de desenvolvimento projetado para a Microrregião.

O Capítulo VI certamente é o mais conflitivo porque contém a análise sobre os impactos do “Deserto Verde” no campo e na cidade onde se prioriza a percepção dos que estão diretamente envolvidos, no caso, os camponeses, comunidades rurais, assentados, e trabalhadores assalariados das indústrias e do campo. Conflitivo porque há divergências entre estudiosos e pesquisadores do tema, a começar pela definição do que são florestas plantadas e a questão da biodiversidade. Logo, as posições em torno do assunto são divergentes: há aqueles que vêem na implantação das indústrias de celulose e papel mais benefícios do que impactos negativos, defendendo que esses poucos impactos negativos é o preço necessário para se atingir o progresso. Porém, há outros que lutam pela construção de outro mundo possível, com menor consumismo e com maior respeito pela natureza.

De forma sucinta, podemos afirmar que a Microrregião de Três Lagoas acabou se caracterizando inicialmente como sendo aquela cuja “vocação” estava voltada para a produção de gado de corte em grandes latifúndios, devido aos solos da região serem considerados de baixa fertilidade. Com a introdução do capim brachiaria nos anos de 1980, mais resistente a climas secos e se desenvolvendo em solos de menor fertilidade, a região ganha um novo impulso na produção pecuária e na valorização de suas terras.

Esta realidade começa a sofrer alterações mais profundas, quanto ao uso e ocupação de suas terras, com a vinda para Três Lagoas, em 1988, da empresa Chamflora Três Lagoas Agroflorestal, subsidiária da Internacional Paper. A referida empresa objetivava plantar eucalipto para a produção de celulose e papel tendo em vista a implantação da indústria no prazo de cinco anos. Porém, o processo para a construção da indústria de celulose/papel se prolongou por 18 anos até a oficialização da troca de ativos entre a Internacional Paper/IP e a Votorantim Papel e Celulose/VCP, concluída em fevereiro de 2007.

1 – DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E O DEBATE DO FIM DO CAMPESINATO

Neste texto pretendemos explicitar as bases teóricas para a compreensão dos caminhos da pesquisa sobre a dinâmica e as transformações territoriais relacionadas ao uso e ocupação do solo na Microrregião de Três Lagoas. Para que essa discussão seja feita de forma aprofundada é necessário o entendimento sobre a lógica que move, orienta e estrutura o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro. Situação que aponta para a delimitação das bases teóricas que podem auxiliar na explicitação das principais questões agrárias que ainda hoje desafiam os estudiosos do tema. Sendo assim, objetivamos expor as principais idéias dos autores conhecidos como clássicos na discussão da questão agrária, tanto estrangeiros quanto brasileiros que, a nosso ver, têm contribuição maior e que por isso representam o embasamento teórico metodológico do presente trabalho de pesquisa.

O modo de produção capitalista que se fundamenta na lógica da produção de mercadorias, ou seja, objetos de valor de troca, que precisam circular e serem comercializados exerceu e exerce uma pressão cada vez maior sobre a exploração dos recursos naturais. Recursos estes que para o capital representam reservas de valor.

No Brasil este processo se intensificou, principalmente, a partir da segunda metade do século XX com o avanço do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo. Segundo Oliveira (2003) e Gonçalves (1990 e 2004), é na década de 1960 que a implantação da modernização conservadora no campo se aprofunda, ampliando a (re)produção de capital por meio da extração da renda e do lucro. Este processo acelera a destruição do meio ambiente por meio dos desmatamentos, da exploração dos minérios, do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura e maquinários e, mais recentemente, do uso de sementes geneticamente modificadas sob o discurso do aumento da resistência a determinadas pragas e a determinados herbicidas.

Esta forma de apropriação do território pelo capital tendo em vista o aumento da produtividade e, conseqüentemente, uma maior lucratividade, provoca impactos sócio ambientais extremamente negativos à natureza, além de contribuir para a concentração da terra, criando e/ou acirrando conflitos no campo, como tem sido demonstrado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT nos cadernos de Conflitos no Campo, editados anualmente desde 1986.

Historicamente a apropriação da maior parte do território brasileiro se deu de acordo com os interesses políticos e econômicos de fora. Segundo Bertha Becker (1994), assim foi no início da colonização quando a apropriação do território brasileiro se deu de forma diferenciada no litoral, no sertão e nas minas. No litoral foram sendo criadas as cidades, aglomerados urbanos que mantinham uma relação comercial direta com a metrópole. É também no litoral que se desenvolve a agricultura, especialmente a da cana para a produção açucareira. Inicialmente na Zona da Mata, posteriormente deslocando-se para o recôncavo baiano e, finalmente, para o estado do Rio de Janeiro. O sertão foi sendo ocupado para a produção da pecuária para fornecer a carne, couro e animais para o trabalho na atividade açucareira.

A monocultura da cana, depois do cacau e café, cultivados em grandes extensões de terra e centrados na forma de trabalho escravo, deu o tom do modelo de apropriação do território nos três primeiros séculos. Por isso a produção do território no Brasil, o seu uso e apropriação, não foi resultado de mudanças ambientais e climáticas ocorridas no tempo e no espaço brasileiro. O território brasileiro foi sendo usado e apropriado de acordo com os interesses econômicos, inicialmente, da metrópole e de seus representantes na colônia durante mais de três séculos e, atualmente no início do século XXI, pelos interesses das grandes empresas transnacionais e nacionais.

É esse modelo de desenvolvimento voltado para os interesses do capital internacional e nacional que tem sido um dos maiores responsáveis pelas mudanças ambientais na escala local, regional e nacional. Isso ocorre desde os primórdios da colonização, primeiramente com a extração da madeira (pau brasil), seguida pela monocultura da cana de açúcar, da pecuária, da extração de minérios e do ciclo do café. E a partir das últimas décadas do século XX, com o aprofundamento da internacionalização do capital, se intensificam os monocultivos de soja, cana e eucalipto, com finalidade de exportação.

Atualmente, segundo Oliveira (2009), pouco mais de cinco grandes multinacionais dominam todo o processo de produção e distribuição de grãos e da produção de todos os insumos e maquinários usados na agricultura. Ou seja, elas controlam a produção de grãos e dos agrotóxicos em escala mundial. É esse modelo de desenvolvimento focado no econômico que, na opinião de estudiosos (geógrafos) como Ab'Sáber (2007), Oliveira (2009), Porto Gonçalves (1990 e 2004) - e tantos outros, é o responsável maior pelos graves desequilíbrios ambientais vividos nos dias de hoje, tais como: as grandes enchentes, o aquecimento global, a perda da biodiversidade, a poluição do ar e da água, os processos de desertificação, entre outros.

Hoje o capitalismo monopolista, segundo Oliveira (2007), busca juntar o que separou à época de sua constituição: cidade e campo; rural e urbano. “A industrialização da agricultura, que é uma evidência desse processo, gera a **agroindústria**. É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 32, grifo do autor). Assim, a indústria está presente no campo por meio dos produtos químicos, das sementes transgênicas, dos maquinários de altíssima sofisticação (comandados por computadores), enquanto que os trabalhadores do campo (bóias frias, assalariados) estão morando na cidade e trabalhando no campo. Podemos afirmar que está ocorrendo um movimento contraditório, ou seja, enquanto temos indústrias que estão se estabelecendo no campo como é o caso das usinas de álcool e açúcar e das indústrias de celulose e papel, os trabalhadores do campo (bóias frias e assalariados) estão fixando moradia nas cidades.

Santos (1997) em sua obra “Natureza do Espaço” afirma que a lógica das grandes empresas nacionais e internacionais direciona, de certa forma, a política interna e a política internacional dos países. Assim, como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas, e por isso paga um preço ao tornar-se fragmentado e incoerente, produzindo uma regionalização em que aumentam as desigualdades e diferenças regionais. Por isso, segundo Santos (2007), esse processo de globalização se dá de forma desigual gerando lugares mais globalizados e outros menos globalizados. Há lugares que mandam e há lugares que obedecem. Este processo de globalização, ditado pelo capitalismo monopolista, tende a globalizar e uniformizar consumos de alimentos, vestuário e, inclusive, a cultura.

Diante do que afirmamos até o momento torna-se necessário reiterar a relação dos desastres ambientais com o modo de produção capitalista, porque esse transforma os recursos naturais em objetos de valor de troca, ou seja, em mercadoria.

Gonçalves e Oliveira, citados anteriormente, dedicam grande parte dos seus estudos para analisar como o atual processo de desenvolvimento capitalista no campo vai produzir um modelo de agricultura predador da natureza, altamente concentrador de terra. Um desenvolvimento desigual e combinado, segundo Oliveira, porque privilegia o setor do capital industrial e financeiro em detrimento dos camponeses, e porque busca unir o que separou no início: campo e cidade ou rural e urbano.

O autor em questão entende o desenvolvimento atual do capitalismo monopolista no campo de duas formas: por meio da territorialização do capital monopolista (compra de terras pelos capitalistas industriais e financistas) - no caso a cana de açúcar e

eucalipto, e pela monopolização da terra pelo capital através da extração da renda da terra, de modo particular dos camponeses. Está neste ponto um dos aspectos contraditórios de desenvolvimento do capitalismo no campo: precisar do campesinato para extrair renda e, portanto, estimular a sua reprodução desde que ela se faça no marco da sujeição da renda, como é o caso da integração indústria-camponeses na avicultura, sericicultura, suinocultura, fumicultura etc. Logo, o agronegócio, que é a agricultura transformada em negócio, age de forma produtiva apenas quando o produto possibilita renda alta e lucro, neste caso: cana de açúcar, soja, algodão, milho, laranja e o eucalipto.

Nosso entendimento é de que no Brasil existe uma questão agrária não resolvida. Isto significa dizer que o território brasileiro está atualmente em disputa pelo agronegócio e pelo campesinato, apesar deste último ter tido seu desaparecimento decretado no final do século XIX. Se no tempo de Marx e de Engels (segunda metade do século XIX) a questão agrária era motivo de divergências de interpretação, ainda nos dias atuais persiste a polêmica desafiando os estudiosos do tema. Isso se deve às diferentes formas de manifestação do desenvolvimento capitalista no campo, uma vez que ele não se desenvolve de forma homogênea, linear, mas pelas contradições.

Alimonda (s/d) ao buscar nos estudos de Marx elementos que possam aproximá-lo da Ecologia Política percebe que, nas correspondências trocadas entre Nikolai Danielson e Marx, o jovem Danielson relata a Marx que nos campos da Rússia, da segunda metade do século XIX, o processo de desenvolvimento capitalista não é o mesmo que Marx pesquisa na Alemanha e na Inglaterra. Danielson questiona Marx ao indicar que o desenvolvimento capitalista não se dá de forma linear, revelando que na Rússia o desenvolvimento das forças produtivas está aumentando a miserabilidade da população e provocando um desastre ambiental sem precedentes.

Porém, enquanto Marx estimula Danielson a aprofundar suas pesquisas sobre a questão agrária Russa, Engels (após a morte de Marx) ao dar continuidade às correspondências com Danielson, fecha a questão embasado numa leitura dogmática acerca do desenvolvimento capitalista. Vejamos:

[...] Nada se puede hacer en contra de los hechos económicos. Hoy la regla es la gran explotación rural con maquinaria, que se convierte cada vez más en el único modo posible de explotación agrícola. De tal modo que, en la actualidad, el campesino parece estar condenado a la ruina [...] En lo que se refiere a la tala de bosques, tanto como a la ruina de los campesinos, es una condición esencial de vida de la sociedad burguesa. No hay país civilizado de Europa que no haya experimentado esa situación. (...) Mientras tanto, no nos queda otro remedio que consolarnos con la idea de que todo ha de servir, en

última instancia, a la causa del progreso de la humanidad. (Engels a Danielson, 15 de marzo de 1892 Apud ALIMONDA).

Frente a esta realidade do campo, que é dinâmica e dialética, fica evidente que há posturas políticas que nortearam, tanto no passado como no presente, diferentes produções científicas sobre a questão agrária no capitalismo, seja defendendo o desaparecimento do campesinato (KAUTSKY, 1980) ou afirmando a sua recriação e resistência como classe nesse modo de produção (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 2008).

Shanin (1983), um dos autores que defendem o campesinato enquanto classe, pesquisando os movimentos de diferenciação social das unidades camponesas na Rússia do primeiro quarto do século XIX, afirma, em seu livro “La Classe Incómoda” (1983), que as previsões teóricas hegemônicas não se concretizaram na história rural da Rússia porque:

Los agricultores más ricos y los jornaleros (y/o los campesinos pobres) no actuaron, en conjunto, como facciones independientes. A pesar de la aparente diferenciación y de los procesos de polarización, las aldeas rurales rusas siguieron mostrando una notable cohesión política y unidad de acción (SHANIN, 1983, p. 18).

Segundo Shanin, neste período da história russa os camponeses atuaram como classe, apesar de suas diferenças econômicas e políticas. Isto é, uniram-se em torno do interesse comum que era defender o seu meio principal de produção: a terra. Ainda para o autor, para sabermos se os camponeses são uma classe é preciso fazer sempre a seguinte pergunta: “O que é que eles fazem? Ou seja, não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas” (SHANIN, 2008, p. 36). Porém, independente deste movimento inerente à classe, ele sentencia: “da luta ou não luta o campesinato é um modo de vida” (SHANIN, 2008 p.37).

Shanin ao analisar as unidades camponesas russas do início do século XIX, em seu livro “La Classe Incomoda”, assim as caracterizou:

Las unidades domésticas campesinas forman el núcleo de la sociedad campesina. Su naturaleza parece constituir la característica más significativa del campesinado como fenómeno social específico, siendo a su vez el origen de las características genéricas mostradas por el campesinado de todo el mundo. La unidad campesina se caracteriza por una casi total integración de la vida de la familia y su exploración agrícola. (SHANIN, 1983, p. 54).

Em relação ao campesinato ser também um modo de vida além de uma classe, o autor em questão explica: “ser camponês é saber como combinar muitas ocupações

como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar dos animais, cultivar alimentos, consertar máquinas” (SHANIN, 2008, p. 41). Daí ele ser, ao mesmo tempo, uma classe e um modo de vida.

É em virtude destas contribuições históricas que concordamos com Alimonda (s/d) quando afirma que os novos problemas que a realidade atual do campo nos apresenta não devem servir para abandonarmos a leitura dos clássicos e, sim, “[...] situar adecuadamente la historicidad de esas tradiciones, a partir de considerarlas constituidas por médio de debates plurales. Las obras clásicas no deben se sacralizadas, ni leídas como textos cerrados y consumados” (ALIMONDA, ?, p. 14).

É importante também termos presente que o modo como o capitalismo se desenvolve no campo brasileiro é muito diferente de como se deu nos países europeus estudados, por exemplo, por Lênin, Kautsky e Kropotkin. Esses autores vivenciaram o acelerado avanço do capitalismo industrial no continente europeu que explorou ao extremo a mão de obra nas indústrias e expulsou os camponeses das terras. Há neste momento uma classe operária que se organiza em sindicatos e há uma insatisfação dos camponeses empobrecidos no campo e nas cidades.

Portanto, é nesse contexto que se multiplicam os movimentos revolucionários na Europa e as teorias de Marx são elaboradas para interpretar essa realidade social em movimento. Por sua vez, Kautsky, Lênin e Kropotkin, apoiados em Marx, se propõem a contribuir, por meio de suas elaborações teóricas, com os movimentos revolucionários na direção do socialismo. Esses autores se dedicam a estudar o comportamento do capitalismo nos países mais desenvolvidos e propõem duas estratégias de luta para a classe trabalhadora.

Há os que defendem a linha conhecida como pensamento leninista, ou seja, somente os proletários têm condições políticas de fazer a revolução e os camponeses são apenas aliados estratégicos para a luta. Esses defendem um Estado forte sob a ditadura do proletariado. Para resolver a questão agrária propõem a coletivização das terras e o fim das comunas (MIR).

De outro lado, os seguidores da corrente de pensamento de Kropotkin e demais anarquistas, esses defendem o fim do Estado propondo a idéia de uma sociedade organizada a partir do apoio e ajuda mútua, contribuições desenvolvidas por Kropotkin em obras como: “O Apoio Mútuo” e “A conquista do Pão”. O princípio norteador deste projeto de sociedade está sintetizado na fórmula: **“de cada um, de acordo com as suas**

possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades” (MARCOS, 1996, p. 374 - Grifo da autora).

Podemos resumir dizendo que enquanto Lênin buscou implantar um programa agrário na Rússia pós-revolucionária baseado na coletivização das terras, Kropotkin e seus seguidores propuseram a organização de uma sociedade anarquista-comunista à semelhança das comunas russas.

É importante lembrar que este período da história da classe trabalhadora é marcado pela disputa de duas grandes correntes socialistas: os utópicos (anarquistas) e os autoritários (marxistas-leninistas). As duas correntes propunham estratégias de lutas divergentes tendo em vista a transformação social da realidade. Lênin defende a idéia de que a sociedade está dividida em duas classes fundamentais: os burgueses e os proletários. Logo, são os proletários que têm condições políticas de fazer a revolução. E os camponeses? Resta ser a “classe incomoda” (SHANIN, 1983) porque são proprietários de terra e, ao mesmo tempo, donos da força de trabalho. Seu futuro? A proletarianização fruto do avanço do capitalismo no campo ou o aburguesamento. Consequentemente, podem se aliar à classe burguesa ou então aos operários, seguindo a trajetória prescrita na teoria da diferenciação social de Lenin.

No entanto, a experiência da revolução francesa ainda permanecia inquietando os pensadores marxistas, a exemplo de Lênin que durante a revolução russa sempre procurou uma aliança tática com os camponeses. Rizzi (1985) ao estudar o período da revolução russa, evidenciou o dilema vivenciado pelos revolucionários russos:

O debate sobre a questão agrária na Internacional deve ser colocado neste contexto; ele tornou-se um pólo de convergência de velhos e novos tabus, ou seja, da incapacidade por parte daquela geração de revolucionários de apreender as peculiaridades do “maldito problema” que era o problema camponês. E isto apesar de 1917, que ali estava para demonstrar que o poder do czar fora abatido graças à contribuição determinante das massas rurais. (RIZZI, 1985 p.219, grifo do autor).

Pressionados pela rebeldia dos camponeses que se negaram ou resistiram a entregar os excedentes para o Estado, Lênin e seus partidários foram obrigados a reconhecer a importância da pequena propriedade para manutenção da produção de alimentos. Segundo Rizzi (1985), a presença camponesa incomodava os revolucionários que apostavam na coletivização das terras.

Reafirmar a linha da coletivização e, ao meso tempo, aceitar a manutenção e também a difusão da pequena propriedade ressoava como uma adesão

mais lúcida ao princípio da realidade – mas também como uma contradição de solução difícil. Para Marchlewski e outros dirigentes da Internacional, “o egoísmo animalesco da camada camponesa”, sua rebeldia carente de perspectiva, sua desconfiança e ignorância, obstaculizavam o projeto de transformação socialista no campo (RIZZI, 1985, p.228).

A revolução russa era a grande oportunidade dos teóricos marxistas testarem suas convicções em relação à questão agrária e ao campesinato no processo revolucionário, convicções estas que estavam extremamente assentadas nos estudos de Kautsky sobre a questão agrária. Porém, a referida contradição já se apresentava na obra “A Questão Agrária” (1980) de Kautsky. Nela é possível perceber a contradição entre a realidade e a sua interpretação, pois a obra traz dados estatísticos do campo de 1870-1880 que atestam o não desaparecimento da pequena unidade de produção.

Devemos colhê-los na estatística. Esta mostra que não se verificou o desaparecimento rápido da pequena propriedade agrícola diante da grande – desaparecimento que, a exemplo da Inglaterra, era esperado ou temido no continente, depois que a exploração capitalista em larga escala tomou, pelas alturas de 1850-1860, proporções consideráveis. **Em certos lugares verificou-se mesmo uma tendência à multiplicidade das explorações exíguas pela superfície** (KAUTSKY, 1980, p.152, grifo nosso).

Continuando a análise dos dados estatísticos, Kautsky, ao se deparar com os dados de 1880-1890 nos estados norte-atlânticos, busca desqualificar a resistência e crescimento da pequena propriedade.

Aqui as grandes explorações diminuíram bem mais rapidamente que as pequenas. Estas últimas resistem com maior tenacidade numa situação desvantajosa. Mas não é lícito afirmar-se que haja no caso duma superioridade da pequena exploração. (KAUTSKY, 1980, p. 156).

Todavia, há momentos em que Kautsky se rende face à evidência da realidade que aponta para a complexidade do processo de desenvolvimento capitalista que se verifica no campo russo.

[...] **Da mesma forma, os números que acusam, não uma diminuição, mas antes um aumento, das pequenas explorações agrícolas, não nos permitem um pronunciamento sobre as tendências de desenvolvimento capitalista na agricultura, e nos convidam apenas novas indagações.** Eles nos revelam, antes de mais nada, que esse desenvolvimento não se efetua com simplicidade, como se julgou tantas vezes, que o processo é talvez mais complicado no campo do que na indústria”. (KAUTSKY, 1980, p. 160, grifo nosso).

Enfim, é possível perceber que Kautsky foi menos radical que seus seguidores porque admitiu a resistência da pequena propriedade naquele contexto, apesar de

considerar a continuidade “um absurdo”. Todavia, isso não significa que tenha admitido a reprodução contraditória da classe camponesa, apenas reconheceu sua complexidade e, em vista dela, prorrogou o processo de esfacelamento.

De tudo isto resulta que não devemos pensar esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. [...]

Mas precisamente essas tendências nos revelam que nada é tão absurdo quanto a idéia de que, se a pequena propriedade subsiste, ela o deve ao fato de ser mais produtiva do que a grande. Ela se conserva quando deixa de competir com a larga exploração capitalista, em marcha ao seu lado. Ao invés de vender os produtos que a grande empresa *fornece em excesso*, dela a pequena empresa os compra, muitas vezes. A mercadoria que tem em abundância, ao contrário, é esse meio de produção de que a grande exploração tanto precisa: “*os braços operários*”.

Quando as coisas chegam a tal ponto, a grande e a pequena empresa não se excluem na agricultura: elas se apóiam mutuamente, como o capitalista e os proletários. O pequeno camponês, toma então, cada vez mais, o caráter de proletário. (KAUTSKY, 1980, p 186, grifo do autor).

Em suma, os marxistas, do último quarto do século XIX e primeiro quarto do século XX, buscam explicações para entender uma contradição fundamental no sistema capitalista, qual seja, a permanência dos camponeses no processo de transformação da sociedade rumo ao socialismo. Situação que se colocava como problema uma vez que entendiam que no capitalismo existiam apenas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. O proletariado seria a classe que faria a revolução e os camponeses era o obstáculo no caminho que precisava ser resolvido, pois, no caso da Rússia e de outros países europeus, os camponeses constituíam a maioria da população.

Pensando nas contribuições brasileiras em relação à questão agrária, destacamos o pensamento do sociólogo José de Souza Martins (1981). Este autor diverge do pensamento clássico marxista no tocante a incapacidade política do campesinato. Por exemplo, em sua obra “O Poder do Atraso” (1994), o autor afirma que os camponeses sempre tiveram um papel histórico fundamental nas transformações sociais baseadas na propriedade da terra.

Seria uma imensa bobagem dizer que os camponeses são historicamente conservadores e que não é por meio deles que grandes transformações sociais podem ser alcançadas. A história das lutas camponesas desde o século XVIII, em vários países, *como tendência geral*, sugere que são eles importantes desestabilizadores da ordem social e política tradicional, baseada na propriedade da terra, e seu papel histórico fundamental está em que, justamente por isso, abrem caminho para a ação reformadora ou revolucionária de classes sociais dotadas de projetos históricos mais abrangentes. (MARTINS, 1994, p.77, grifo do autor).

Oliveira (2005), analisando a agricultura no Brasil, afirma por sua vez que existem três correntes principais de interpretação do pensamento marxista sobre o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Segundo este autor, duas destas correntes fazem a leitura equivocada do próprio pensamento de Marx ao afirmarem que no sistema capitalista há apenas duas classes sociais, a dos burgueses e a dos proletários. Esqueceram eles dos proprietários de terra, dentre estes o campesinato.

No sentido de expor este desvio interpretativo dos marxistas, Oliveira retoma uma frase de Marx em “O Capital” em que este evidencia as três classes fundamentais do capitalismo. Vejamos:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, se constituem as três grandes classes da sociedade moderna que se baseia no modo de produção capitalista. (KARL MARX, Apud OLIVEIRA, p. 72, 2005).

Segundo Oliveira, uma destas correntes de pensamento, que pode ser considerada a primeira, turva ainda mais o processo ao defender a tese de que “no Brasil houve feudalismo ou mesmo relações semi feudais de produção” (OLIVEIRA, p. 70, 2005). E, mais, na medida em que o desenvolvimento capitalista penetra no campo, os camponeses são varridos, pois representam “resquícios feudais”. A segunda corrente, também adepta do desaparecimento do campesinato, entende o camponês como resíduo social em vias de diferenciação (agricultor familiar) ou desaparecimento (proletarização) frente ao avanço inexorável do capital.

A reforma agrária para essas correntes é tática no sentido de fazer avançar o desenvolvimento das forças produtivas. No caso da primeira, a Reforma Agrária fará desaparecer os resquícios feudais de produção representados pelas relações sociais de servidão, para a segunda ela representa o estímulo de mercado necessário para superar o atraso econômico camponês.

Não é objetivo aprofundar a discussão destas correntes de pensamento sobre o futuro do campesinato, apenas mencioná-las a fim de nos contrapor evidenciando que nosso entendimento está alinhado com a terceira corrente de pensamento defendida por Oliveira (2005), qual seja: de que o processo de reprodução camponesa continua acontecendo, independentemente do que os teóricos do tema projetam sobre o seu futuro, e, inclusive, contrariando os defensores de seu desaparecimento. Entendemos como Oliveira que “o modo capitalista de produção no campo brasileiro é contraditório e combinado” (OLIVEIRA, p.73,

2005). Isto é, ao mesmo que se desenvolvem relações capitalistas no campo, com o aumento do assalariamento de trabalhadores (bóias frias), também reproduz relações tipicamente camponesas de produção (não capitalistas) que tem na força de trabalho familiar a base das relações de produção. Sabemos que esta realidade da produção camponesa não é tão simples assim porque a família camponesa não está fora do sistema capitalista de produção. Ela inclusive vende parte da produção excedente no mercado capitalista. Como também em determinadas situações usa força de trabalho de fora da sua família, por um período temporário.

Neste sentido, os dados da agricultura brasileira coletados pelo IBGE evidenciam a existência de dois modelos de agricultura que disputam o território brasileiro: o do agronegócio e o da agricultura camponesa. Por exemplo, os dados referentes ao Mato Grosso do Sul, em relação às três últimas décadas, são ilustrativos dessa situação. Neste Estado, ícone da agricultura transformada em negócio, o campesinato não desapareceu, apesar de ter oscilado entre redução e aumento de acordo com as diferentes classes de área. Porém, em termos gerais, houve um significativo aumento do número de estabelecimentos dos estratos de área com menos de 100 hectares (agricultores camponeses), em especial na última década censitária (2006) quando tivemos o maior avanço do agronegócio, fruto do crescente apoio do Estado por meio da destinação de grandes volumes de recursos financeiros (BNDES, Banco do Brasil) e implantação de infraestrutura para beneficiar este setor da produção agrícola, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula.

No Mato Grosso do Sul observamos que os estabelecimentos com menos de 100 hectares registram um aumento de 58% em 2006 em relação aos dados do Censo de 1995/96 (Tabela 1). Ocorreu aumento do tamanho da área sob o domínio da pequena propriedade, pois esta saiu de 676.843 hectares em 1995 para 938.517 hectares em 2006. Porém, este aumento em hectares não é proporcional ao aumento do número de estabelecimentos neste mesmo período, ou seja, aumentou o número de estabelecimentos, mas diminuiu o tamanho da área sob a posse individual o que indica que não houve desconcentração da terra.

Houve neste período uma pequena redução em relação ao número de estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares e da classe dos estabelecimentos acima de 1000 hectares.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total - série histórica (1975 a 2006) – Mato Grosso do Sul

Grupos de área total	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	22.279	13.182	14.916	9.170	13.396
10 a menos de 100 ha	20.823	16.796	18.750	17.753	29.277
100 a menos de 1000 ha	9.726	12.034	14.674	15.423	15.286
1000 ha e mais	5.017	5.822	6.215	6.902	6.603
Total	57.853	47.943	54.631	49.423	64.862

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários série histórica.

Este processo de recriação camponesa não é exclusivo do Brasil. “Em todo o mundo hoje existem 1,2 bilhão de camponeses (...). Entre eles estão milhões de agricultores europeus que são muito mais camponeses do que muito de nós imaginamos ou queremos admitir” (PLOEG apud CARVALHO³, s/p., 2009).

Esta expansão do campesinato ocorre em diferentes países do globo como parte integrante do processo desigual combinado do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Isto significa dizer que o sistema necessita de relações não capitalistas de produção para realizar a produção ampliada do capital. Mas não só. É também resultado da luta e da resistência camponesa em ser camponês e permanecer na terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 são esclarecedores deste fato ao evidenciar o aumento maior do número de estabelecimentos nas classes de área de menos de 100 hectares que coincide com o tamanho médio das parcelas de lotes da Reforma Agrária.

1.1 - Os conceitos de monopolização e territorialização do capital no campo

Segundo Oliveira (2005), para entendermos a agricultura brasileira é preciso compreender como se dá o processo de produção do território brasileiro.

Para este pesquisador não é possível apreender o que ocorre no campo brasileiro se pensarmos o desenvolvimento do capitalismo de forma homogênea/linear como

³ Artigo **A readequação do Estado ao capital. Crescimento da pobreza e da fome (II)**, de Horácio Martins de Carvalho. Disponível em: [HTTP://www.adital.com.br/SITE/noticia.asp?lang=PT&cod=38798](http://www.adital.com.br/SITE/noticia.asp?lang=PT&cod=38798). Acessado em 11/09/2010.

defendem algumas correntes de pensamento, ou seja, que o aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas inevitavelmente levará ao desaparecimento do campesinato em favor da grande produção.

A concepção sobre o inexorável desenvolvimento capitalista açambarcando todas as formas sociais, que seduz tanto não marxistas como marxistas, tem estimulado a concentração de terra o que fortalece o poder político dos grandes proprietários no Brasil, impedido que o país se desenvolva econômica e socialmente com o exercício pleno da democracia.

Contrariando essa idéia, acreditamos que o capitalismo convive com outras formas sociais, por isso concordamos com o pensamento de Oliveira (2005) de que a reprodução do campesinato é fruto das contradições do modo de produção capitalista que encontra na (re)produção camponesa uma forma de extrair renda da terra, e assim realizar a produção de capital necessária para a acumulação, sem necessariamente expropriar todos os camponeses. E isso é possível via monopolização do território pelo capital que significa o domínio da circulação da mercadoria que ao impor o preço à produção camponesa, sujeita a renda da terra.

Outro processo que ocorre, segundo Oliveira (2004), é a *territorialização do capital monopolista*. Neste caso o camponês é expropriado e tende a proletarizar-se. Neste processo não há espaço para a existência do agricultor camponês porque o capital para se realizar plenamente necessita extrair junto a renda (como dono da terra) e o lucro (explorando o trabalho assalariado). Por isso, nesse caso:

[...] ele [o capital] varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviço, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagens etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

É preciso explicar que o capital se territorializa quando a atividade agrícola é muito lucrativa, compensando a “compra” da terra e a instalação do trabalho assalariado. Estas atividades agrícolas são aquelas cujos preços são definidos pelas bolsas de valores,

portanto transformadas em comoditties⁴ como é o caso da soja, da cana, da laranja, do eucalipto. Por exemplo, depois do plantio a produção da laranja e a do eucalipto dá resultado produtivo após cinco e sete anos, respectivamente.

No caso da laranja ela continuará por alguns anos produzindo sem ter a necessidade de fazer novo plantio. O mesmo se dá com o eucalipto, seu primeiro corte no Brasil é realizado no sétimo ano pós plantio, podendo ser feito mais dois cortes quando há rebrota. O que equivale afirmar que o plantio de eucalipto pode ter uma vida útil de 21 anos. A cana, dependendo do solo pode ter uma vida útil de quatro a cinco anos.

Vejamos uma síntese destes dois processos descritos por Oliveira. Como já foi dito anteriormente, no processo de *monopolização do território pelo capital*, em que o capitalista se utiliza do camponês para acumular e reproduzir seu capital, não há necessidade de expropriação, mas a renda camponesa fica subordinada ao capital quando esse repassa o produto do seu trabalho ao capitalista. No entanto, esse processo costuma ser menos perverso por guardar a possibilidade da autonomia camponesa, uma vez que a terra continua sendo da família e a reprodução do modo de vida camponês é garantida pelo trabalho na terra:

[...] quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do trabalho no campo pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Os exemplos de *monopolização do território pelo capital* estão na avicultura, fumicultura, sericicultura, na produção de laranjas, na produção de leite. Este processo ocorre quando o capitalista tem sob seu controle o processo da circulação das mercadorias. Apesar das técnicas de produção da avicultura, da fumicultura e da sericicultura serem distintas do processo de produção de leite, a similaridade fica por conta do fato de que são atividades exercidas essencialmente pelos pequenos produtores ou agricultores familiares camponeses, sendo que se trata de relações de produção não são tipicamente capitalistas.

As empresas que controlam a industrialização e a circulação dos produtos da avicultura, da fumicultura e da sericicultura, controlam também o processo de produção que contempla a oferta de pintinhos, de sementes, das larvas e o fornecimento dos insumos e da assistência técnica para as construções que são padronizadas. Os camponeses entram com a

⁴ Comoditties é um termo da língua inglesa que aqui quer significar os produtos da agricultura transformados em mercadoria de exportação e seus preços geralmente são cotados nas bolsas de valores.

terra e a mão de obra familiar, situação formalizada em contratos. No caso dos produtores de leite, há uma maior autonomia em relação ao processo produtivo e à comercialização do produto. Ou seja, o controle da produção é menor porque há menos interferência de ordem técnica, apesar de que nos dias de hoje, para comprar o leite dos agricultores, as empresas exijam leite resfriado.

Como exemplo da monopolização do território pelo capital, citamos a Nestlé. Esta empresa mesmo não tendo um hectare de terra com criação de vacas de leite, controla uma grande parte da produção mundial do leite. Neste caso, a propriedade da terra e das vacas é da família camponesa. Os produtos da produção camponesa, no caso o leite, é que está subordinado ao capital agroindustrial (Nestlé) que define os preços do litro de leite na propriedade. O camponês continua dono da terra e de sua força de trabalho. Produz o leite (produto) que se torna mercadoria na hora que sai de sua propriedade. Adquire valor de troca apesar de ter sido produzido por meio de uma relação não capitalista de produção, a agricultura camponesa.

No Mato Grosso do Sul há um acelerado processo de territorialização do capital devido à expansão da agroindústria canavieira e do processamento industrial do eucalipto para a produção de celulose/papel convivendo também com a perspectiva do estabelecimento de indústrias siderúrgicas para utilizar carvão vegetal proveniente do plantio de eucalipto. Processo esse de territorialização estimulado pelo Estado brasileiro com a elaboração de políticas públicas que fortalecem os interesses do capital nacional e estrangeiro, situação que vamos abordar de forma mais detalhada no segundo Capítulo.

Acreditamos que o Estado de Mato Grosso do sul está vivendo um momento complexo e intenso de territorialização do capital monopolista, seja ele nacional ou internacional⁵, com a instalação de agroindústrias para o processamento da cana de açúcar e celulose/papel. E para que ocorra essa reprodução ampliada do capital o espaço rural está sendo ordenado de acordo com os interesses do capital por meio de políticas de Estado relativas ao zoneamento ambiental e econômico.

Porém, não poderíamos deixar de registrar a contradição do agronegócio⁶ presente na realidade do Estado de MS, qual seja: a acelerada expansão do capitalismo no

⁵ Segundo informações do próprio INCRA os estrangeiros são donos de 4.3 milhões de hectares de terra no Brasil e de 473 mil hectares no Mato Grosso do Sul. Fonte: Disponível em <http://www.limitedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=186>. Acessado em 05/12/2010.

⁶ Empregamos a expressão de agronegócio como utilizada pelos movimentos sociais e pela mídia de um modo geral para caracterizar a agricultura capitalista contemporânea que nada mais é do que uma nova maquiagem para o velho latifúndio. Suzane Tosta Souza e Alexandrina Luz Conceição em artigo intitulado **As “novas” estratégias do capital para o Campo brasileiro a partir do discurso do Agronegócio** citam Marcos Sawaya

campo com caráter produtivo convive lado a lado com o caráter rentista. Essa realidade pode ser apreendida quando consideramos os números e o tamanho da área improdutiva⁷ e devoluta de Mato Grosso do Sul. Somente improdutivos são mais de oito milhões de hectares. (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2: Imóveis e Área Improdutiva - MS - INCRA/2003

TOTAL		IMPRODUTIVO	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº de Imóveis	Área em Hectares
73.714	36.106.026,50	3.547	8.545.942,20

Fonte: ALMEIDA, 2008.

Tabela 3: Área Devoluta em Mato Grosso Do Sul - INCRA/2003

TOTAL CADASTRADO	DEVOLUTA
Área em Hectares	Explícita
35.713.989,85	5.382.581,43

Fonte: ALMEIDA, 2008.

Jank, para quem “O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados” Revista Pegada – vol. 9 n.1, Junho/2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/01-9-1-Sumario.htm>

⁷ Entendemos aqui área improdutiva aquela que não cumpre a função social da terra de acordo com o que reza o Estatuto da Terra e a Constituição Federal, e defendemos a Reforma Agrária para além da concepção produtivista. Reforma Agrária enquanto justiça social no sentido de superação de todas as mazelas do latifúndio.

2 - O PAPEL DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO

2.1 - POLOCENTRO e as políticas territoriais

Como já afirmamos no primeiro Capítulo, o Estado brasileiro teve papel muito importante como agente indutor do desenvolvimento do capitalismo no campo e na produção do território. Nessa pesquisa analisamos o quanto decisiva foi sua participação, na segunda metade do século XX, para efetivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro com a formulação de políticas públicas direcionadas a transformá-lo em produtor de matérias-primas para alimentar o processo industrial da região sudeste.

Neste sentido, destacamos o Plano de Metas (1957-60) do governo Juscelino Kubistchek, de modo particular em dois aspectos: a construção de Brasília e a construção de rodovias (COSTA, 1988). No tocante ao projeto de integração do interior do país, esse foi essencial para o período de forte industrialização vivido nos anos 1960-70. Assim, através dos transportes, principalmente com a construção de rodovias, o Centro-Oeste liga-se com a região sudeste industrializada. Esta estratégia tinha por objetivo tornar o Centro-Oeste produtor de matérias primas para as indústrias que se estabeleciam na região Sul e, ao mesmo tempo, torná-lo um mercado consumidor dos produtos industrializados.

Destacamos de modo particular a década de 1970, após o golpe militar de 1964, quando a estratégia de integração passa a ser perseguida como objetivo principal do Estado brasileiro, para tanto foram elaboradas políticas públicas direcionadas para a ocupação econômica da região Amazônica e do Centro-Oeste, de modo específico com a elaboração e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Esta política desenvolvimentista estava fundamentada na “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento” formulada pioneiramente pelo francês F. Perroux (COSTA, 1988, p.63). A aplicação desta estratégia dos “Polos” estava articulada com a escolha de “áreas-programa” que receberam volumosos recursos financeiros para investimentos na modernização da agricultura, para a infraestrutura urbana e ampliação da malha de transportes. Processo fundamental para o escoamento dos produtos primários até os centros industriais e de exportação e, por sua vez, para fazer chegar os produtos industrializados até o interior do

Brasil. Realiza-se desta forma a estratégia de integração nacional, via consolidação do mercado nacional.

A referida estratégia pensada pelo governo militar está bastante evidente no II PND que foi criado pela Lei N.º 6.151 de 4 de dezembro de 1974, no governo do presidente Ernesto Geisel, cujo fundamento era o modelo de substituição das importações.

O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação. A Agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p.16, grifo do autor).

Como instrumento a ser utilizado para efetivar a execução da estratégia de desenvolvimento agropecuário proposto pelo Plano, o governo propõe disponibilizar crédito facilitado para “implantação da empresa rural e disseminação de nova tecnologia” visando estimular a modernização da agropecuária, a exemplo do que já vinha ocorrendo com o setor industrial urbano.

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural — pequena, média e grande —, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1975, p.43).

É dessa data a criação do Pró-Álcool ou Programa Nacional do Álcool⁸ como projeto de substituição dos combustíveis provenientes do petróleo. Programa que dá origem a uma das principais agroindústrias brasileiras que, na medida em que se territorializa, transforma o campo num mar de cana. Essa fase de redefinição do uso e ocupação do solo brasileiro teve forte presença do governo que subsidia os usineiros na produção de etanol, fazendo vista grossa às violações dos direitos trabalhistas e à grilagem de terras.

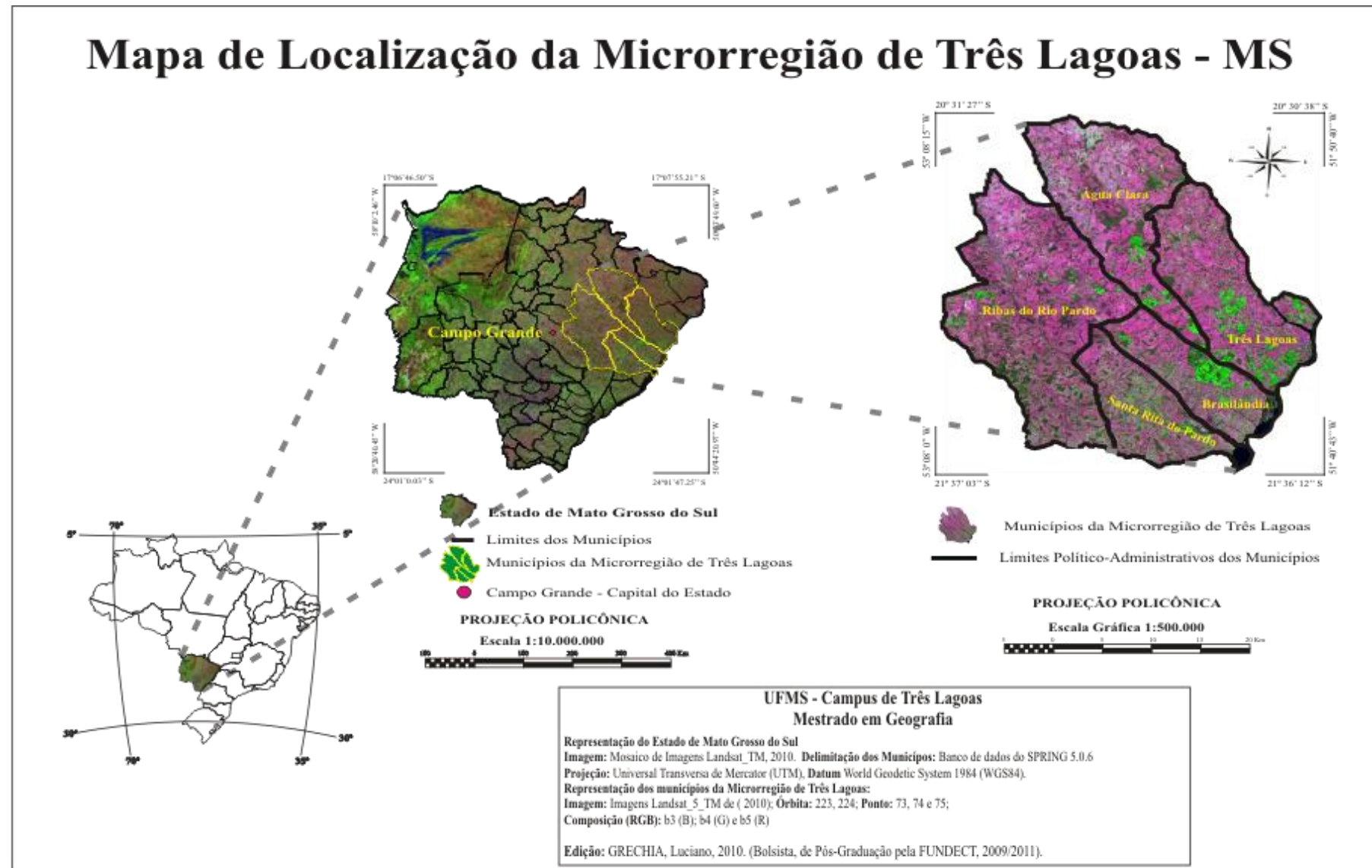
⁸ O Pro-Alcool (Programa Nacional do Álcool) foi criado pelo Decreto nº 76.593 de 14/11/1975.

Atenção especial também é dada à criação dos pólos denominados de “maciços florestais” para produção de matéria prima (carvão e madeira) para as indústrias, seja siderúrgica ou para a incipiente indústria de celulose e papel.

VIII — *Concentração setorial de incentivos*, para a formação de pólos florestais e de produção agrícola intensiva, pelo uso racional da terra e dos recursos hídricos (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, 45, grifo do autor).

Em janeiro de 1975, para dar materialidade ao II PND, o governo por meio do decreto 75.320, janeiro de 1975 da SUDECO, cria o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), selecionando áreas específicas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No Mato Grosso foram selecionadas quatro áreas: Bodoquena (hoje Mato Grosso do Sul), Xavantina, Parecis e Campo Grande-Três Lagoas (hoje Mato Grosso do Sul). A coordenação do projeto de assistência técnica no Mato Grosso ficou a cargo da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a execução coube à Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (ACARMAT).

Interessa-nos destacar que no projeto técnico do POLOCENTRO a área que se estende de Campo Grande a Três Lagoas representa uma parte dos municípios que compõem a Microrregião de Três Lagoas (Três Lagoas, Água Clara, Santa Rita do Pardo e Ribas do Rio Pardo), que é objeto dessa dissertação. (Mapa 1)



Mapa 1 - Mapa de Localização da Microrregião de Três Lagoas - MS

A superfície da área a ser atendida pelo programa foi de aproximadamente 1,4 milhões de hectares ao longo da estrada de ferro Noroeste e do eixo rodoviário da BR-262, de Campo Grande a Três Lagoas, tendo como “objetivo incorporar 500 mil hectares ao sistema produtivo” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, [197?], p.8). No projeto de assistência técnica não há referência alguma a ação de desenvolver campos de demonstração para plantio de eucalipto e *pinus*. Nele estão previstos “Campos de Demonstração” para agricultura temporária de arroz, feijão e soja, e campos de demonstração para a atividade pecuária. Vejamos a finalidade destes “Campos de Demonstração”:

[...] objetivo principal [é] promover a difusão de técnicas modernas de produção, [...]. A utilização dos Campos de Demonstração constitui um método educativo de apoio à assistência técnica e tem se mostrado como um eficiente instrumento de auxílio no processo de transferência de tecnologias, já comprovadas em diversas regiões do país [...]” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, [197?], p.5).

Abreu (2003) ao pesquisar a ocupação e as transformações ocorridas no espaço agrário mato-grossense, sob a execução da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), conclui que os sistemas de créditos oferecidos pelos programas do período privilegiaram as médias e grandes propriedades, principalmente as propriedades ocupadas pela pecuária.

Nesse sentido, a política de financiamento do programa distribuía os créditos de forma crescente e correspondente ao tamanho da propriedade. Maior a área, mais recursos. Por exemplo: as áreas com menos de 100 ha, tiveram apenas 2,2 % dos projetos aprovados, tendo recebido apenas 0,38% do crédito liberado, enquanto 60% dos projetos aprovados eram de propriedades com mais de 500 ha, que concentraram cerca de 77% do crédito disponibilizado. O resultado dessa política foi que de 1975 a 1980, foram incorporados cerca de 915.000 ha, apenas em território do atual Mato Grosso do Sul, para produção exclusiva de soja e boi, com a supremacia da pecuária. Nessa unidade da federação apenas 6,6% da área incorporada foi ocupada com lavouras nas áreas programas do POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena –, enquanto as pastagens ocuparam 93%%. (ABREU, 2003, p.s/nº).

Essa política desenvolvimentista adotada pelos militares para a ocupação racional dos cerrados na Microrregião de Três Lagoas será importante para expandir a produção pecuária e, de modo particular, o plantio de eucaliptos e *pinus* (ver tabela 4).

Nos anos de 1970 a 1980, estimulados pela Lei de nº 5.106 de 1966 que concede incentivos fiscais a empreendimentos florestais e pela criação do Fiset (Fundo de

Investimentos Setoriais) pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, foram ocupados 416 mil hectares de terras com plantio de eucalipto e *pinus* nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas. O plantio deveria atender a indústria madeireira, de movelaria e de celulose e papel.

O aumento dos plantios de eucalipto e *pinus* está diretamente ligado aos incentivos fiscais do governo federal, liberados pelo programa POLOCENTRO, embora nos tais “Campos de Demonstração” não exista referencia a este tipo de atividade. Mesmo assim, esta é a época em que efetivamente se iniciou a implantação do monocultivo de eucalipto e *pinus* em Mato Grosso do Sul (Tabela 4). É possível também verificar que em 1983 há uma redução drástica da área relacionada ao plantio de eucalipto, este fato está diretamente relacionado com o fim dos incentivos fiscais no início da década de 1980.

Tabela 4 - Plantio de Eucalipto (há) no Eixo Campo Grande - Três Lagoas (1972-1983)

	Ribas do Rio Pardo		Três Lagoas		Água Clara	
Ano	Eucalipto	<i>pinus</i>	Eucalipto	<i>pinus</i>	Eucalipto	<i>pinus</i>
1972	489,08	210,00	1.597,08	---	837,24	---
1973	7.426,88	548,64	630,00	---	1.892,37	---
1974	2.343,27	540,92	13.344,20	---	1.487,75	---
1975	18.883,09	-----	4.678,14	---	2.794,27	---
1976	26.178,96	361,60	9.855,52	---	5.439,11	4.270,53
1977	56.466,77	705,16	18.191,68	---	9.989,58	8.619,04
1978	22.312,32	64,47	4.090,92	---	8.446,97	---
1979	31.086,78	3.918,00	8.103,70	---	3.100,00	2030,00
1980	30.975,15	5.106,80	2.500,00	2.500,00	4.500,00	1.490,00
1981	21.487,43	2.890,00	6.040,33	---	6.899,70	3.000,00
1982	24.679,62	4.144,00	830,00	---	3.394,87	3.400,00
1983	4.153,56	4.232,25	----	---	1.500,00	2.000,00
TOTAL	246.481,91	22.721,74	69.861,57	2.500,00	50.281,86	24.809,57

Fonte: CODESUL, julho de 1985.

Vários outros planos e programas foram criados por leis e decretos concedendo incentivos fiscais e linhas de créditos especiais (SILVA, 2002). Simultaneamente foram criadas também instituições governamentais que tinham por finalidade orientar a ocupação do território do Centro-Oeste brasileiro, entre elas destacamos: SUDECO, PLADESCO (Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro Oeste), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), PRODOESTE (Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste). Esses órgãos contribuíram para o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, concentrando ainda mais a terra em poucas mãos.

Segundo Martins (1994), esse esforço do regime militar de ocupação modernizante do território brasileiro acabou por selar uma aliança terra-capital, unindo o que no início o modo capitalista de produção separou.

[...] Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura, não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação licita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob forma de incentivo fiscal, capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. *O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico* (MARTINS, 1994, p.79-80, grifo do autor).

A partir desta conjuntura, marcada por amplo incentivo fiscal por parte do Estado, constrói-se o discurso que se tornou senso comum, qual seja: a Microrregião de Três Lagoas tem “vocação florestal”. Discurso que esconde a estratégia dos proprietários de terra de extrair de uma única vez renda e lucro, colocando suas terras para os plantios de eucalipto e *pinus*. Em outras palavras, investir na agricultura transformada em negócio muito lucrativo. (Tabela 5).

Tabela 5 - Perfil da Evolução dos Plantios de Eucalipto e *Pinus* no Mato Grosso do Sul (há).

Ano	Eucalipto + <i>pinus</i> (ha)
1972	3.133,40
1973	10.497,89
1974	17.715,14
1975	26.355,50
1976	46.105,72
1977	93.972,23
1978	34.914,58
1979	48.238,48
1980	47.071,95
1981	40.317,46
1982	36.448,49
1983	11.665,81

Fonte: CODESUL, 1985.

Porém, essa trajetória de acumulação sofre ruptura com o fim dos investimentos fiscais no início dos anos de 1980, conseqüentemente os empreendimentos foram abandonados pelos investidores e as plantações de eucalipto foram tomadas pelas formigas e pelo fogo. O que sobrou, ou melhor, escapou ao ataque de pragas e à ação do fogo,

foi entregue à produção de carvão no início dos anos de 1990, para ser consumido nos fornos das siderúrgicas de Minas Gerais e São Paulo.

Por sua vez o *pinus* atraiu para a região de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, aproximadamente, 40 indústrias madeireiras que beneficiavam as toras de *pinus* visando à exportação das mercadorias⁹.

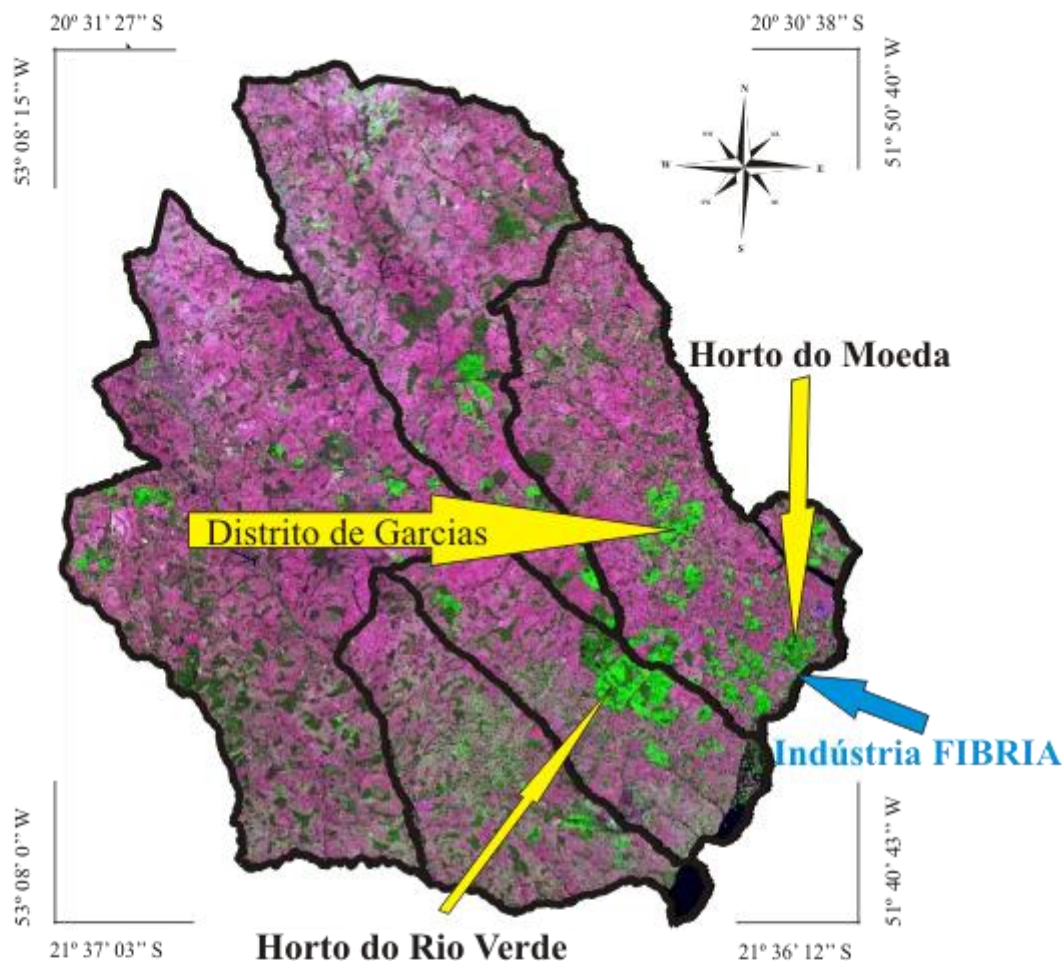
Como resultado dessa política de ocupação do cerrado na década de 1970, através de amplo financiamento público e de vantagens fiscais, temos o início da “eucaliptização” da Microrregião de Três Lagoas culminando na retomada e aprofundamento no século XXI. Ação essa encaminhada sob o manto da “vocação florestal”¹⁰.

Neste sentido, evidenciamos por meio da imagem de satélite (Mapa 2) o avanço atual da monocultura do eucalipto na referida Microrregião (imagem de junho de 2010).

⁹<http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?>

¹⁰ Há um excelente trabalho de mestrado de Eduardo   lvares da Silva Barcelos, demonstrando como sob o discurso de “vocação florestal” e “aptidão agrícola” a indústria celulos  ico-papeleira vai reordenando o Território no Espírito Santo. Título do trabalho: **A Espacialidade das Plantações Arbóreas e a Integração Agroindustrial. O programa produtor florestal e seus (im)pactos na agricultura Capixaba**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Distribuição dos Plantios de Eucalipto na Microrregião de Três Lagoas



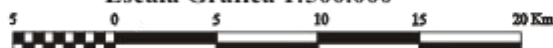
Municípios da Microrregião de Três Lagoas



Limites Político-Administrativo dos Municípios

PROJEÇÃO POLICÔNICA

Escala Gráfica 1:500.000



UFMS - Campus de Três Lagoas

Mestrado em Geografia

Representação dos municípios da Microrregião de Três Lagoas:

Imagem: Imagens Landsat 5 TM de (2010); Orbits: 223, 224; Ponto: 73, 74 e 75;

Composição (RGB): b3 (B); b4 (G) e b5 (R)

Edição: GRECHIA, Luciano, 2010. (Bolsista, de Pós-Graduação pela FUNDECT, 2009/2011).

Mapa 2 - Mapa dos Plantios de Eucalipto na Microrregião de Três Lagoas - MS

Por outro lado, concomitante a este processo de “eucaliptização”, há um avanço na ocupação das terras para a expansão da pecuária como efetivação dos objetivos do II PND para o Centro-Oeste Brasileiro. O sucesso desse planejamento aparece nos dados do Censo Agropecuário do IBGE: em 1995/96 dos 4.520.388 hectares de terras da Microrregião de Três Lagoas, 3.237.678 hectares estavam utilizados por pastagens naturais e artificiais e, apenas, 69.029 hectares utilizadas com lavoura temporária e permanente.

2.2 – Três Lagoas: a Microrregião do eucalipto e da pecuária

A estratégia do Programa POLOCENTRO em Mato Grosso do Sul consistiu na implantação de um dos pólos de desenvolvimento próximo à rodovia e à ferrovia que liga Três Lagoas a Campo Grande, para facilitar o transporte da produção. O II PND tinha como objetivo “a criação de “corredores de abastecimento”, ou seja, “a definição de áreas para suprimento preferencial aos grandes centros urbanos e para efeito de vinculação com os corredores de exportação” (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p.43-44)”.

O Programa se caracterizava pela integração entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural apoiados na implantação de infra-estrutura necessária para impulsionar a modernização do campo. Neste sentido, o governo apostava na “disseminação da empresa rural — pequena, média e grande” (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p.43), ancorada no recurso financeiro e nas isenções fiscais, empregando a mais moderna tecnologia. Como medida de aceleração do processo de ocupação de novas áreas, a fim de contornar conflitos, autorizava o INCRA a desenvolver uma política de regularização fundiária das terras disponíveis para a expansão agropecuária, dentro daquilo que consideravam uma solução rápida e adequada para cada região (II PND).

A análise e comparação dos dados do Censo Agropecuário, no período de 1975 a 1996, nos revelam que há um aumento de área plantada principalmente com lavouras temporárias na época de vigência dos investimentos aplicados pelos programas do POLOCENTRO, com uma ligeira queda da expansão nos dados de 1996, com exceção de Água Clara que possui o projeto de colonização Alvorada implantado pelo Programa de

Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER¹¹ para produção de soja (Tabela 6).

Tabela 6: Utilização das Terras (ha) com Lavouras Temporárias na Microrregião de Três Lagoas

Município	1975	1980	1995/96
Água Clara	5.319	11.423	27.100
Brasilândia	8.306	12.431	11.813
Ribas do Rio Pardo	7.649	18.132	9.833
Santa Rita do Pardo	-----	-----	10.682
Três Lagoas	20.601	24.058	1.093
Total Microrregião	41.875	66.044	60.521

Fonte: IBGE Censos Agropecuários. Série histórica.

É providencial destacar que esse aumento da produção agrícola não está voltado para os produtos a serem consumidos pelo povo brasileiro, mas para os produtos de exportação como soja, algodão, milho e a cana. Há necessidade ainda de esclarecer que nada temos contra os produtos da lavoura com destino à exportação. Estamos questionando a política agrícola do Estado que beneficia os produtos de exportação em detrimento daqueles de consumo popular.

Esta inversão de prioridade do Estado referente aos dados do IBGE de 1985 e 1996, em que os “Campos de Demonstração” de arroz e feijão, previstos no programa de Assistência Técnica, não trouxeram resultados significativos do ponto de vista de produção se comparados com os produtos agrícolas destinados para a exportação (Tabela 7).

Tabela 7: Área Colhida (ha) com Principais Produtos da Lavoura Temporária na Microrregião de Três Lagoas ano de 1985 e 1995/96

Produtos	1985	1995/96
Soja	10.690	36.582
Feijão	1.189	748
Arroz	11.508	511
Cana de açúcar	82	15.441
Milho	7.875	8.850
Algodão	1.258	1.179
Mandioca	798	340
Total	33.400	63.651

Fonte: IBGE Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

¹¹ Fonte: <http://www.campo.com.br/grupo/>. Acessado em 09/08/2010.

A mesma priorização se aplica no que diz respeito à produção pecuária. A partir dos dados do IBGE é possível afirmar que o objetivo do POLOCENTRO foi alcançado, especificamente na produção do gado bovino (Tabelas 5 a 9).

Num espaço de 20 anos, o efetivo de animais do município de Água Clara cresceu mais de sete vezes (tabela 8), no município de Ribas do Rio Pardo o crescimento da produção bovina foi multiplicado por mais de dez vezes (Tabela 11) e no município de Três Lagoas cresceu cinco vezes (Tabela 12).

O município de Brasilândia foi o que teve um crescimento mais modesto: pouco mais que dobrou (Tabela 9).

Em suma, o crescimento da pecuária na Microrregião de Três Lagoas, proporcionalmente em relação à média de crescimento do efetivo bovino no Estado, foi superior.

Porém, na atualidade os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram um crescimento muito pequeno e, até mesmo, uma pequena redução no efetivo bovino na escala municipal, como é o caso de Três Lagoas.

Em relação à produção de suínos houve uma redução progressiva em cada década censitária, com exceção dos municípios de Brasilândia e Ribas do Rio Pardo. O mesmo ocorre quanto ao efetivo de aves que sofre uma redução progressiva nos últimos trinta anos em todos os municípios da Microrregião - exceto Água Clara, que mais que triplica sua produção, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 8: Efetivo de Animais Município de Água Clara

Animais	1975	1980	1995/96	2006
Bovinos	83.050	140.060	631.679	667.107
Bubalinos	-----	-----	--	-----
Caprinos	-----	-----	300	288
Ovinos	-----	-----	6.437	8.502
Suínos	2.959	3.845	2.729	1.353
Aves	12.390	12.611	13.555	48.458

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

Com relação ao crescimento do efetivo de suínos no município de Brasilândia (Tabela 9), a explicação está no fato de que no início da década de 1990 se estabelece neste município um grande projeto de suinocultura na fazenda da família Hoffig.

Tabela 9: Efetivo de Animais do Município de Brasilândia

Animais	1975	1980	1995/96	2006
Bovinos	213.148	386.179	468.766	541.238
Bubalinos	-----	-----	95	--
Caprinos	-----	-----	220	285
Ovinos	-----	-----	4.656	6.243
Suínos	6.593	4.679	14.340	81.769
Aves	31.106	28.200	13.896	12.961

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

Como o município de Santa Rita do Pardo foi criado em 18 de dezembro de 1987, com o desmembramento de parte do município de Ribas do Rio Pardo e de parte do município de Brasilândia, os dados registrados no IBGE referem-se somente aos Censos de 1996 e 2006. Mesmo assim é possível perceber que há crescimento no efetivo de animais na última década censitária, com exceção do grupo dos bubalinos, suínos e aves.

Tabela 10: Efetivo de Animais do Município de Santa Rita do Pardo

Animais	1975	1980	1995/96	2006
Bovinos	-----	-----	485.152	506.206
Bubalinos	-----	-----	251	199
Caprinos	-----	-----	223	383
Ovinos	-----	-----	6.284	7.024
Suínos	-----	-----	2.108	1.670
Aves	-----	-----	15.490	13.424

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

No município de Ribas do Rio Pardo, os dados do IBGE registram uma inconstância significativa quanto ao efetivo de aves, intercalando um Censo que registra crescimento (1995/96) e, outro, que registra grande redução (2006).

Tabela 11: Efetivo de Animais do Município de Ribas do Rio Pardo

Animais	1975	1980	1995/96	2006
Bovinos	77.069	150.655	880.567	1.224.691
Bubalinos	-----	-----	427	50
Caprinos	-----	-----	418	612
Ovinos	-----	-----	11.345	15.717
Suínos	2.551	2.856	3.284	4.237
Aves	15.271	11.477	23.807	11.701

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

Três Lagoas é o município que registrou nos Censos de 1975 a 2006 redução de todos os grupos de efetivo animal, com exceção dos bovinos que registrou crescimento até o Censo de 1996. Ou seja, no Censo de 2006 o município registra pela primeira vez queda (pequena) do efetivo de bovinos, situação esperada pelo fato desse município sediar a maior indústria de celulose e papel da atualidade, bem como a base principal dos plantios de eucalipto do citado empreendimento.

Tabela 12: Efetivo dos Animais do Município de Três Lagoas

Animais	1975	1980	1995/96	2006
Bovinos	195.298	397.432	813.763	786.176
Bubalinos	-----	-----	200	--
Caprinos	-----	-----	633	441
Ovinos	-----	-----	11.066	11.838
Suínos	10.548	7.727	4.983	4.884
Aves	50.226	39.407	36.241	27.128

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

Reiteramos que os dados do IBGE apontam que o objetivo de modernizar o setor da agropecuária foi em parte alcançado, ou seja, a mecanização do campo se realizou. Por exemplo, comparando os dados do IBGE de 1975 com 1996, notamos que o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários cresceu entre duas a mais de quatro vezes, como pode ser verificado na tabela 13.

Tabela 13: Números de Tratores nos Estabelecimentos Agropecuários da Microrregião de Três Lagoas

Município	Tratores			
	1975	1980	1995/96	2006
Água Clara	203	315	868	941
Brasilândia	375	714	594	519
Ribas do Rio Pardo	335	806	1.293	1.599
Santa Rita do Pardo	-----	-----	519	521
Três Lagoas	521	1.020	1.140	1.017
Total	1.434	2.855	4.414	4.597

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

É necessário observar que na medida em que a modernização do campo avança com a monocultura e o uso de maquinários na agricultura, paralelamente gera outro processo como consequência: o êxodo rural. Situação que pode ser verificada nos municípios de Brasilândia e Três Lagoas onde estão instaladas agroindústrias canavieiras e celulose/papel, respectivamente (Tabela 14).

Nestas áreas produziu-se um campo esvaziado de agricultores e no lugar o “mar de cana” e o “deserto verde” como é conhecido esse modelo pelos movimentos sociais do campo e pelas entidades ambientalistas que travam uma luta contra a expansão da agricultura capitalista no Brasil.

Tabela 14: Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Três Lagoas

Município	Pessoal ocupado			
	1975	1980	1995/96	2006
Água clara	1.807	2.273	2.895	2.729
Brasilândia	5.499	4.074	3.004	2.678
Ribas do Rio Pardo	2.623	5.708	3.661	4.547
Santa Rita do Pardo	-----	-----	2.116	2.732
Três lagoas	6.147	6.425	5.270	3.759
Total	16.076	18.480	16.946	16.445

Fonte: Censos Agropecuários IBGE – Série Histórica.

2.3 – O papel do Estado e das instituições de pesquisa no contexto da revolução verde e da transferência de tecnologia

Faz-se necessário ressaltar um aspecto de suma importância, quando se trata da expansão do capitalismo no campo, que se refere ao papel das instituições de pesquisa, sejam elas públicas ou privadas, e sua conexão com os interesses do capital.

Analisando os fatos é possível dizer que há uma relação direta entre as instituições de pesquisa, de modo particular na década de 1970, e as ações que irão nortear a expansão do agronegócio brasileiro. Portanto, não há nada de natural neste processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, ao contrário, o que vemos é o planejamento cujo ponto de apoio é a articulação entre o capital, o Estado e as instituições de pesquisa e extensão rural.

Neste sentido, não há neutralidade nas ações dos institutos de pesquisa. Isso fica evidenciado quando analisamos o capítulo XIV do II PND que trata sobre Política Científica e Tecnológica. O referido documento afirma que a “Ciência e tecnologia, no atual estágio da sociedade brasileira, representam uma força motora, o conduto, por excelência, da idéia de progresso e modernização” (p. 135).

E prossegue afirmando que para a execução da política científica e tecnológica definida para o Centro-Oeste será necessário o:

Engajamento da empresa, privada e governamental, no esforço de modernização e inovação tecnológica, notadamente por intermédio de:

1) Aperfeiçoamento da política de transferência de tecnologia do exterior baseada em:

- Seleção de tecnologias a importar, segundo critérios de prioridade que considerem a natureza do produto e do processo, sua significação para o desenvolvimento nacional e a possibilidade de solução interna do problema tecnológico

[...] 3) Criação de incentivos, financeiros e/ou fiscais, para induzir toda grande empresa, nacional ou estrangeira, a realizar orçamento próprio de pesquisas, para adaptações ou inovação tecnológica.

4) Estabelecimento de programas para transferência de tecnologia atualizada às pequenas e médias empresas. Em geral, criação de canais para transferir, ao sistema empresarial, os resultados da pesquisa tecnológica realizada por instituições governamentais. (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p. 138-139).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, criada em 1972¹² e vinculada ao Ministério da Agricultura, ganha novos rumos com o II PND sendo transformada na principal instituição responsável pelos programas de pesquisa agropecuária e de transferência de tecnologia para as novas empresas rurais que vão se estabelecer no campo para produção pecuária e de grãos.

Em 1975 foram criados os primeiros centros da EMBRAPA especializados na produção de arroz e feijão (em Goiânia – GO), do gado de corte (em Campo Grande – MS) seguida de outra unidade de pesquisa em Dourados. Para dar assistência técnica foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, com fundamento na Lei nº 6.126, de 6 de novembro de 1974, pouco anterior a entrada em vigor do II PND, que é de dezembro de 1974.

A EMBRATER nasce tendo como um de seus objetivos “promover, estimular, coordenar e controlar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos científicos, de natureza técnica, econômica e social, necessários ao

¹² <http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>. Acessado em 10 de junho de 2010

desenvolvimento do setor rural”¹³. Sendo que uma das diretrizes de execução dos objetivos é o “estímulo, em caráter prioritário, aos programas nos quais a assistência técnica e a extensão rural estejam associadas ao crédito rural, a provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores”¹⁴.

Portanto, é essa estratégia de assistência técnica adotada pelo governo militar - na verdade a imposição de um “pacote tecnológico” - a responsável pela implantação no Brasil da chamada “Revolução Verde”¹⁵. Este modelo de agricultura acelerou a expulsão de milhares de famílias camponesas da terra, devido ao uso de tecnologias poupadoras de mão de obra guiadas pela lógica de produção para o mercado, aliado ao endividamento bancário dos camponeses.

Este modelo privilegiou a monocultura e destruiu a base de sustentação dos camponeses que é a produção de autoconsumo, forçando-os ao abandono dos seus conhecimentos tradicionais de adubação, conservação do solo e, principalmente, da produção de sementes. Logo, passaram a utilizar as chamadas sementes “selecionadas” ou “certificadas” que necessariamente precisavam ser compradas, neste processo eram orientados pelos engenheiros e técnicos dos órgãos governamentais de assistência técnica a comprar os adubos químicos e venenos indicados por quem produziu a determinada semente.

Consequentemente os pequenos agricultores, não todos porque este processo não foi geral e absoluto, mas parcial e contraditório - foram roubados em seus conhecimentos e desaprenderam a produzir seus alimentos. Deixaram de fazer e conservar suas próprias sementes. Desaprenderam a controlar os inços (ervas daninhas) e pragas com recursos da própria natureza. A sabedoria da produção agrícola, que por milhares de anos foi transmitida de geração em geração, que é a prática do fazer de pai para filho, foi abandonada no tempo. Parte dos camponeses ficou totalmente dependente das grandes empresas que controlam as sementes, os adubos, os inseticidas e, principalmente, reféns deste tipo de conhecimento.

Este período da implantação do II PND é um marco também na forma de prestação do serviço de assistência técnica aos produtores rurais que passa a ser realizado pelas empresas públicas estatais. O Estado assume a maior responsabilidade desse serviço, criando em 1975, como mencionado, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão

¹³ Lei nº 6.126 de 06 de novembro de 1974, artigo 4º.

¹⁴ Lei nº 6.126 de 06 de novembro de 1974, artigo 5º.

¹⁵ O termo “Revolução Verde” foi criado na década de 1960 para referir-se ao processo de modernização no campo, iniciado nos anos de 1960, no pós Segunda Guerra mundial. O desenvolvimento de sementes modificadas e a introdução de novas tecnologias em relação ao uso do solo (quimificação e mecanização), ao mesmo tempo em que aumentou a produção de alimentos, também alterou profundamente a estrutura fundiária nos países onde esse modelo de modernização foi introduzido, que é o caso do Brasil.

Rural - EMBRATER. E, conseqüentemente, obrigando os Estados a criarem as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, tornando-se o maior sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural do mundo. Não podemos ignorar que na época os Estados já possuíam uma empresa estatal de assistência chamada Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR.

Articulado a este processo de pesquisa e extensão rural, voltado à modernização do campo (Revolução Verde), haverá o interesse por parte do Estado em estimular o desenvolvimento agropecuário via os incentivos fiscais, inclusive com a criação de lei específica para atender os projetos de florestamento e reflorestamento no Brasil.

A Lei Nº 5.106, de 02 de setembro de 1966, em seu artigo 1º afirma que: “as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas [...]”, sendo que no caso das pessoas jurídicas o desconto do imposto de renda podia atingir até 50% do valor do imposto a pagar.

Fazer referência a esta política de incentivos fiscais é fundamental porque é ela que vai dar origem aos primeiros plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, situados na Microrregião de Três Lagoas. Ainda que nessa época os plantios tenham sido feitos em pequena escala, eles foram determinantes como sinalizador dessa Microrregião como área reservada para o monocultivo de eucalipto e *pinus*. E essa função de “vocação florestal” fica esboçada, em 1974, com a criação do “Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul” (SILVA, p. 65, 2002), compreendendo “uma área contígua de 63.000 km² nos municípios de  gua Clara, Brasilândia, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas” (SILVA, p. 67, 2002).

Situação também evidenciada no documento do Projeto Técnico da ACARMAT quanto ao uso dos solos da “ rea-programa” de Três Lagoas do POLOCENTRO: “Recentemente, essa região vem sendo bastante procurada para as atividades de florestamento e reflorestamento” (Ministério da Agricultura - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, [197?], p.10).

2.3.1 – O Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social (BNDES): financiador e parceiro do agronegócio

No item anterior fizemos reiterada referência à política dos incentivos fiscais da década de 1960 e 1970 porque marcam o período em que o governo inicia a criação do parque industrial de celulose e papel dentro do plano nacional de substituição das importações. É também a partir deste período que o BNDES torna-se o órgão público planejador e financiador do desenvolvimento do setor de celulose e papel no Brasil.

No estudo realizado por Thais Linhares Juvenal e René Luiz Grion Mattos (2001), respectivamente, gerente setorial e engenheiro da Gerência Setorial de Produtos Florestais do BNDES, a respeito dos 50 anos de atuação do banco, os autores afirmam que nas décadas de 1960 e de 1970 a participação do banco não foi apenas de agente financiador, mas também planejador e indutor dos investimentos. Essa ação integrada que permitiu ao BNDES ser:

Alicerce para a expansão da indústria de celulose e papel no país. [...] Ao privilegiar o fortalecimento da indústria nacional, mediante o apoio técnico e financeiro a empresários locais, o BNDES desempenhou função-chave no apoio do Estado à formação de um parque industrial com participação expressiva do capital brasileiro. (BNDES, 09/2002, p.01)

Atualmente, o BNDES é a maior agência bancária de desenvolvimento econômico da América Latina. Possui, inclusive, uma agência (criada em 2009) em Montevideu para apoiar os investimentos das empresas brasileiras com atividades no exterior, principalmente nos países da América latina.

A expansão dos plantios de eucalipto e *pinus* e, conseqüentemente, das indústrias de celulose e papel no Brasil estão intimamente ligadas com a atuação do BNDES, via apoio financeiro a projetos de cultivo de árvores de uma única espécie e para instalação e ampliação das indústrias do setor florestal. Em 1974, os técnicos do BNDES, ao realizarem estudo do setor, concluíram que havia necessidade de se estimular o crescimento da produção de celulose e papel tanto para o consumo interno como para a exportação, tendo em vista o aumento constante do consumo de papel no mundo.

Esta recomendação serviu de base para a formulação do Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC) que recomendou ao BNDES, entre outras medidas:

[...]- apoiar ampliações e modernizações das unidades industriais existentes;

- estimular a implantação de novas fábricas de papel, celulose e pasta mecânica, bem como a fusão, incorporação ou outras formas de associação de empresas do setor, visando a melhorar a eficiência e obter economias de escala;
- estimular a pesquisa para ampliar a substituição de fibra longa por fibra curta na fabricação de papel em geral, com especial ênfase no papel de imprensa;
- estimular o desenvolvimento da reciclagem de papéis;
- apoiar medidas que incentivassem a liberação de reservas florestais pertencentes às indústrias siderúrgicas, concedendo estímulos financeiros para a conversão dos altos fornos à base de carvão vegetal, de modo que estes pudessem trabalhar com coque metalúrgico;
- estimular a compra de equipamentos nacionais, assim como a contratação de serviços de engenharia em empresas brasileiras;
- estimular a participação da Fibase, quando necessário para o fortalecimento da empresa nacional;
- estimular a redução dos efeitos poluidores das unidades fabris, bem como a recuperação de produtos químicos empregados no processo industrial;
- estimular a integração floresta-indústria, em termos espaciais e empresariais, evitando a dispersão de recursos florestais e minimizando os custos de exploração, transporte e produção; e
- apoiar a pesquisa florestal, com o objetivo de obter melhoria dos resultados técnicos e econômicos no reflorestamento, na introdução, seleção e melhoria de espécies, no espaçamento, na adubação, na mecanização, na exploração florestal etc. (BNDES, 2002).

Os dados do banco revelam que foi no início da execução do II PND, em 1975, que o setor de celulose e papel recebe o seu primeiro grande volume de recursos financeiros para estimular sua expansão como pode ser verificado no gráfico 1.



Gráfico 1: Aprovações do BNDES para o setor de celulose e papel – 1997-2001

Fonte: BNDES, 2002.

Entre 1974 e 1980 foram aprovados R\$ 8,69 bilhões (valores em reais de 31 de dezembro de 2001) para as empresas de celulose e papel instaladas ou em instalação (BNDES, 2002). Esta participação forte do BNDES, por meio dos financiamentos, fez com que a produção brasileira de celulose de fibra longa e de fibra curta crescesse 201% entre 1974 e 1980, atingindo 2,9 milhões de toneladas (Gráfico 2).



Gráfico 2: Evolução da Produção de Celulose de Fibra Longa e de Fibra Curta
Fonte: BNDES, 2002.

É deste período a entrada em operação de duas grandes indústrias: a Aracruz Celulose e a Cenibra, as duas financiadas pelo BNDES. A Aracruz, instalada no Espírito Santo na década de 1970, obteve 55,2% de investimentos do BNDES na fase de instalação. Durante as diversas fases de implantação, o projeto recebeu mais colaborações financeiras do banco, inclusive esse se tornou acionista da Aracruz Celulose com 33,32% do capital total. Importante esclarecer que grande parte da produção desse período já era para exportação. Sobre a expansão da indústria de celulose trataremos mais detalhadamente no Capítulo III.

A atuação do BNDES não se resume a uma instituição financiadora e indutora de investimentos para o fortalecimento da indústria nacional. Foi e continua sendo formulador e executor de políticas de Estado. Ao analisarmos os estudos que vem sendo realizados pelos técnicos do setor de celulose e papel do Banco, podemos identificar que a partir dos diagnósticos feitos pelos técnicos do próprio BNDES, em torno do comportamento das indústrias de celulose e papel no Brasil e no mundo, elaboram-se estratégias de atuação com metas bem definidas como as que explicitamos anteriormente.

O Banco apostou desde a década de 1970 no fortalecimento das empresas do setor de celulose e papel estimulando “a fusão, incorporação ou outras formas de associação de empresas do setor, visando a melhorar a eficiência e obter economias de escala”. E a principal dessas fusões foi a Aracruz com a VCP que deu origem a FIBRIA em 2009, que se tornou, atualmente, a maior indústria produtora de celulose de mercado do mundo.

Outra estratégia adotada pelo Banco em 1968 era o apoio a projetos de implantação e de expansão de unidades produtoras de papel com escala mínima de 250 toneladas/dia para papel de imprensa e de 100 toneladas/dia para produção de celulose, no intuito de forçar a ampliação do volume de produção por indústria. Entendiam os técnicos do Banco que o Brasil só se tornaria competitivo em escala internacional em relação aos produtos de celulose e papel se suas indústrias tivessem produção em grande escala.

Como resultado desta política de incentivo à indústria de celulose e papel, no final da década de 1990 o Brasil aparece como o principal fornecedor de celulose de fibra curta de eucalipto, participando com mais de 50% da produção mundial (Tabela 15).

Tabela 15: Principais Países Produtores de Celulose de Mercado de Eucalipto (em milhões de toneladas).

Países	1990	1999
Brasil	1.5	3.5
Portugal	1.0	1.1
Espanha	0.6	1.0
Outros	0.3	1.3
Total	3.4	6.9

Fonte: BNDES, 2001.

Em 1999, os cinco principais países exportadores foram responsáveis por 93% das exportações mundiais de celulose de eucalipto (BNDES, 2001). Nesse ano o Brasil movimentou o equivalente a 51% das exportações mundiais dessa fibra (Tabela 16).

Tabela 16: Principais Países Exportadores de Celulose de Mercado de Eucalipto em milhões de toneladas

Países	1990	1999
Brasil	1.0	3.0
Portugal	0.8	1.0
Espanha	0.5	0.8
Chile	0.0	0.4
África do Sul	0.1	0.3

Fonte: BNDES, 2001.

As dez maiores empresas produtoras de celulose de mercado de eucalipto no mundo, em 1999, detinham 76% da capacidade instalada. Além da Aracruz, na época a maior empresa produtora de celulose de eucalipto, o Brasil possuía mais cinco empresas no ranking das dez maiores fabricantes mundial.

Tabela 17: Celulose de Mercado de Eucalipto: Capacidade dos Principais Produtores (em mil toneladas) – 1999.

Aracruz	Brasil	1.290
ENCE	Espanha	880
Cenibra	Brasil	795
Portucel	Portugal	500
Bahia Sul	Brasil	395
Votorantin	Brasil	325
Jarcel	Brasil	300
Stora Enzo(celbi)	Noruega	290
Klabin Riocell	Brasil	250
Mondi	África do Sul	250
	Total	5.275

Fonte: BNDES, 2001.

Em 1998, o BNDES realiza novo diagnóstico em relação ao consumo de papel no Brasil e no mundo e a partir dele faz uma projeção sobre a quantidade de papel e celulose a ser demandada até 2005. Como parte do diagnóstico projetava também a quantidade dos investimentos necessários nesta nova etapa que inclui “reflorestamentos” e ampliação das unidades produtivas de celulose e papel no Brasil.

Considerando, segundo o Banco, que houve um aumento de consumo anual *per ‘capita’* de papel de 27,3 kg em 1993 para 38,4 kg em 1997, o BNDES prevê investimentos para o período de 1998/2005 de US\$ 8,8 bilhões (Tabela 18).

Tabela 18: Previsão de Investimentos (em US\$ milhões) para o setor da Indústria de Celulose e Papel - 1998/2005

Atividade	Investimento total (US\$ milhões)
Fábricas de papel	3.086
Fábricas de celulose e pastas	5.317
Reflorestamento	227
Compra de terras	213
Total	8.843

Fonte: BNDES, Maio 1998.

É possível verificar que a produção da celulose de fibra longa praticamente ficou estável nos últimos 20 anos, enquanto que a produção da celulose de mercado (fibra curta) cresceu quatro vezes, saindo dos 2.717.868 toneladas em 1989 para 10.612.587 de toneladas, em 2008 (Tabela 19)

Tabela 19: Crescimento da Produção de Celulose no Brasil nos últimos 20 anos

Ano	Fibra longa¹⁶	Fibra curta¹⁷	Total
1989	1.226.011	2.717.868	3.943.879
1998	1.246.780	4.984.613	6.231.393
2008	1.576.357	10.612.587	12.188.944

Fonte: BRACELPA, 2009.

Portanto, os dados revelam que o planejamento que o Brasil fez na década de 1970 para “estimular a pesquisa para ampliar a substituição de fibra longa por fibra curta na fabricação de papel em geral” foi alcançado.

A fibra curta foi produzida principalmente para a exportação, que é a chamada celulose de mercado, ou seja, não é para consumo próprio da empresa. Segundo dados da BRACELPA (2008/2009), em 2008 dos 10. 613 milhões de toneladas de celulose de fibra curta produzidas, 7.040 milhões foram exportados, principalmente para os países europeus, ou seja, 66,33% do total de celulose foi para o mercado externo (BRACELPA, 2008).

Em relação à produção de papel no Brasil, a exportação em 2008 atingiu 61% do total produzido, sendo o principal destino os países da América Latina (BRACELPA, 2008/2009).

Fica evidente que a finalidade do aumento da produção de celulose e papel no Brasil não foi atender ao mercado de consumo interno e, sim, para exportação, cujo destino

¹⁶ Fibra longa é extraída principalmente do *pinus*.

¹⁷ Fibra curta é extraída do eucalipto.

principal foi os países europeus nórdicos que tem alto consumo de papel. No entanto estes países tem clima desfavorável e pouca disponibilidade de terra para expandir os plantios de espécies vegetais com fins de produção de papel que possa atender a demanda. Além disso, as indústrias de celulose e papel sofrem fortes restrições por parte da sociedade europeia por serem altamente poluidoras, por exemplo, a Noruega fechou indústrias desse tipo em seu território para abrir nos países do hemisfério sul, dentre eles o Brasil.

Este modelo brasileiro de desenvolvimento agrário-exportador do modo de produção capitalista no campo não é recente, porém se aprofunda na segunda metade do século XX com o agravamento da dívida externa brasileira.

Segundo Oliveira (1997) em vista dessa necessidade de atrair dólares o Brasil se submete a incentivar a exportação de matérias primas¹⁸ que são, em grande parte, os produtos agrícolas como soja, milho, algodão e a celulose, para pagar a dívida externa.

É por isso que temos assistido no Brasil, nas últimas décadas, a uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, quase sempre em detrimento daqueles produtos destinados ao mercado interno, para alimentar a população brasileira.

[...] Isso revela que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização. Uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com participações ou com o beneplácito do Estado, durante governos militares ou civis. (OLIVEIRA, 1997, p.23-24).

O século XXI e, particularmente, no período do governo Lula, é a fase mais explosiva do ponto de vista da expansão dos cultivos de eucalipto para a produção de celulose de mercado com aportes significativos de recursos públicos para o monocultivo e para a ampliação das indústrias já instaladas. Há também aplicação de recursos públicos para a instalação de novas indústrias, bem como para sanar dívidas de empresas no período da crise de 2008/2009, como foi o caso da Aracruz e da Votorantin. Além desta “ajuda”, o governo também participou da fusão das indústrias Aracruz Celulose e a Votorantin Celulose Papel na condição de acionista, dando origem à maior indústria do mundo de celulose de fibra curta, a FIBRIA. “É uma operação do BNDESPar feita em condições de mercado. Ele proverá R\$ 580 milhões à Votorantin Industrial por meio da compra de Debêntures permutáveis por ações da própria VCP. Além disso, comprometeu-se em adquirir até R\$ 1,8 bilhão de ações

¹⁸ Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, isenta do imposto ICMS os serviços e produtos destinados à exportação.

preferenciais a serem emitidas pela VCP”¹⁹. Um dos argumentos para justificar a injeção de recursos públicos na fusão de empresas nacionais é que, mais fortes, as empresas podem resistir à tentativa de compra por estrangeiros. Os outros motivos são reduzir custos e tornar-se um competidor global.

Tabela 20: Investimentos para Papel e Celulose (em R\$ milhões) no governo Lula

2003	430
2004	1.050
2005	1.300
2006	2.200

Fonte: Disponível em <http://www.bndes.gov.br>. Acessado em 15/06/2010.

Segundo declarações do presidente do BNDES feitas em 2006, o setor de celulose e papel no Brasil deveria crescer, em média, 17% ao ano no período 2007/2010, se comparado ao período de 2002/2005. Ou seja, "os investimentos no setor vão mais que dobrar nos próximos quatro anos", observou Fiocca²⁰ (<http://www.bndes.gov.br>).

Ao comparecer no dia 28 de setembro de 2010 a inauguração da fábrica de celulose da Veracel²¹, na Bahia, e participar da reunião do BNDES com a Klabin para discutir o apoio financeiro à empresa²² - no valor de 1,7 bilhões de reais para ampliar sua capacidade de produção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva simbolicamente ratificou o aval à participação do Estado junto a Klabin e a Veracel. Esta última envolvida em desrespeito aos direitos sociais e ambientais dos povos indígenas, remanescentes de quilombos, agricultoras familiares e sem terra do Espírito Santo que disputam há 40 anos parte destas terras que, no momento, estão dominadas pelo eucalipto.

¹⁹ Fonte BNDES. Disponível em

<http://www.debentures.com.br/informacoesaomercado/noticias.asp?mostra=6077&pagina=-7>). Acessado em 16 de junho de 2010.

²⁰ Demian Fiocca presidente do BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>. Acessado em 16 de junho de 2010.

²¹ <http://www.veracel.com.br/web/pt/outros/noticias0055.html>. Acesso em: 15/06/2010

²² <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=310680>. Acesso em: 15/06/2010.

Tabela 21: Empresas Beneficiadas pelo BNDES (em R\$ milhões) no governo Lula

Empresa	Ano	Valor (R\$ milhões)
Klabin	2004	195,6
Aracruz Celulose	2005	297
International Paper	2005	134
Orsa Celulose Papel e Embalagens S/A	2005	67
Suzano Bahia Sul	2005	184,7
Suzano, Bahia	2005	2.590 (bi)
VCP	2005	218,9
Aracruz	2006	595,9
Bahia Pulp	2006	450
Klabin	2006	1.700 (bi)

Fonte: BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>. Acessado em 15/06/2010.

A discussão realizada até o momento teve por objetivo evidenciar que o BNDES é elaborador de políticas de Estado no Brasil tendo papel fundamental no modelo de desenvolvimento que está sendo implantado, em especial no campo. Ou seja, ele é peça fundamental na concretização das medidas liberalizantes implementadas no Brasil na década de 1990.

Destacamos a participação do BNDES na expansão das indústrias de celulose e papel pela importância desse processo para explicação da dinâmica que ocorre no uso e ocupação da terra na Microrregião de Três Lagoas. Porém, não podemos deixar de nos referir também aos projetos recentes do Banco para expansão da indústria da cana no Estado de Mato Grosso do Sul.

O quadro 22 embasa a tese de que o agronegócio é competitivo porque é subsidiado pelos recursos públicos. E os investimentos financiados pelo BNDES na indústria canavieira têm beneficiado de modo particular empresas multinacionais como a LCD Bioenergética S/A. Essa açambarcou R\$707.534.446,00 para a implantação de uma usina de etanol em Rio Brilhante/MS, cujo valor é equivalente a 67% do valor total do projeto.

Tabela 22: Financiamentos do BNDES para a agroindústria canavieira no MS

Empresa	Município	Data	Valor financiado (em reais)
AGROARTE	Rio Brilhante	-----	R\$ 12.172.965,00
Agro Energia Santa Luzia Ltda.	Angélica	17/12/2008	R\$ 528.164.288,00
Angélica Agroenergia	Angélica	01/11/2007	R\$ 151.000.000,00
Iaco Agrícola S/A	Chapadão do Sul	21/01/2009	R\$ 244.583.067,00
LDC Bioenergética S/A	Rio Brilhante	-----	R\$ 707.534.446,00
Rio Claro Agroindustrial Ltda.	Nova Alvorada do Sul	17/12/2008	R\$ 419.513.867,00
Usina Conquista do Pontal S/A	Nova alvorada do Sul	19/06/2009	R\$ 355.522.988,00
Usina São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.	Dourados	12/12/2008	R\$ 402.743.767,00
Total		R\$ 2.954.352.924,00	

Fonte: PLATAFORMA BNDES - <http://www.plataformabndes.org.br/mapas>. Acessado em 15/06/2010.

Portanto, uma análise focalizada no BNDES, em especial nos investimentos para o setor florestal, nos permite afirmar que esse Banco público tem repassado somas significativas de recursos com a finalidade de fortalecer a expansão da silvicultura e, principalmente, apoiar a modernização, ampliação e instalação de novas indústrias de celulose e papel. Para isso planejou uma estrutura organizacional com um setor específico para analisar o desenvolvimento das atividades de celulose e papel, fazer diagnósticos periódicos e projeções de investimentos futuros.

No entanto, é fundamental fazer referência também ao Fundo Constitucional para o Centro Oeste (FCO) que é uma linha de financiamento público que tem repassado recursos mediante o Banco do Brasil para o custeio de plantios de eucalipto, principalmente. O Mato Grosso do Sul recebeu um total de R\$ 58.819.000,00 em 2009, provenientes da linha de financiamento para o fomento florestal²³.

²³http://www.zianiflorestal.com.br/ziani/index.php?option=com_content&view=article&id=97:aguardando-cadastro-de-noticias&catid=37:noticias-e-eventos&Itemid=185.

2.3.2 - A flexibilização da legislação ambiental

O Brasil possui uma legislação ambiental elogiada internacionalmente, a começar pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que garante o ambiente saudável como um direito de todos.

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na legislação estadual do MS, de 1993, essa concepção de ambiente é reforçada quando define que são: “bens de interesse comum de todos os cidadãos, as florestas nativas e demais formas de vegetação natural existente no território do Estado, dependendo, sua supressão, de prévia licença a ser concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente²⁴, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis” (DECRETO Nº 7.508, de 23 de novembro de 1993).

No entanto, apesar de ser uma exigência legal, tanto federal quanto estadual, os estudos de impacto ambiental (EIA) para atividades econômicas que possam trazer consequências danosas ao meio ambiente, são constantemente desrespeitadas pelos grandes investimentos por meio de pressão junto ao poder público para conceder as licenças ambientais após a efetivação de parte das obras.

Os representantes dos grandes empreendimentos trabalham também com a chamada “estratégia do fato consumado”. É essa estratégia, por exemplo, que a Monsanto usa para impor a legalização dos cultivos da soja transgênica no Brasil, apesar de constitucionalmente ser exigido o estudo prévio de impacto ambiental como preconiza a Constituição Federal. A letra da Lei maior diz que é preciso estudo de impacto “para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente” (CF. artigo 225, item IV).

Em virtude desse desrespeito “legalizado” nosso intuito é nos determos das leis, decretos e resoluções que demonstram as ações do Estado quanto ao processo de proteção/recuperação das florestas nativas e a reposição do seu consumo mediante os plantios

²⁴ Atribuição dada atualmente à Fundação Estadual de Meio Ambiente - Pantanal, nos termos da Lei nº 1.829/98.

de florestas²⁵ nativas ou exóticas. Portanto, indagar sobre os objetivos das constantes reformulações das leis e, mais, saber se eles observam os preceitos constitucionais de 1988 e também o imperativo de proteger os recursos naturais da voracidade consumista do modo de produção capitalista, que ilimitadamente exaure os recursos da natureza com o intuito de assegurar os lucros do capital.

Os fatos têm denunciado que os reais objetivos da formulação e reformulação da legislação ambiental caminha pari passo com os interesses de reprodução do capital. Acreditamos que o Estado tem buscado adequar a legislação em relação ao uso dos recursos naturais enquanto valor econômico imprescindível para o desenvolvimento e progresso, colocando assim o meio ambiente a serviço dos interesses do capital.

Esse ordenamento do território pela via legislativa se explicita na palestra proferida pelo representante da Engenharia de Projeto LTDA - STCP²⁶, empresa que elaborou o Plano de Desenvolvimento Florestal do Estado de MS. Ao destacar as vantagens competitivas de MS para o crescimento do setor florestal, o referido representante afirmou que:

“outra vantagem competitiva fundamental, é que o Estado [Mato Grosso do Sul] flexibilizou o licenciamento. Aqui vem também a primeira crítica aos senhores que participam da utilização dessa flexibilização. Os senhores estão deitados nos louros dos resultados dessa flexibilização. Não estão mais acompanhando o processo. Podem ter certeza, isso vai mudar” (Diretor sócio da Engenharia de Projeto LTDA – STCP, grifo nosso).

A flexibilização a que se refere é a RESOLUÇÃO SEMAC/MS N.17 DE 20 DE SETEMBRO DE 2007 que dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais. Vejamos o Art. 1º da citada Resolução:

O plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em

²⁵ Para o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) plantações de árvores não são florestas. São culturas de árvores ou normalmente monoculturas em grande escala onde não moram comunidades humanas quando já não foram expulsas. Para o WRM “Uma floresta possui: - uma quantidade ainda maior de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto nas próprias árvores e arbustos (samambaias, trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.) - uma enorme variedade de espécies de fauna que ali encontram refúgio, alimento e possibilidades de reprodução. As comunidades humanas também fazem parte da floresta, já que muitos povos a habitam, interagem com ela e ali acham um conjunto de bens e serviços que garantem sua sobrevivência. Essa diversidade de flora e fauna (incluindo o ser humano) interage com outros elementos, como os nutrientes do solo, a água, a energia solar e o clima, desse modo garantindo sua auto-regeneração e a conservação de todos os componentes da floresta” Fonte: MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, setembro de 2003, Montevideo.

²⁶ Transcrição literal da palestra proferida por Joésio, diretor sócio e representante da STCP durante o II Congresso Florestal, realizado em Campo Grande no mês de junho de 2010.

áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas ou degradadas, desde que localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, fica dispensado de licenciamento ambiental nos termos desta Resolução.

O representando o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL - Roberto Ricardo – em sua fala proferida no II Congresso Estadual de Florestas²⁷ revela que, após a referida Resolução ser adotada pelo governo do MS, “choveu” telefonemas de empresários dos estados de São Paulo e Minas Gerais elogiando a atitude corajosa do Governador.

Situações como essa explicita que as iniciativas de promulgação de atos legislativos são executadas com rapidez desde que não atrapalhem, ou melhor, sirvam aos interesses dos empresários, em especial do complexo celulose/papel.

Obviamente esse favorecimento não está anunciado explicitamente nos atos legislativos promulgados pelos representantes do poder público, na verdade eles se apresentam em tom de preservação do meio ambiente. Porém, ao observarmos o movimento do empresariado em relação à implantação de projetos econômicos nota-se uma “coincidência” com as mudanças na legislação.

Em outro momento, essa mudança vem como prêmio a quem cometeu crime ambiental, como é o caso do Decreto e da Resolução que disciplina todos os procedimentos ligados ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) no território do Estado de Mato Grosso do Sul. O Decreto em seu artigo 2º assinala que:

O SISREL tem por finalidade garantir que o território do Estado de Mato Grosso do Sul tenha, no mínimo, o índice de vinte por cento de cobertura vegetal nativa relativa à reserva legal, por meio da conjugação de esforços do Poder Público e da iniciativa privada. (DECRETO Nº 12.528, DE 27 DE MARÇO DE 2008).

A fim de complementar a flexibilização, o Decreto em seu artigo 12º admite que as propriedades que não tenham reserva legal ou com área inferior a 20% podem fazer a recomposição com mudas de espécies exóticas.

A recomposição da vegetação da área da reserva legal mediante plantio e cultivo temporário de mudas de espécies exóticas como pioneiras, em sistema intercalar ou de consórcio com mudas de espécies nativas e características da região, deverá ser detalhada em projeto a ser previamente submetido à análise e aprovação no IMASUL. (Artigo 12, IV §1º do DECRETO Nº 12.528, DE 27 DE MARÇO DE 2008).

²⁷ II Congresso Estadual de Florestas realizado em Campo Grande no mês de junho de 2010.

Na Resolução que disciplina as determinações do Decreto aparece de forma explícita que o proprietário pode usar espécies exóticas com finalidade econômicas (leia-se produção de eucalipto). A referência ao prazo de 23 anos relaciona-se ao plantio de eucalipto, pois neste período é possível a realização de até três cortes para produção de celulose.

§ 1º Os plantios de espécies nativas e exóticas, para recomposição da Reserva Legal deverão ser planejados de forma que, num horizonte de 23 anos, contados da publicação do Decreto Estadual nº 12.528, de 27 de março de 2008, esteja assegurado o desenvolvimento da vegetação nativa da Reserva Legal. (RESOLUÇÃO SEMAC N. 08 DE 15 ABRIL DE 2008).

A fala de Roberto Ricardo, na palestra a que nos referimos anteriormente, revela as vantagens deste Decreto e da Resolução n. 17. Para o representante do IMASUL as mudanças visam atender tanto aos interesses dos fazendeiros – que, diga-se, transgrediram a legislação anterior que rezava que os proprietários de imóveis deixassem 20% de sua propriedade como reserva legal - como aos empresários do setor de celulose/papel, uma vez que a recomposição pode ser feita com espécies exóticas.

Você pode plantar eucalipto, trabalhar os três cortes desse eucalipto, ao longo de 21 anos e depois você tem a área em condições de deixar que a vegetação nativa tome conta da área que você plantou e você tem realmente de abandonar o manejo com espécies exóticas. Mas você pode ter plantado ao longo desses 21 anos conduzindo um reflorestamento de espécies nativas também com finalidade econômica. Porque a reserva legal proporciona a possibilidade de manejo econômico. A lei do código florestal predetermina isso. Se você plantar seringueira na reserva legal você vai explorar o látex durante 35 a 40 anos e depois disso você vai poder explorar essa madeira. Então você pode trabalhar sim com a recomposição da reserva legal com essas espécies ao longo dos ciclos da espécie (Roberto Ricardo²⁸).

Reiteramos que o Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas ao afirmar que o plantio de eucalipto é floresta - e que por isso recupera áreas degradadas pelas pastagens e inclusive, com melhoria da qualidade da água – autoriza uma nova forma de ocupação e uso das Reservas Legais e Área de Preservação Permanente premiando os empresários e os proprietários rurais que cometeram crimes ambientais. E, mais, permite aos mesmos usufruir dos incentivos fiscais para o plantio do eucalipto agraciados com dispensa da licença ambiental.

Porém, numa análise mais apurada na Agenda Estratégica do Setor de Silvicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, verificamos que eles propõem uma estratégia de ação em 2009 (e que executam no ano de 2010) na direção oposta

²⁸ Transcrição de parte da palestra proferida por Roberto Ricardo, representando o IMSUL, no II Congresso Estadual de Florestas realizado em Campo Grande no mês de junho de 2010.

ao que é afirmado no referido Plano Estadual do MS. Ou seja, o setor é mais radical: eles não querem remendos, querem mudanças estruturais na Legislação (leia-se Código Florestal).

Neste sentido, exercem pressão junto ao Congresso Nacional para que aprove a revisão do Código Florestal no sentido do “reconhecimento das áreas de florestas plantadas consolidadas em topo de morro e a inclusão das APP’s (Áreas de Preservação Permanente) na área de Reserva Legal” (BRASÍLIA, Outubro de 2009, p. 36).

A Comissão Especial da Câmara de Deputados aprovou mudanças que ainda vão para o plenário da Câmara e do Senado para serem votadas podendo sofrer alterações. No entanto, os ruralistas obtiveram uma vitória inicial como a previsão de redução das Áreas de Preservação Permanente (APP) e reservas legais, bem como a sobreposição das reservas legais às APPs. E o fato dos proprietários rurais que já devastaram suas reservas não precisarem recompô-las, é mais uma dessas vitórias.

Enfim, a proposta de anistia ampla e irrestrita privilegia quem descumpriu a lei e, conseqüentemente, penaliza quem sempre investiu tempo e dinheiro na conservação. Por isso, concordamos plenamente com as afirmações do Professor Ariovaldo U. de Oliveira em entrevista ao Jornal Correio da Cidadania em 12 de junho de 2010, quando esse comenta a proposta de mudança do Código Florestal brasileiro em debate no Congresso Nacional.

Falando de modo estritamente jurídico, todos aqueles que não respeitaram a legislação do código desde a sua assinatura na década de 60 não apenas cometeram crimes ambientais, como deveriam ir à justiça responder por eles. O que se está fazendo é uma coisa que do ponto de vista do direito, em minha modesta opinião, é um absurdo total. Está se repetindo a mesma coisa vista na introdução dos transgênicos. Aqueles que introduziram os transgênicos cometeram vários crimes. No entanto, a legislação veio em seu benefício e eles foram perdoados pelos crimes cometidos, já que antes os transgênicos eram proibidos por lei e foram introduzidos clandestinamente. Agora é o mesmo com o Código Florestal. De tanto haver transgressão às leis, a transgressão pode vir a ser ‘perdoada’, num claro mau exemplo a toda a sociedade, que vai entender o recado: a lei foi feita, mas não para ser cumprida, pois, em outras palavras, o crime compensa²⁹.

²⁹ <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4728/9/>. Acesso em: 23 de Fev de 2011.

3 – O EMBATE ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A AGRICULTURA CAPITALISTA

Após uma abordagem das principais políticas adotadas pelo governo com o objetivo de modernizar o campo brasileiro com vistas ao aumento da produção agropecuária para a exportação, vamos dedicar esse Capítulo a análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Com base nesses dados discutiremos as contradições que se dão na forma de uso e ocupação da terra no Estado de Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Três Lagoas.

Entendemos que estas contradições se aprofundam na medida em que o processo do capitalismo monopolista avança no campo territorializando-se, conflituando ainda mais a disputa pelo território entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Portanto, é nesse território monocultor e de terras concentradas da Microrregião de Três Lagoas que se realiza também, de forma contraditória, a reprodução camponesa nas lutas dos sem terra para ocupar e reconquistar frações do território capitalista.

Lutas essas concretizadas na Microrregião de Três Lagoas por meio da conquista de 10 (dez) projetos de assentamentos de Reforma Agrária, beneficiando 1.147 famílias (Tabela n. 23).

Apesar da estrutura fundiária da Microrregião de Três Lagoas ser uma das mais concentradas no MS, é nesta região que os camponeses, teimosamente, resistem e insistem em se reproduzir socialmente em meio a toda sorte de adversidades. E ainda respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal, apesar da dinâmica da estrutura fundiária e de produção estar baseada, nas últimas três décadas, no monocultura do eucalipto e das pastagens para pecuária.

Tabela 23: Projetos de Assentamentos na Microrregião de Três Lagoas/MS – 1988 a 2008

Município	P Assentamento	Área(ha)	Ano	Nº de famílias
Brasilândia	Reassentamento Pedra Bonita	3.344	2008	85
Ribas do R. Pardo	Pedreira	87	1988	10
Ribas do R. Pardo	Mutum	15.831	1996	300
Santa R. do Pardo	Córrego Dourado	1.399	1998	49
Santa R. do Pardo	Santa R. do Pardo	1.482	1991	47
Santa R. do Pardo	São Tomé	2.870	2001	110
Santa R. do Pardo	Avaré- Fetagri	4.717	2005	272
Santa R. do Pardo	Avaré- CUT	2.283	2005	147
Três Lagoas	Pontal do Faia	1.458	2000	45
Três Lagoas	Reassentamento Rural Piaba	764	2008	14
Três Lagoas	Arapuá*	1.456	2008	68
TOTAL	10	35.697		1.147

Fonte: INCRA 2010.

*Também conhecido como projeto de Assentamento 8 de Março.

Comparando os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e de 2006 buscamos evidenciar também como o discurso ideológico em favor do monocultivo do eucalipto oculta a importância da presença do campesinato em relação à sua participação na produção de alimentos e enquanto sujeitos sociais que disputam parte desse território dominado pelo capital.

Todavia, nessa análise das contradições é preciso considerar a desproporcionalidade do embate entre agronegócio e camponeses. É preciso considerar a força ideológica do agronegócio, pois ao mesmo tempo em que avança transformando o eucalipto em *comoditties* de celulose e papel - negociada pelas bolsas de valores de Nova York e Tóquio, no âmbito local/regional vai super valorizando o preço da terra e criando a ilusão do emprego fácil e abundante no campo e na cidade. E nesse processo de expansão essa fração da burguesia consegue-se aliar com os proprietários de terra, e a contar com o apoio de parte dos trabalhadores, ocultando eficazmente o bloqueio à Reforma Agrária que está no centro dessa expansão³⁰.

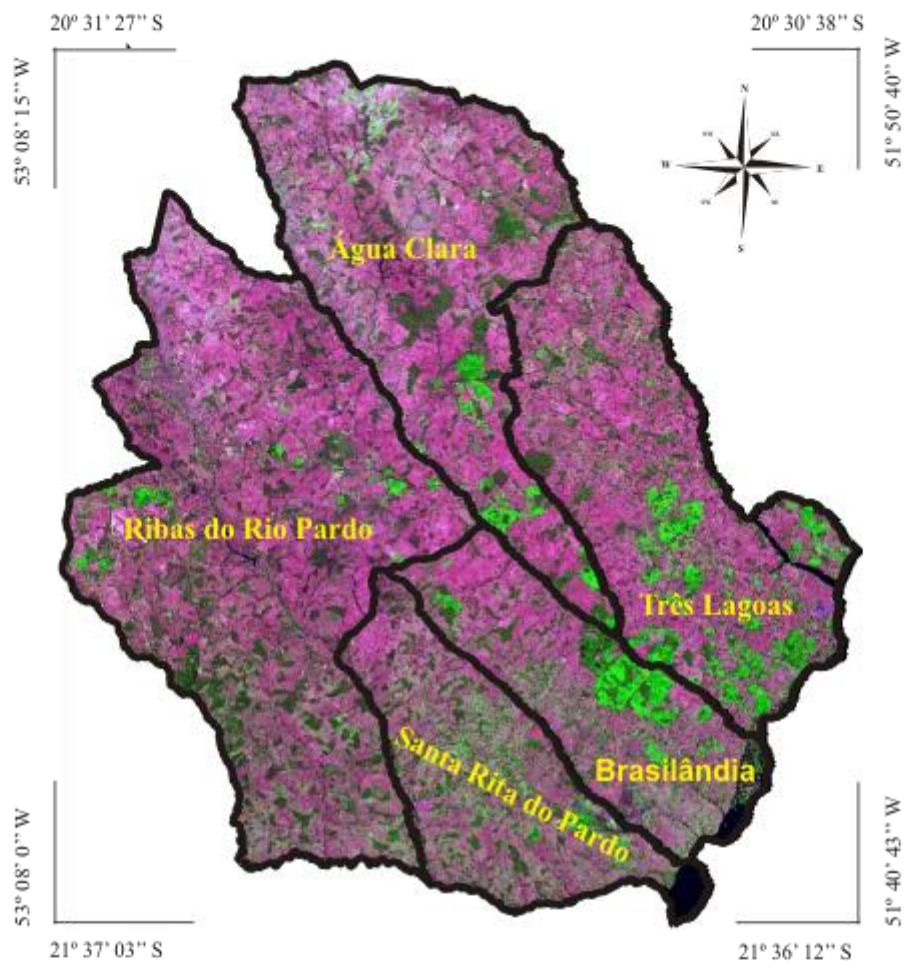
³⁰ Segundo Martins, em sua obra “O Poder do Atraso” (1994), no Brasil a propriedade da terra não se tornou empecilho para a reprodução do capital na agricultura porque o governo por meio dos incentivos fiscais injetou muito dinheiro para que parte dos latifundiários pudessem se modernizar dispensando o uso da reforma agrária (MARTINS, 1994, p.80).

Por conseguinte, na esteira dessa expansão vai transformando a Microrregião num deserto verde³¹ como vem sendo entendido o monocultivo do eucalipto, destruindo o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer ainda que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar.

Porém, a possibilidade histórica de inversão de forças e da mudança está no fato de que esses camponeses respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal da Microrregião de Três Lagoas, como revelam os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

³¹ Estamos empregando a expressão deserto verde usada pelos movimentos sociais e Ongs ambientalistas no sentido de destacar a perversidade do monocultivo do eucalipto que pelo alto aparenta uma paisagem do verde exuberante, mas que por baixo esconde uma drástica redução da biodiversidade local.

Microrregião de Três Lagoas - MS

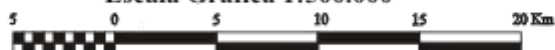


Municípios da Microrregião de Três Lagoas

Limites Político-Administrativo dos Municípios

PROJEÇÃO POLICÔNICA

Escala Gráfica 1:500.000



UFMS - Campus de Três Lagoas

Mestrado em Geografia

Representação dos municípios da Microrregião de Três Lagoas:

Imagem: Imagens Landsat 5 TM de (2010); Órbita: 223, 224; Ponto: 73, 74 e 75;

Composição (RGB): b3 (B); b4 (G) e b5 (R)

Edição: GRECHIA, Luciano, 2010. (Bolsista, de Pós-Graduação pela FUNDECT, 2009/2011).

Mapa 3 - Mapa dos Municípios da Microrregião de Três Lagoas - MS

3.1 - Estrutura fundiária e uso da terra

Os dados censitários do IBGE referentes à distribuição populacional, tanto na escala estadual como na escala microrregional, indicam que há uma concentração populacional muito expressiva na área urbana, respectivamente 84,56% (Tabela 24) e 83,82% (Tabela 25).

No entanto, quando analisarmos os mesmos dados do IBGE na escala municipal verificamos que os municípios da Microrregião de Três Lagoas ainda concentram uma percentagem populacional significativa na área rural, com exceção do município de Três Lagoas onde praticamente 95% da população se encontra na área urbana. Por sua vez, os demais municípios concentram mais de 30% de seus habitantes na área rural (Tabelas 24 e 25).

Tabela 24: Distribuição da População no MS - 2007

UF.	Urbana	%	Rural	%	TOTAL
Mato Grosso do Sul	1 915 440	84,56	349 834	15,14	2 265 274

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Tabela 25: Distribuição da População na Microrregião de Três Lagoas 2007.

Municípios	Urbana	%	Rural	%	TOTAL
Água Clara	8 986	68,16	4 197	31,84	13 183
Brasilândia	7 793	64,21	4 343	35,79	12 136
Ribas do Rio Pardo	12 872	67,19	6 287	32,81	19 159
Santa Rita do Pardo	3 444	48,09	3 718	51,91	7 162
Três Lagoas	81 510	94,87	4 404	5,13	85 914
	114.605	83,31	22.949	16,68	137.554

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Outras leituras possibilitadas pelos dados dizem respeito à grande desigualdade em relação ao uso e ocupação das terras, a começar pela distribuição

populacional. O município de Ribas do Rio Pardo com uma área total de 1.610.403 hectares, possui 19.159 habitantes enquanto que o município de Três Lagoas com uma área de 932.678 hectares concentra 62,46% do total da população da Microrregião (Ver Tabela 25).

Por outro lado, ao compararmos a distribuição populacional da Microrregião de Três Lagoas com a da Microrregião de Nova Andradina - com quem faz fronteira, notamos que nesta primeira o povoamento é disperso. Ou seja, a Microrregião de Nova Andradina com uma área total de 1.097.529 hectares possui uma população de 84.243 enquanto que a de Três Lagoas com uma área de 4.536.999 hectares, quatro vezes maior, possui uma população de 137.605 habitantes.

Essa é uma das razões da Microrregião de Três Lagoas ser historicamente considerada uma região onde as terras são reserva de valor na medida em que os capitalistas somente as colocam para produzir quando tem certeza que podem extrair renda. Assim foi na década de 1970 com os incentivos fiscais dos governos militares, o mesmo na década de 1990 com a vinda da Champflora e, agora, se repete na atualidade com a instalação das indústrias de celulose e papel.

Durante as últimas três décadas a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul permanece praticamente inalterada. Apenas o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares sofre oscilações maiores, aumentando e diminuindo, a cada período censitário (Tabela 26).

Tabela 26: Estrutura Fundiária - MS – 1995/96 e 2006

6 Grupos de Classes (ha)	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	9.170	18,55	39.680	0,13	13.396	20,65	64.817	0,22
Menos de 50	13.451	27,22	333.467	1,08	24.830	38,28	563.436	1,87
Menos de 100	4.302	8,70	303.695	0,98	4.447	6,86	310.264	1,04
Menos de 200	4.214	8,53	593.881	1,92	4.077	6,29	566.385	1,88
Menos de 1000	11.209	22,68	5.398.798	17,45	11.209	17,28	5.428.720	18,06
Acima de 1000	6.902	13,97	24.273.252	78,44	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Sem Área	175	0,35		-----	300	0,46		
Total	49.423	100	30.942.772	100	64.862	100	30.056.947	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Porém, mantidos os altos e baixos desse estrato de área, a novidade é que o Censo de 2006 registrou um aumento mais significativo do número de estabelecimentos com menos de 100 hectares, apresentando um acréscimo de 15.750 estabelecimentos em relação ao Censo de 1995/96 (Tabela 27).

Tabela 27: Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total - série histórica (1975/2006) – Mato Grosso do Sul.

Grupos de área total	1975	1980	1985	1995	2006
Total	57.853	47.943	54.631	49.423	64.862
Menos de 100 ha	43.102	29.978	33.666	26.923	42.673
100 a menos de 1000 ha	9.726	12.034	14.674	15.423	15.286
1000 ha e mais	5.017	5.822	6.215	6.902	6.603

Fonte: IBGE - Série Histórica.

No entanto, é necessário observar que são os extratos de área de menos de 50 hectares que registram o maior aumento em número de estabelecimentos, ou seja, 84,60% em relação aos dados do Censo de 1995/96. Essa observação é fundamental porque é este o tamanho médio dos lotes de assentamento da Reforma Agrária e como veremos,

posteriormente, é essa classe de área que vai registrar uma maior eficiência produtiva em Mato Grosso do Sul e, de forma particular, na Microrregião de Três Lagoas. Eficiência produtiva entendida como a capacidade de produzir usando poucos recursos públicos e com reduzido acesso às novas tecnologias.

Por outro lado, as classes de área acima de 100 hectares registram um aumento continuado nos Censos de 1975, 1980, 1985 e 1996/95, com exceção dos dados do Censo de 2006 que apontam um pequeno decréscimo (ver tabela 27).

Quanto à área total, as alterações também foram muito pequenas, não resultando em mudança importante na estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo os dados do IBGE de 1995/96, os estabelecimentos com menos de 100 hectares detinham 2,19% da área total, em 2006 incorporaram menos de 1% da área total em relação ao Censo de 1995/96. Ou seja, passam a deter 3,12% do total da área no Estado. Enquanto os estabelecimentos acima de 1000 hectares que ocupavam 78,45% da área total passam a ocupar 76,93.% (ver tabela 26).

Na Microrregião de Três Lagoas a concentração fundiária é maior ainda do que a apresentada na escala estadual, porém registra um aumento dos mais significativos em relação ao número de estabelecimentos nas classes de área de menos 50 hectares, classe de área que coincide com o tamanho dos lotes da Reforma Agrária. Ou seja, o número de estabelecimentos no extrato de área de 10 ha a menos de 50 ha salta de 336 em 1995/96 para 1.311 em 2006. Estes dados comparativos dos dois últimos Censos do IBGE aparecem de forma mais detalhada na tabela nº 28.

Tabela 28: Estrutura Fundiária da Microrregião de Três Lagoas

6 Grupos de Classes (ha)	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	120	3,72	998	0,02	304	6,76	1.476	0,03
De 10 - de 50	336	10,41	10.627	0,24	1.311	29,15	34.180	0,76
De 50 - de 100	144	4,46	11.773	0,26	189	4,20	13.740	0,30
De 100 - de 200	248	7,68	40.635	0,90	265	5,89	36.004	0,79
De 200 - 1000	1.320	40,89	719.994	15,92	1.279	28,43	689.809	15,21
Acima de 1000	1.060	32,84	3.736.359	82,66	1.135	25,23	3.761.789	82,91
Sem Área	-----		-----		15	0,34	-----	
Total	3.228	100	4.520.387	100	4.498	100	4.536.999	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

É importante registrar que o fato do último Censo Agropecuário não registrar uma desconcentração fundiária não deve nublar o saldo positivo que representa esse aumento de estabelecimentos do ponto de vista de que novas famílias estão vivendo e trabalhando no campo, consequência em grande parte da luta dos movimentos sociais pela reforma agrária. Garantindo assim a geração de emprego e renda para um número considerável de famílias, como veremos adiante com maiores detalhes.

Analisar os dados do IBGE sobre a utilização das terras é fundamental para verificarmos quais são os principais destinos dados pelos estabelecimentos agropecuários às terras do Estado, por outro lado nos dão indicativos do modelo de desenvolvimento agrário-agrícola que está sendo implantado em Mato Grosso do Sul (Tabela 29).

Tabela 29: Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul em 1995/96

	- de 200	- de 1000	+ de 1000	Total
Lavouras permanentes	9.170	4.647	2.399	16.215
Lavouras temporárias	208.379	465.055	694.061	1.367.496
Lavouras temporárias em descanso	8.822	18.214	91.148	118.185
Pastagens naturais e plantadas	852.209	3.920.033	17.038.465	21.810.707
Matas e florestas naturais	126.458	788.805	4.781.396	5.696.659
Matas e florestas artificiais	2.364	7.083	171.632	181.080
Terras produtivas não utilizadas	13.356	39.395	351.192	403.943
Terras inaproveitáveis	49.966	155.563	1.142.957	1.348.487
Total				30.942.772

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Há um dado do Censo de 2006 (Tabela 30) que difere do Censo 1995/96 (Tabela 29), e que à primeira vista pode ser considerado positivo qual seja: o aumento considerável da área para uso nas lavouras temporárias e permanentes. Este aumento foi de 42,11% na lavoura temporária e de 274% na lavoura permanente, segundo dados do Censo de 2006 comparados com os dados de 1995/96.

No entanto, quando cruzamos estes dados com a tabela que detalha o uso da terra por produtos das lavouras temporárias, percebemos um movimento monocultor. Neste sentido, os dados do Censo de 2006 demonstram que este aumento da área cultivada se refere fundamentalmente a três tipos de lavouras, a saber: a soja, o milho e a cana. Em outras palavras, é a agricultura empresarial que tem se expandido no campo sulmatogrossense em detrimento da agricultura de consumo popular.

Tabela 30: Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul em 2006

Utilização das terras	-200 (ha)	-1000(ha)	+ 1000(ha)	Total
Lavouras Temporárias	197.170	660.006	1.086.198	1.943.374
Lavouras (forrageiras, cultivos de flores, viveiros)	17.620	44.402	117.681	178.714
Lavouras permanentes	17.804	20.306	22.634	60.745
Pastagens	1.032.483	3.623.027	16.288.301	20.943.814
Florestas plantadas	3.066	12.659	86.097	101.822
Florestas naturais	170.001	930.756	4.717.022	5.817.780
Sistemas agroflorestais	11.374	41.435	112.057	164.868
Tanques, lagos, açudes	3.152	10.092	59.395	72.638
Construções, benfeitorias ou caminhos	35.949	35.452	116.988	188.389
Terras inaproveitáveis* para agricultura ou pecuária	16.436	50.609	516.962	584.006
Total				30.056.150

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Com base nos dados do Censo de 2006 (Tabela 30) comparados com os dados de 1995/96 (Tabela 29) verificamos que há uma redução da área ocupada com florestas plantadas. Acreditamos que isso ocorre por duas razões principais.

A primeira diz respeito ainda aos cortes nos incentivos fiscais realizados no início dos anos de 1980 que paralisaram a expansão dos plantios de eucalipto e *pinus* no Estado, situação que já nos referimos no Capítulo anterior. Porém, a madeira, produto destes plantios, foi sendo utilizada como lenha, como madeira em tora pela indústria moveleira e para produção de carvão vegetal. Dando sentido a esta afirmação, verificamos que mais de 90% de todos os produtos da silvicultura em Mato Grosso do Sul provém da Microrregião de Três Lagoas (Tabela 31).

Tabela 31: Quantidade Produzida na Silvicultura por tipo de produto da silvicultura no Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Três Lagoas

Ano	Lenha (metros cúbicos)		Madeira em tora (metros cúbicos)		Carvão vegetal (toneladas)	
	MS	Microrregião	MS	Microrregião	MS	Microrregião
1990	999.882	987.172	450.432	450.175	141.117	133.069
1991	1.830.193	1.782.752	578.266	578.266	244.581	244.527
1992	1.876.689	1.856.926	602.364	525.581	287.385	280.073
1993	1.515.453	1.472.021	467.602	467.602	318.227	311.160
1994	1.494.169	1.472.177	458.763	455.786	190.122	178.334
1995	752.158	666.210	119.454	118.567	267.372	258.333
1996	459.793	245.492	219.698	218.718	227.697	226.559
1997	291.473	258.940	115.470	112.020	348.904	339.493
1998	354.734	317.910	254.550	252.297	254.877	237.118
1999	463.804	394.378	455.850	448.095	168.796	130.229
2000	578.181	408.015	535.976	523.172	116.942	116.421
2001	809.945	567.744	1.309.956	1.287.871	118.757	108.262
2002	593.635	380.048	1.386.563	1.341.467	157.974	148.586
2003	972.160	664.397	2.221.857	2.184.033	172.192	155.859
2004	598.990	391.000	2.147.046	1.803.246	61.295	55.610
2005	424.878	188.329	2.046.983	1.454.393	111.162	106.965
2006	410.065	269.130	1.194.023	1.171.734	72.688	68.482

Fonte: IBGE. Produção da Silvicultura. Org. KUDLAVICZ, 2010.

A segunda explicação está ligada ao fato de que o Censo 2006 não registrou o significativo aumento da expansão das áreas plantadas com eucalipto, uma vez que a referida expansão ocorre a partir da troca de ativos, em 2006, entre as empresas International Paper e a Votorantin Celulose. Com a conseqüente construção, em 2007, da maior indústria de linha contínua celulose/papel da atualidade, no município de Três Lagoas/MS.

Por outro lado, um indicativo positivo se refere às áreas ocupadas por matas e florestas naturais, estas áreas não sofreram redução no último período censitário (Tabela 30) e ainda agregaram cerca de 100 mil hectares comparados com os dados do Censo de 1995/96 (Tabela 29). Portanto, a princípio os dados do IBGE indicam que o aumento da área utilizada para lavouras não é proveniente de novos desmatamentos.

Provavelmente a explicação acerca da origem das mudanças na utilização das terras no período censitário está no fato de que houve uma redução de 866.893 hectares da área ocupada por pastagens em 2006 quando comparada com 1995/96. Em contrapartida, houve o acréscimo de 800 mil hectares para utilização de lavouras que pode ser proveniente da transformação de pastagens em áreas de lavouras.

Porém, observando os dados do Censo de 1995/96 verificamos que as áreas de terras definidas como terras produtivas não utilizadas e lavouras temporárias em descanso

totalizavam 522.128 hectares (Tabela 29) e estas classificações desaparecem no Censo de 2006 (Tabela 30). Temos 1.348.487 ha registrados pelo Censo de 1996/95 como terras inaproveitáveis para uso agrícola e de pecuária (Tabela 29), no Censo de 2006 são reduzidos a 504.006 hectares (Tabela 30). Logo, entende-se que 844.481 ha foram aproveitados para algum tipo de uso e ocupação. Por outro lado 885.825 ha de terras desaparecem da área total dos dados do Censo agropecuário de 2006, em relação à total dos dados Censitários de 1995/96, sem nenhuma explicação.

Um elemento importante a considerar são os dados referentes às áreas ocupadas por pastagens. Apesar dos dados do Censo de 2006 revelarem uma redução, a pecuarização do Estado permanece, uma vez que a área ocupada por pastagens representa ainda 69,89% da área total de terras, lembrando que no Censo 1995/96 elas dominavam 70,49% do território sulmatogrossense.

Da mesma forma, quando analisamos o uso das pastagens por classe de área total comparando os dois Censos, percebemos que a dinâmica permanece praticamente inalterada. Em 1995/96, 78,12% da área de pastagens estava sob o domínio da grande unidade (estabelecimentos acima de 1000 ha), em 2006 houve um pequeno recuo para 77,77% (Tabela 33).

Tabela 32: Utilização das Terras (ha) com Pastagens no Mato Grosso do Sul segundo classes de área – 1995/95 e 2006.

Classes de área	1995/96	%	2006	%
-de 200ha	852.209	3,91	1.032.483	4,93
-1000 há	3.920.033	17,97	3.623.027	17,30
+ de 1000 ha	17.038.465	78,12	16.288.301	77,77
Total	21.810.707	100	20.943.814	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

No uso das terras para lavouras (temporárias e permanentes) a mudança é mais significativa, em 1995/96 representava 4,47% da área total, em 2006 sobe para 7,26%.

3.2 - Produção e geração de emprego e renda

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em entrevista realizada em janeiro de 2011 pelo Instituto Humanitas Unisinos, afirmou que: “é uma mentira continuar dizendo que a terra no Brasil é produtiva” ³².

Ainda na referida entrevista Oliveira afirma que: “é preciso parar com essa campanha ideológica de que o agronegócio não usa trabalho escravo, que cumpre as leis brasileiras”. E “esse trabalho escravo é estrutural como a violência que cerca a questão da terra. Eles fazem parte da gênese da agricultura brasileira” ³³.

Essa realidade agrária marcada pela violência pode ser averiguada no Estado de Mato Grosso do Sul. Os anos de 2006 e 2007, quando o governo de Mato Grosso do Sul inicia uma campanha de *marketing* visando incentivar a instalação de indústrias do setor agroindustrial canavieiro, é o período em que se registra o maior número de ocorrências de trabalho escravo no Estado (Tabela 33).

Tabela 33: Trabalho Escravo no Mato Grosso do Sul

Estado	Trabalho Escravo 2006		Trabalho Escravo 2007	
	Ocorrências de trabalho escravo	Trabalhadores libertos	Ocorrências de trabalho escravo	Trabalhadores libertos
MS	3	29	13	1.634

Fonte: CPT Nacional e org. KUDLAVICZ, 2008.

Para sabermos se houve aumento da produtividade das terras sulmatogrossenses, basta um olhar atento nos dados do IBGE organizados nas tabelas 34 e 35. Nelas é possível verificar, por exemplo, que dos mais de 30 milhões de hectares que o Estado de Mato Grosso do Sul possui, aproximadamente dois milhões de hectares utilizam-se para o cultivo com lavouras temporárias em 2006 (Tabela 35).

Outra observação importante diz respeito ao aumento da área utilizada pelas lavouras temporárias nos dados do Censo de 2006 quando comparados com os dados de 1995/96. Vejamos, ao mesmo tempo em que se verificou o aumento de área total colhida da lavoura temporária houve também uma redução significativa das áreas colhidas de arroz,

³² Entrevista disponível em:

http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=39669. Acessado em 11/01/2011.

³³ Idem.

feijão e trigo, que são componentes básicos da dieta alimentar da população brasileira. As áreas colhidas que tiveram um aumento importante se referem aos principais produtos da lavoura de exportação no caso, soja, milho e cana.

Tabela 34: Área Colhida (ha) da Lavoura Temporária no MS em 1995/96

	- 10	-50	-100	- 200	-1000	+ 1000	Total
Arroz (casca)	1.733	4.418	3.308	5.183	20.921	24.383	59.946
Amendoim	102	210	3	-----	-----	-----	315
Cana	36	220	372	1.113	8.406	68.199	78.347
Feijão	1.748	3.655	1.443	1.679	5.662	3.114	17.301
Mandioca	1.920	4.150	933	1.451	3.487	2.426	14.367
Milho	6.296	23.714	18.367	32.111	160.129	176.067	416.683
Soja	2.746	22.684	24.116	24.117	284.088	364.225	746.168
Trigo	161	1.797	2.342	3.036	15.067	9.166	31.572
TOTAL	14.742	60.848	50.884	68.690	497.760	647.580	1.364.699

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Tabela 35: Área (ha) Colhida da Lavoura Temporária no Mato Grosso do Sul em 2006

	- 10	-50	-100	- 200	-1000	Acima de 1000	Total
Arroz (casca)	836	2.053	1.650	2.153	10.428	3.649	20.770
Amendoim	108	71	4	-----	23	-----	637
Cana	278	1.234	733	1.655	18.114	127.626	149.641
Feijão	1.740	4.342	659	1.326	1.984	2.644	12.695
Mandioca	5.243	14.659	1.583	1.265	3.182	949	26.881
Milho	10.179	31.705	18.450	39.487	31.700	246.618	620.068
Soja	2.747	31.426	25.953	57.178	496.672	570.798	1.184.777
Trigo	-----	327	288	1.265	11.836	12.177	25.907
TOTAL	21.131	85.817	49.320	104.329	573.939	964.461	2.041.376

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Quanto à produtividade das lavouras temporárias podemos observar que o arroz e o feijão foram os produtos que tiveram o maior incremento de produtividade (kg/ha/ano) em 2006 quando comparado com a produtividade obtida no Censo 1995/96, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (Tabela 36). Sendo que o arroz registrou um aumento de 67,77% e o feijão de 51,19%.

Considerando que, em 2006, a pequena unidade respondeu por 27,20% do total da produção do arroz e por 64,07% da produção de feijão, podemos concluir que apesar do pouco incentivo dado aos pequenos estabelecimentos eles conseguem se apropriar dos avanços tecnológicos e melhorar sua eficiência produtiva. Por outro lado, a produtividade da soja e do milho, que são produtos de maior exportação, teve aumento de produtividade bem abaixo do arroz e do feijão (Tabela 36).

Tabela 36: Produtividade (t/h/a) das Lavouras Temporárias no Mato Grosso do Sul - 1995/96 e 2006

Ano	Arroz	Feijão	Milho	Soja
1995/96	2.709	1.096	3.187	2.408
2006	4.545	1.657	3.507	2.571

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

As terras utilizadas com lavouras permanentes em Mato Grosso do Sul tem pouca expressão enquanto tamanho de área destinada a este uso. Acrescenta-se que em 2006 os produtos da lavoura permanente como amora, banana e café sofreram redução de área colhida com exceção do plantio de côco da bahia (Tabelas 37 e 38).

Tabela 37: Área Colhida (ha) dos Produtos da Lavoura Permanente no MS em 1995/96

	- 10	-50	-100	- 200	-1000	+ 1000	Total
Amora	217	524	47	5	13	-----	806
Banana	193	435	71	140	505	304	1.648
Café	479	935	239	25	18	30	1.726
Côco	2	5	2	1	9	2	22

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org. KUDLAVICZ

Tabela 38: Área Colhida (ha) dos Produtos da Lavoura Permanente no MS em 2006

	- 10	-50	-100	- 200	-1000	+ 1000	Total
Amora	103	311	11	-----	-----	-----	425
Banana	63	103	55	46	93	-----	360
Café	403	547	63	188	10	-----	1.254
Coco	16	46	-----	5	19	80	176

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Também em relação aos dados de financiamentos segundo o Censo Agropecuário de 2006 verificamos que sua distribuição é extremamente desigual no MS. A classe de área de acima de 1.000 ha (grande) concentrou 78,97% do valor dos financiamentos enquanto que as classes de área de menos de 50 ha acessaram somente 2,44 % do valor dos financiamentos (Tabela 39). O mesmo ocorre de forma muito semelhante na Microrregião de Três Lagoas. Os estabelecimentos de até menos 50 ha acessaram 1,16% do valor total dos financiamentos enquanto que os estabelecimentos acima de 1000 ha obtiveram 70,94% (Tabela 56).

Tabela 39: Valor dos Financiamentos em Mato Grosso do Sul em 2006

Classes de área	Valor financiamentos (mil R\$)		Porcentagem (%)
Menos de 10	6.990		0,37
Menos de 50	38.616		2,07
Menos de 100	23.274		1,25
Menos de 200	38.397		2,06
Menos de 1000	284.520		15,26
Acima de 1000	1.472.448		78,97
Sem Área	241		0,02
Total	1.864.497		100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

A pecuária bovina de Mato Grosso do Sul em 2006 apresentou aumento de 3,17% em relação ao total de cabeças comparado com os dados de 1995/96 (Tabela 40 e 41). O registro de aumento mais significativo no ano de 2006 foi na classe de área a menos de 50 ha, atingindo 71,30% em relação aos dados de 1995/96.

Tabela 40: Plantel dos Animais em Mato Grosso do Sul em 1995/96

Efetivo	- de 10	- de 50	- de 100	- de 200	- de 1000	+ 1000	Sem declaração	Total
bovinos	50.110	372.615	315.109	567.624	4.541.479	13.894.765	12.654	19.754.356
bubalinos	2	19	23	93	1.628	9.034	-----	10.799
equinos	5.670	21.371	11.008	14.939	84.317	180.618	217	318.140
Asinos e muares	559	1.808	568	635	5.843	32.080	10	41.503
caprinos	1.203	1.876	743	1.091	5.729	9.626	35	20.303
ovinos	2.038	12.291	10.718	19.215	119.776	182.247	146	346.431
suinos	41.803	102.899	56.754	43.795	128.055	135.348	158	508.813
aves	2.222.457	4.304.782	1.324.254	1.282.695	1.252.178	581.422	2.921	10.970.709
coelhos	247	244	91	112	248	73	-----	1.015
total	2.324.090	4.817.905	1.719.268	1.930.199	6.139.253	15.025.213	16.141	31.972.069

Fonte: IBGE Censo Agropecuário de 1995/96. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Tabela 41: Plantel dos Animais em Mato Grosso do Sul em 2006

Efetivo	- de 10	- de 50	- de 100	- de 200	- de 1000	+ 1000	Sem declaração	Total
bovinos	68.869	638.282	315.572	521.035	4.458.748	14.375.567	1.648	20.379.721
bubalinos	-----	157	54	225	1.299	7.159	-----	8.896
equinos	4.591	24.322	7.566	10.317	56.280	145.983	183	249.242
Asinos e muares	309	1.228	263	227	2.602	24.545	3	29.180
caprinos	1.308	3.636	1.246	1.325	5.231	7.787	-----	20.550
ovinos	5.664	31.248	16.475	26.493	126.210	177.660	562	384.318
suinos	108.870	298.845	162.108	34.559	93.688	165.395	852	864.317
aves	6.854.905	15.991.587	2.100.245	2.727.986	2.878.286	7.559.912	553.934	38.699.163
coelhos	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: IBGE Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Quanto ao efetivo do rebanho bovino da Microrregião de Três Lagoas verificamos que a classe de área de menos de 50 ha aumentou a produção pecuária bovina em 148,43% em 2006 comparado com os dados de 1995/96. Mesmo assim esta classe de área representa atualmente tão somente 0,90% do total do rebanho bovino da Microrregião. Além

disso, registraram um considerável aumento na produção de aves e suínos. Em contrapartida, a grande unidade teve um acréscimo de 16,41% na produção pecuária bovina em 2006 comparado com os dados de 1995/96 (Tabelas 42 e 43).

Tabela 42: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho na Microrregião de Três Lagoas em 1995/96

Efetivo	- de 10	- de 50	- de 100	- de 200	- de 1000	+ 1000	Sem área	Total
Bovinos	4.527	13.462	12.865	44.005	639.246	2.563.752	2.070	3.279.927
Bubalinos	----	4	---	2	244	723	-----	973
Equinos	239	952	484	1.018	9.507	24.109	66	36.375
Asinos e Muares	29	131	77	45	630	4283	1	5.196
Caprinos	28	86	55	67	636	896	26	1.794
Ovinos	90	345	724	1.113	13.050	24.396	70	39.788
Suínos	858	1.819	993	678	4.776	18.265	55	27.444
Aves	4.993	17.429	7.399	9.001	32.606	29.684	1.877	102.989
Coelhos	15	19	-----	-----	39	60	-----	133

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Tabela 43: Efetivo dos Rebanhos (cabeças) por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho na Microrregião de Três Lagoas em 2006

Efetivo	- de 10	- de 50	- de 100	- de 200	- de 1000	+ 1000	Sem área	Total
Bovinos	1.893	33.444	14.200	44.202	647.220	2.984.415	40	3.725.418
Bubalinos	-----	-----	-----	-----	54	203	-----	376
Equinos	208	1.425	415	765	6.853	29.665	7	39.342
Asinos e Muares	7	68	17	19	381	4.622	-----	5.118
Caprinos	-----	67	81	----	579	1255	-----	2.009
Ovinos	144	1340	955	3.132	12.664	30.959	-----	49.324
Suínos	3.492	10.629	576	1.170	2621	75389	-----	93.913
Aves	4.281	24.334	3.684	13.843	55.963	12.151	180	114.466

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Porém, quando analisamos os dados da produção pecuária bovina na escala municipal verificamos que ocorre um processo contrário ao que verificamos na escala estadual e microrregional. Na escala municipal, verificamos que em Três Lagoas houve uma redução em 2006 da pecuária bovina de 3,39%, além da redução na produção de caprinos, suínos e aves, quando comparado com a produção do Censo de 1995/96 (Tabela 44).

Tabela 44: Efetivo de Animais no município de Três Lagoas em 1995 e 2006

Efetivo	1995/96	2006
Bovinos	813.763	786.176
Bubalinos	200	-----
Equinos	10.937	12.380
Asinos e muares	811	769
Caprinos	633	441
Ovinos	11.066	11.838
Suínos	4.983	4.884
Aves	36.241	27.128
Coelhos	81	-----

Fonte: IBGE Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Tomando como referência os dados do Sistema Pesquisa Pecuária Municipal (SPPM) do IBGE, verificamos que a tendência de queda na produção bovina no município de Três Lagoas se inicia a partir do ano de 2005, logo após ter atingido sua produção máxima de 957.151 cabeças em 2004. Do ano de 2005 até 2009, o SPPM registra uma redução de 21,21% na produção bovina do município de Três Lagoas (Tabela 45). Este é um indicativo de que os plantios de eucalipto estão avançando sobre as terras ocupadas com pastagens.

Tabela 45: Rebanho Bovino no município de Três lagoas

Ano	Rebanho bovino (cabeças)
1996	858.451
1997	821.900
1998	854.759
1999	856.596
2000	911.087
2001	917.674
2002	926.850
2003	946.819
2004	957.151
2005	938.008
2006	887.598
2007	790.810
2008	788.602
2009	754.126

Fonte: Sistema PPM do IBGE.

Segundo os dados do IBGE de 2006, a pequena unidade³⁴, que ocupa apenas 5,01% (Tabela 26) da área total do Estado de Mato Grosso do Sul e detém somente 7,57% do efetivo bovino (Tabela 41), responde por 69,23% da produção de leite. Enquanto que em 1995/96 ela respondia por 47,2% do total da produção de leite no MS (ver tabela 46).

Tabela 46: Quantidade Produzida de Leite no Mato Grosso do Sul – Censo 1995/96 e 2006

Classes de área	1995/96 (litros)	%	2006 (litros)	%
Menos de 10	13.210.189	3,43	21.028.0000	5,67
Menos de 50	75.644.188	19,62	150.893.000	40,71
Menos de 100	43.543.989	11,29	44.324.000	11,96
Menos de 200	49.587.256	12,86	40.376.000	10,89
Menos de 1000	127.693.714	33,12	82.385.000	22,23
Acima de 1000	75.272.500	19,53	31.171.000	8,41
Sem Área	574.510	0,15	510.000	0,13
Total	385.526.346	100	370.686.000	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Na Microrregião de Três Lagoas a classe de área de menos 50 hectares aumentou a produção de leite enquanto há uma redução drástica desta produção por parte das classes de área de menos de 1000 e acima de 1000 hectares (Tabela 47). Em números, estas classes de área produziram 18.011 milhões de litros de leite em 1995/96 e, no Censo de 2006, reduzem sua produção para 8.316 milhões de litros de leite.

Quando se detalha as classes de área (Tabelas 46,47 e 48), identificamos que o aumento mais significativo na produção de leite encontra-se justamente nos extratos de área de menos 50 hectares onde estão enquadrados os lotes da reforma agrária, isso ocorre na escala estadual, microrregional e municipal.

³⁴ Classificamos neste trabalho como pequena unidade os estabelecimentos de menos 01 hectare a menos 200 hectares. A média de 200 a menos de 1.000 hectares. E a grande unidade acima de 1.000 hectares. Esta classificação se baseia na Lei 8.629/1993 que define pequena propriedade (até 4 módulos fiscais); média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande (acima de 15 módulos fiscais). A partir dela, aplicou-se a média estadual do módulo fiscal que, no caso do MS, é de 62,5 ha.

Tabela 47: Quantidade Produzida de Leite na Microrregião de Três Lagoas

Classes de área	1995/96 (mil litros)	%	2006 (mil litros)	%
Menos de 10	377	1,47	376	2,05
Menos de 50	2.701	10,53	6.838	37,25
Menos de 100	1.662	6,47	1.437	7,83
Menos de 200	2.757	10,74	1.362	7,42
Menos de 1000	9.654	37,60	4.330	23,59
Acima de 1000	8.357	32,55	3.986	21,72
Sem Área	165	0,64	8	0,04
Total	25.673	100	18.355	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Verificamos que houve uma redução de 52,31% na produção de leite na classe de área acima de 1000 hectares e de 55,14% na classe de menos de 1000 hectares. Em sentido oposto, as classes de área de menos de 50 ha registraram extraordinário aumento de 153,26% na produção de leite em 2006 quando comparado com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Estas classes de área que respondem por 39,30% da produção de leite detêm tão somente 0,79 % da área total da Microrregião.

Por sua vez, considerando a pequena unidade as áreas de até 200 ha, elas ocupam apenas 1,89% da área total da Microrregião e detêm apenas 2,52% do rebanho bovino, mas respondem por 10.031 milhões de litros de leite no ano de 2006, o que representa 54,65% da produção total de leite da Microrregião de Três Lagoas (Tabela 47).

Este movimento de redução da produção de leite por parte de algumas classes de área e aumento da produção de outras classes de área se repete também na escala municipal.

No caso do município de Três Lagoas onde estão se instalando as indústrias de celulose e papel, a redução na produção total do leite em 2006 representou 55,74% quando comparado com os dados de 1995/96. No entanto, a classe de área de 10 ha a menos de 50 ha obteve um aumento de 41,61% na produção de leite. Todas as demais classes de área reduziram drasticamente a produção. A classe de área acima de 1000 ha atingiu 90% de redução (Tabela 48).

Tabela 48: Quantidade de Leite Produzida no Município de Três Lagoas – 1995 e 2006

Classes de área	1995/96 (litros)	%	2006 (mil litros)	%
Menos de 10	232.270	2,11	122	2,51
Menos de 50	1.412.795	12,85	2.001	41,11
Menos de 100	886.366	8,06	716	14,71
Menos de 200	1.553.182	14,12	724	14,87
Menos de 1000	4.398.584	39,99	1.061	21,80
Acima de 1000	2.352.543	21,39	236	4,85
Sem Área	163.130	1,48	8	0,16
Total	10.998.870		4.868	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Porém, é necessário esclarecer que aumento de produção de leite não quer dizer aumento de produtividade por parte dos estabelecimentos com menos de 50 ha. Na verdade, este aumento sinaliza outra coisa: os efeitos positivos da luta pela terra realizada pelos movimentos sociais que conquistando pequenas parcelas do território, antes ocupado pelo capital, melhora a produção de setores importante da atividade agropecuária.

Logo, é fundamental destacar que o município de Três Lagoas, a despeito de possuir uma estrutura fundiária com reduzido número de estabelecimentos com menos 50 hectares – que juntos detém apenas 0,67% da área total do município (Tabela 49), possui uma contribuição de 43,62% em relação ao total do volume de leite produzido, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Tabela 48).

Tabela 49: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários do Município de Três lagoas -2006

Classes de área	Nº de estabelecimentos	%	Área total (ha)	%
Menos de 10	86	7,67	368	0,04
Menos de 50	215	19,18	5.835	0,63
Menos de 100	72	6,42	5.308	0,57
Menos de 200	137	12,22	17.567	1,88
Menos de 1000	396	35,33	206.671	22,16
Acima de 1000	210	18,73	696.929	74,72
Sem área	5	0,45	-----	-----
Total	1.121	100	932.678	100

Fonte: IBGE censo agropecuário 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

O número total de pessoal ocupado na área rural do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com dados do Censo do IBGE de 2006, registrou um aumento em relação aos dados apresentados em 1995/96, ao contrário do que ocorreu em outros Estados brasileiros. Acreditamos que isto se deve principalmente ao número de famílias que foram assentadas pela reforma agrária no Estado, nesta última década censitária.

Ocorre que este aumento não se verificou em todas as classes de área. Por exemplo, em especial as classes acima de 1000 hectares registraram uma redução do pessoal ocupado (Tabela 50), apesar da mídia divulgar que o agronegócio gera milhares de empregos no campo. Os dados do Censo de 2006 revelam uma realidade que é omitida pela mídia defensora da modernização conservadora: a grande unidade de produção vai progressivamente reduzindo o número de pessoal ocupado por hectare na medida em que vai mecanizando o processo de trabalho no campo.

Tabela 50 - Pessoal Ocupado no Mato Grosso do Sul

Classes de área	Pessoal ocupado - 1995	Pessoal ocupado - 2006
Menos de 10	24.694	30.239
Menos de 50	42.403	63.072
Menos de 100	13.609	11.398
Menos de 200	13.716	11.477
Menos de 1000	45.319	37.880
Acima de 1000	62.465	56.184
Sem Área	503	941
Total	202.709	211.191

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLAVICZ

Aparentemente pode-se ter a impressão de que a grande unidade oferece um número significativo de empregos, uma vez que percentualmente emprega mais que a média propriedade. Porém, se averiguarmos mais detalhadamente os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, verificamos que os estabelecimentos que possuem acima de 5.000 hectares somam 12.289.940 hectares e ocupam 14.498 de pessoas. O que significa 847,69 ha por pessoa, já a pequena unidade (de menos 200 ha) essa relação é uma pessoa a cada 13,45 hectares.

Infelizmente não é possível aplicar esta mesma análise aos dados de 2006 pelo fato do IBGE ter alterado a metodologia de classificação dos grupos de área ocultando os estabelecimentos acima de 2.500, 5.000, 10.000 e 100.000 hectares e, conseqüentemente, escondendo a quantia de hectares ocupada por estes grupos.

Em outras palavras, podemos afirmar que na medida em que o agronegócio se expande também esvazia o campo de agricultores. Com pequenas diferenças, o mesmo ocorre na Microrregião de Três Lagoas, apesar da média e a grande unidade ocuparem, percentualmente, mais pessoas do que a pequena (Tabela 51). Porém, quando analisado do ponto de vista do pessoal ocupado por hectare não difere muito da média do Estado (Tabela 51).

Tabela 51: Pessoal Ocupado na Microrregião de Três Lagoas.

Classes de área	1995	2006
Menos de 10	652	919
Menos de 50	1.076	2.856
Menos de 100	415	429
Menos de 200	719	616
Menos de 1000	4.393	3.659
Acima de 1000	9.533	7.877
Sem Área	158	89
Total	16.946	16.445

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org. KUDLVICZ, 2010.

Tabela 52: Número de Pessoal Ocupado por hectare em estabelecimentos agropecuários na microrregião de Três Lagoas.

	Pequena	Média	Grande
Hectares por pessoa ocupada	17,72	188,52	477,57

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLVICZ, 2010.

Ao analisarmos os valores da produção agropecuária é possível identificar uma diferença grande quanto aos principais usos destinados a terra no Estado e na Microrregião. Enquanto a pecuária representa 21,13% do valor total da produção agropecuária estadual, na Microrregião ela representa 49,72%. Já o valor da produção vegetal foi de 78,48% do valor total na escala estadual e na Microrregião 49,50% (Tabela 53).

Tabela 53: Valor da Produção Agropecuária (em mil R\$) no Mato Grosso do Sul e Microrregião de Três Lagoas 2006

Produtos	Mato Grosso do sul	%	Microrregião de T. Lagoas	%
Vegetal	2.796.468	78,48	116.137	48,50
Animal	752.778	21,13	119.053	49,72
Agroindústria	13.909	0,39	4.275	1,78
TOTAL	3.563.155	100	239.465	100

Fonte: IBGE censo agropecuário 2006.

Analisando esses dados detalhadamente (Tabela 53) verificamos que a silvicultura responde por 0,07% do valor total da produção do Estado e ocupa 0,34% (Tabela 30) do total das terras utilizadas na agropecuária em 2006. Enquanto que na Microrregião a silvicultura responde por 28,58% (Tabela 53) do total do valor da produção agropecuária e ocupa 1,86% da área total, ou seja, 84.366 hectares com florestas plantadas, segundo dados do

Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Por outro lado, o valor da produção animal responde por 49,72% e ocupa 74,47% da área total da microrregião.

Tabela 54: Valor da Produção (em mil R\$) Agropecuária de Mato Grosso do Sul e da Microrregião de Três Lagoas no ano de 2006

Produtos	Valor	
	Mato Grosso do Sul	Microrregião
Temporária	752.778	44.417
Permanente	22.486	1.194
Horticultura	2.648.484	399
Floricultura	25.719	31
Silvicultura	2.632	68.429
Extração vegetal	7.618	1.667
Animal	89.529	119.053
Agroindústria *	13.909	4.275
Total	3.563.155	239.464

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE. Org. KUDLAVICZ, 2010.

*No item agroindústria está incluído o valor da produção de carvão vegetal

Observamos também que no cômputo geral houve uma redução do valor da produção agropecuária de 2006 na Microrregião enquanto no âmbito estadual teve um aumento de 63,31% comparado com o valor da produção de 1995/96, segundo os dados do IBGE (Tabela 55).

Tabela 55: Valor da Produção (em mil R\$) Agropecuária da Microrregião de Três Lagoas em 1995/96 e 2006.

Produtos	Valor	
	1995	2006
Temporária	35.354	44.417
Permanente	441	1.194
Horticultura	324	399
Floricultura	-----	31
Silvicultura	13.492	68.429
Extração vegetal	2.348	1.667
Animal	235.862	119.053
Agroindústria *	-----	4.275
Total	287.821	239.464

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE. Org. KUDLAVICZ 2010

*3.167 é proveniente de carvão vegetal.

Quando analisamos estes mesmos dados na escala municipal observamos inversões maiores ainda. Ou seja, o valor da produção animal em 2006 representa 67,24% do

valor total da produção agropecuária e a produção vegetal 30,62%, sendo que 89,62% deste valor se refere ao valor da produção da silvicultura (Tabela 56).

Tabela 56: Valor Total da Produção Agropecuária no Município de Três Lagoas em 2006

Tipo de produção	Valor (mil R\$)
Animal	25.213
Vegetal*	11.483
Agroindústria	801
Total	37.497

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Org. KUDLVICZ, 2010.

*Valor da produção da silvicultura R\$10.291.000,00.

E, por fim, quando comparamos o valor da produção agropecuária da Microrregião de Três Lagoas observamos que as desigualdades na distribuição dos recursos dos financiamentos são semelhantes à que ocorre no âmbito estadual (Tabela 57).

Tabela 57: Valor dos Financiamentos Obtidos (mil R\$) na Microrregião de Três Lagoas em 2006

Classes de área	Mato G. do Sul		Microrregião	
	Valor financiamentos	%	Valor financiamentos	%
Menos de 10	6.990	0,37	47	0,09
Menos de 50	38.616	2,07	541	1,07
Menos de 100	23.274	1,25	97	0,20
Menos de 200	38.397	2,07	1.152	2,28
Menos de 1000	284.520	15,26	12.742	25,26
Acima de 1000	1.472.448	78,97	35.782	70,94
Sem Área	241	0,01	-----	
Total	1.864.497	100	50.442	99,84

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLVICZ, 2010.

Os dados analisados até agora evidenciam que a base da economia da Microrregião de Três Lagoas nas últimas três décadas se destacou pela monocultura do eucalipto e de pastagens para pecuária.

Tanto na esfera do Estado como na da Microrregião, se desenvolve uma agricultura em grandes extensões de terra, cujos produtos têm como destino principal a exportação. Evidência maior são os dados do IBGE de 1995/96 que demonstram os principais usos das terras na Microrregião de Três Lagoas.

No Censo 1995/96, enquanto a soja (36.582 ha), a cana de açúcar (15.442 ha), as florestas artificiais (164.290ha) e as pastagens plantadas (2.966.194ha) ocupavam 3.182.448 hectares, as lavouras que fazem parte do consumo popular dos brasileiros estavam

assim dispostas: feijão 9.451 hectares, arroz 749 ha, mandioca 512 ha e milho 340 ha. Isso representa 8.850 ha do total de 4.520.386 hectares que compõem as terras da Microrregião de Três Lagoas.

No Censo de 2006 há uma redução violenta em relação à área colhida destas lavouras temporárias, com exceção da mandioca que saiu de 340 hectares colhidos em 1995 para 543 hectares em 2006. A área de arroz colhido simplesmente desapareceu e a área colhida de feijão foi de 16 hectares (Tabela 58).

Tabela 58: Área Colhida (ha) dos principais Produtos da Lavoura Temporária na Microrregião de Três Lagoas em 2006

Produtos	Área (ha)
Arroz	x
Cana-de-açúcar	1.803
Feijão preto em grão	16
Mandioca (aipim, macaxeira)	543
Milho em grão	2.372
Soja em grão	21.662

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org. KUDLAVICZ, 2010.

Estes dados também demonstram que não se trata apenas de um desenvolvimento desigual e combinado, é muito mais do que isso porque há uma desproporção descomunal entre o uso da terra para plantio de alimentos e o uso para pecuária e para o plantio de eucalipto.

Segundo os dados censitários do IBGE de 2006 o uso de terras para pecuária e para eucalipto domina 76,33% da área total da Microrregião de Três Lagoas, enquanto sobram apenas 0,07% da área para produzir arroz, feijão, milho e mandioca, que são base da dieta alimentar do povo brasileiro (Gráfico 3).

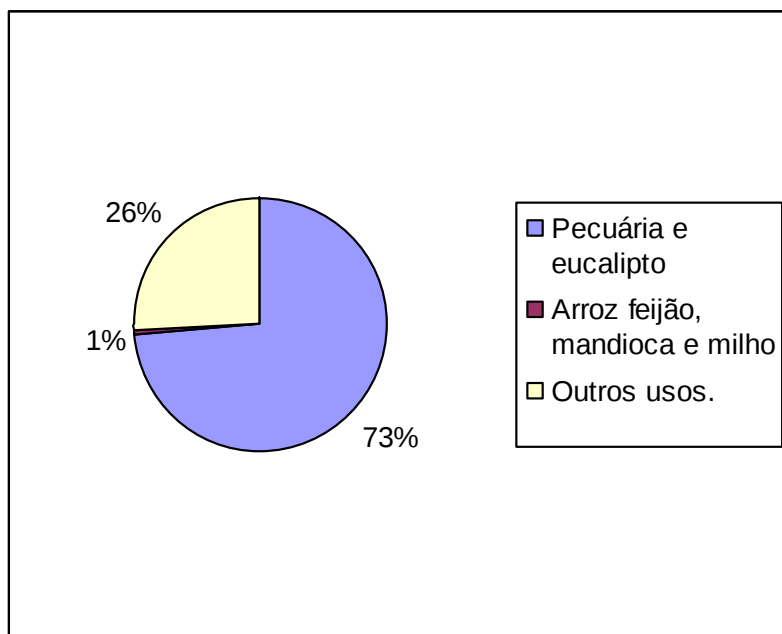


Gráfico 3: Utilização das Terras na Microrregião de Três Lagoas em 2006

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006.

3.3 - Produção e qualidade de vida

O estudo sobre o uso e posse da terra não deve ficar focado apenas na produção, pois que isso reduz o debate a uma visão economicista da função social da terra. Há necessidade de um olhar acerca da produção relacionando-a com a qualidade de vida de quem a realiza. Ou seja, é a terra a fonte de toda a riqueza gerada nesse planeta. Porém, temos duas contradições: a primeira deve-se a existência da exploração, logo nem sempre quem produz riquezas, neste caso o alimento, melhora sua qualidade de vida e, outra, se refere ao desvio em relação ao entendimento da qualidade de vida como equivalente da renda monetária.

Nesse sentido retomamos alguns dados referentes à pesquisa coordenada por Almeida (2008) por meio do projeto, intitulado: “A composição de renda das famílias nos assentamentos de Reforma Agrária na microrregião de Três Lagoas/MS: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas”. A partir dos dados dessa pesquisa, elaboramos artigo que buscou identificar os produtos de auto-consumo, de excedente e o respectivo papel na composição da renda familiar, bem como sua influência na mudança da qualidade de vida das famílias assentadas.

A partir dessas informações coletadas junto aos assentados buscou-se entender os elementos que na compreensão destes sujeitos caracterizam a melhoria da

qualidade de vida no assentamento que é muito mais do que a produção de excedentes para gerar renda monetária. Por outro lado, esta qualidade de vida também não está relacionada tão somente com a produção de alimentos básicos como arroz, feijão, milho ou mandioca, no caso dos três assentamentos pesquisados no município de Santa Rita do Pardo/MS.

Ou seja, os dados da pesquisa dão indicativos de que a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer e as condições de trabalho são elementos fundamentais na realização do projeto de vida dos assentados. Sendo assim, a terra é vista não apenas como um lugar de produção, mas como um espaço de realização da vida enquanto ser humano que luta por cidadania assentada em valores da diversidade de culturas e etnias. São camponeses que quando tem a posse da terra (re)constroem sua identidade, seu modo de vida, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema vigente e acirrando as contradições na medida em que se negam a ser meros produtores de mercadorias. Desejam ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. Cultivam a terra a partir dos seus conhecimentos e tecnologias apropriadas às suas condições financeiras, e adequadas às características da região, produzindo um alimento saudável para a sua família, para a comunidade e para o país.

Por isso reafirmamos que há necessidade de se buscar um olhar para além do que os números de uma pesquisa apontam ou escondem sobre a realidade dos assentamentos e da agricultura camponesa. Há uma realidade que diz respeito ao projeto de vida camponês que nem sempre é possível mensurá-lo por meio de informações colhidas pela aplicação de questionários, pois ela se expressa nos símbolos e no “*modus vivendi*” do seu cotidiano.

Há graves entraves nessa vida cotidiana e são muitos. As dificuldades enfrentadas pelos assentados na produção e comercialização (preço, implementos agrícolas, condições das estradas, etc.) aliam-se a deficiência ou, em muitos casos, a ausência de assistência técnica e as péssimas condições das estradas.

Todavia, paradoxalmente, há uma satisfação expressiva das famílias em relação às condições de vida relacionadas à educação, saúde, alimentação, lazer, moradia e condições de trabalho no assentamento. No entanto, em termos da análise por assentamento, é interessante destacar que as famílias do projeto São Tomé, no município de Santa Rita do Pardo, se manifestaram insatisfeitas em relação à saúde, educação e lazer, mas na questão referente às condições de vida em geral, o resultado é positivo. Vale destacar que a moradia, a alimentação e as condições de trabalho foram as que registraram uma manifestação positiva mais uniforme, seguramente foram estes fatores que contribuíram para que as famílias respondessem favoravelmente em relação às condições gerais de vida no assentamento, chegando a um percentual de 84% de satisfação no projeto Córrego Dourado, por exemplo

(Tabela 59. Situação a indicar que mesmo essa Reforma Agrária feita sem a complementação de outras políticas públicas, é fator de melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias.

Tabela 59: Percentagem (%) das Famílias que afirmam que as condições de vida melhoraram no assentamento.

Assent.	Moradia	Alimentos.	Lazer	Educação	Saúde	C. trab.	Geral
Córrego Dourado	88	88	60	68	52	76	84
Sta. Rita do Pardo	83	67	66	83,5	67	83,5	83
S. Tomé	65	66	48	22	20	73	73

Fonte: ALMEIDA, 2006. Organizado por KUDLAVICZ, 2006.

A pesquisa apontou que a renda monetária das famílias assentadas nesses projetos de Reforma Agrária pesquisados é baixa, ficando em dois salários mínimos em média. As respostas dadas às questões que comparavam a situação anterior com a da chegada ao assentamento demonstram que não houve ascensão social, uma vez que os mesmos afirmaram que auferiam nessa época algo também em torno de dois salários. Logo, fica a pergunta: como justificar a Reforma Agrária? Que parâmetro devemos usar para analisar a resposta produtiva destas famílias? Por que elas afirmam que as condições de vida em geral melhoraram, entretanto a renda monetária não se traduz em aumento?

A respeito destas indagações é preciso considerar que, como indicado, a renda monetária das famílias entrevistadas nesses projetos de Reforma Agrária é baixa, por outro lado a qualidade de vida melhorou basicamente em relação à alimentação, moradia, condições de trabalho e, principalmente, porque em média 90% asseguram que pretendem ficar no assentamento. No tocante a esses fatores positivos merece destaque especial a resposta sobre as condições atuais de trabalho no assentamento, ou seja, foi comum expressões como: “agora sou dono. Não sou mandado por ninguém”. São expressões que indicam a realização de um sonho/um projeto, qual seja: sair do assalariamento em direção a uma condição de vida onde possam ser os sujeitos construtores do seu projeto de vida³⁵.

³⁵O Projeto de Vida das famílias assentadas, segundo a professora Sonia Bergamasco durante o Seminário “Assentamento rurais da região de Andradina: situação atual e perspectivas”, deve ser investigado nas pesquisas sobre assentamentos rurais, pois é ele com certeza que norteia a reprodução das famílias. Agosto de 2006.

Projeto este que é não depender de patrão. Revelam assim uma sensação de liberdade para escolher o trabalho, a forma de trabalhar, quando e como trabalhar (de acordo com suas forças) que está na utopia da classe camponesa e, de forma geral, da classe trabalhadora.

E parece ser esse o fator que vai ser determinante para que o assentado que trabalhou como assalariado rural, parceiro ou arrendatário defina seu entendimento de qualidade de vida. E isso parece não estar diretamente relacionado com a renda monetária. A qualidade de vida está mais relacionada a um conjunto de fatores endógenos que proporcionam as condições para que os assentados percebam que a qualidade de vida melhorou no assentamento em relação a sua situação anterior. Obviamente que essa conclusão não significa que a situação nos assentamentos em relação ao incentivo à produção e comercialização não deva ser problematizada, o que apontamos é outra coisa: a necessária mudança nos parâmetros de análise dos resultados econômicos das pesquisas sobre camponeses assentados.

Apesar dos bloqueios ao pleno desenvolvimento da produção familiar, os assentamentos se justificam, sobretudo, porque estão alicerçados numa utopia concreta, qual seja: produzir a reprodução da vida longe do julgo do patrão.

4 – AS INDÚSTRIAS DE CELULOSE E PAPEL E OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE

4. 1- O processo de expansão do complexo celulose/papel via consumismo

O consumo de papel passou a registrar um aumento constante nos últimos dois séculos quando, na França, foi inventada a máquina moderna de fazer papel. Um século depois tivemos novo surto de consumo fruto da descoberta da polpa de madeira para produção de papel, barateando seus custos. A partir desses fatos tivemos crescimento contínuo e, de modo particular, nos últimos 50 anos o consumo aumentou exponencialmente para os mais diferentes usos.

O Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM),³⁶ em seu Boletim N° 83, publicado em junho de 2004, analisando a evolução e consumo de papel no mundo, afirma que o uso global do papel cresceu 423% entre 1961 e 2002. Porém, o consumo do papel não se dá de forma homogênea em todos os continentes e países do globo. Há uma desproporção abismal de consumos ‘per capita’/ano entre alguns deles (Tabela 60).

³⁶ El Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM) es una red internacional de grupos ciudadanos del Sur y del Norte involucrados en esfuerzos por defender los bosques del mundo. Fonte; <http://www.wrm.org.uy/inicio.html> acessado em 09 de julho de 2010.

Tabela 60: Consumos de Papel no Mundo³⁷

País	Consumo ‘per capita’/kg/ano
Finlândia	324
EUA	297
França	178
África do Sul	69
Chile	50
Tailândia	39
Brasil	36
Uruguai	23
Equador	20
Indonésia	15
Camarão	3
Cambodja	2
Uganda	2

Fonte: Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM). Vídeo.

Há divergências em relação aos dados de consumo médio ‘per capita’/ano no mundo. Segundo a Bracelpa, a média mundial é de 61,8 kg/‘per capita’/ano e de 50 kg segundo a WRM.

O imprescindível a ser afirmado é que o consumo médio ‘per/capita’ é desigual de acordo com os países do globo. Os países mais ricos ou mais desenvolvidos são os que mais consomem papel. Enquanto na Finlândia o consumo médio de papel ultrapassa a média de 300 quilos por pessoa/ano, no Cambodja e na Uganda está na média de 2 quilos de papel/pessoa/ano. De qualquer maneira não podemos negar a importância do papel para os diferentes usos. É essencial para comunicar nossos pensamentos, para a educação e a escrita. Mas o seu consumo atual tem problemas.

A partir de 1960 seu consumo aumentou mais de cinco vezes, ficando por volta de mais de 1 bilhão de toneladas por dia (WRM, 2008). Todavia, os países pobres consomem 50 vezes menos papel que os países de renda alta. Os países com maior consumo de papel têm seu uso principal voltado para embalagens e para a publicidade. Logo, de forma geral acabamos como parte desta roda consumidora de papel, pois diretamente e indiretamente somos obrigados a consumir papel, mesmo que não queiramos, via propaganda que chega às nossas residências ou quando vamos aos supermercados fazer compras.

Ou seja, a produção da maior parte do papel não é destinada para satisfazer as necessidades humanas reais, mas para atender os interesses de rentabilidade das indústrias de celulose e papel. Por outro lado, na medida em que colaboramos com o aumento do

³⁷ Fonte: Movimento pelas Florestas Tropicais. **Montanhas de Papel, crescente injustiça. O que você, eu e todos podemos fazer**, 2008. Vídeo. Disponível em: http://www.ambienteja.info/multimedia_detalle.asp?reg=391&tipo=0 . Acesso em: 09/07/2010.

consumo de papel também contribuímos, além da poluição, com a degradação ambiental do planeta, uma vez que a matéria prima para o fabrico do papel é da madeira.

Essa madeira vem das plantações de monoculturas de árvores de rápido crescimento em vastas áreas de terra cobertas com essa única espécie de árvore exótica, uniformemente planejada de forma intensiva objetivando aumentar/maximizar a produção de biomassa de madeira. Essas plantações vêm acompanhadas do pacote tecnológico de mecanização, de adubos químicos e de agrotóxicos que geram sérios problemas ambientais, como a perda da biodiversidade, a degradação dos solos, a poluição e o esgotamento dos recursos hídricos, além da diminuição de empregos, menor produção de alimentos e o empobrecimento das populações locais.

Por essas e outras razões é imperativo reduzir o consumo de papel no mundo. É uma responsabilidade nossa individual, mas não é suficiente. Nós vivemos numa sociedade/comunidade local, nacional e global, portanto a redução do consumo de papel é um assunto político. Há necessidade de organização para exigir mudanças nas políticas no âmbito nacional e mundial.

Segundo estudo do próprio BNDES (maio de 1998) o consumo anual de papel por pessoa no Brasil, que era de 27,3 kg em 1993, passou para 38,4 kg em 1997 e, em 2008, para 46,2 kg. (BRACELPA 2008/2009). Mas este aumento não está relacionado com a eliminação do analfabetismo nem com maior volume de livros impressos, nem para jornais ou para cadernos de crianças necessitadas. Não há, por exemplo, uma relação direta entre o consumo de papel e a taxa de alfabetização (Tabela 61).

Tabela 61: Consumos de Papel e a Taxa de Alfabetização.

País	Taxa de alfabetização	Consumo de papel per 'capita'/kg/ano
Finlândia	99%	430,02
EUA	99%	330,80
Suécia	99%	279,68
Canadá	99%	263,30
Japão	99%	250,40
França	99%	191,75
Chile	95,8%	52,82
África do Sul	85,3%	40,54
Brasil	85,2%	37,97
Tailândia	95,5%	30,81
Indonésia	86,9%	20,86
Quênia	82,4%	4,91
Vietnã	93,4%	4,23

Fonte: Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais, 2009.

O consumo prioriza outros usos como embalagens, publicidade e usos sanitários (Gráfico 4). Na tabela 62 não aparece explicitamente o uso de papel para a publicidade, ele está subentendido no item imprimir e escrever.

Tabela 62: Consumos Aparentes de Papel no Brasil em 2008

Consumo aparente	Em mil toneladas
Imprensa	651
Imprimir e escrever	2.207
Embalagem	4.154
Papel cartão	518
Sanitários	850
Outros	375
Total	8.755

Fonte: BRACELPA, relatório anual 2008/2009.

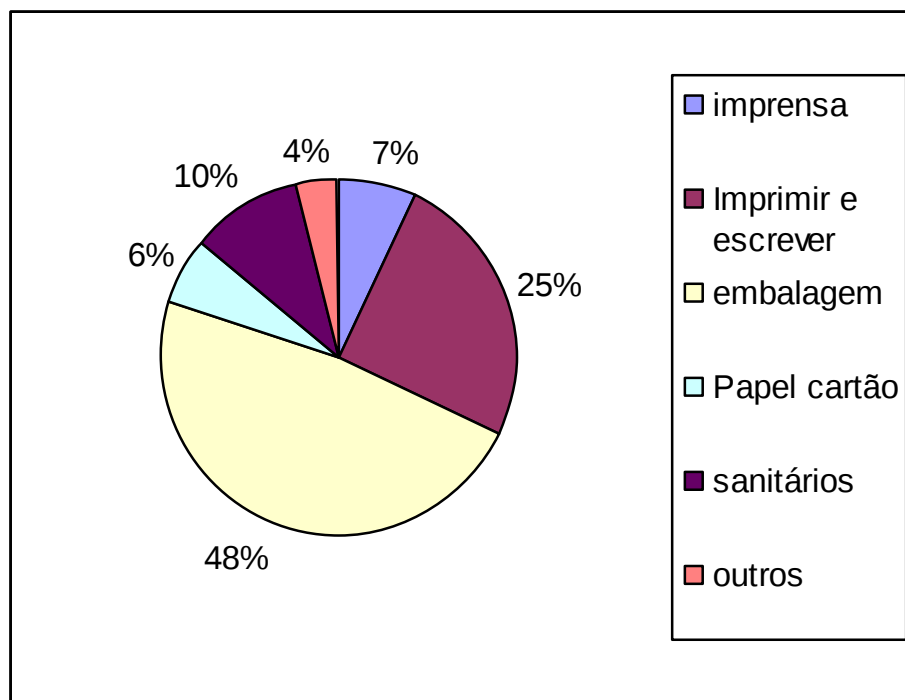


Gráfico 4: Consumos de Papel no Brasil

Fonte: BRACELPA, Relatório Anual 2008/2009.

Sem dúvida, é a dinâmica do consumo de papel no Brasil e no mundo que tem sido utilizada como parâmetro para a elaboração das políticas de Estado para estimular a expansão das indústrias de celulose e papel no Brasil, com vistas à exportação e o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Este assunto já foi, em parte, abordado quando em Capítulo anterior tratamos das políticas governamentais direcionadas para o setor de celulose/papel, com destaque para a participação do BNDES financiando as indústrias para a produção da celulose de fibra curta, ou seja, a celulose de mercado como é comumente conhecida. Esta celulose no Brasil é extraída 100% da madeira do eucalipto.

A estratégia adotada pelo governo brasileiro de investimentos, via linhas de financiamento para o setor de celulose e papel, seja para a construção ou ampliação das indústrias como para a expansão da base florestal (plantio de eucaliptos), acertou o alvo (Tabela 63 e 64).

Tabela 63: Evolução da Produção de Celulose no Brasil

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fibra curta	5.505	6.017	7.098	7.612	8.316	9.261	10.002	10.613
Fibra longa	1.438	1.509	1.512	1.538	1.536	1.422	1.475	1.576
Pasta de alto rendimento	469	495	459	470	500	4 97	5 21	508

Fonte: BRACELPA. SETOR DE CELULOSE E PAPEL. Junho 2010.

Tabela 64: Evolução da Exportação da Celulose no Brasil.

Ano	Total produzido	Total exportado	% da produção exportada
2001	7.412	3.254	59,11
2002	8.021	3.337	55,46
2003	9.069	4.466	62,92
2004	9.620	4.889	64,23
2005	10.352	5.441	65,43
2006	11.180	6.161	66,56
2007	11.998	6.484	64,82
2008	12.697	7.040	66,34

Fonte: BRACELPA. SETOR DE CELULOSE E PAPEL. Junho 2010.

A fibra de celulose de fibra curta é a que tem o melhor preço de mercado, logo faz sentido o uso da expressão “celulose de mercado”. Em 2001, o Brasil produziu 1.438 milhão de tonelada de celulose de fibra longa e, em 2008, 1.576 milhão de tonelada.

A produção de celulose de fibra curta saltou de 5.50 milhões de toneladas em 2001 para 10.613 milhões de toneladas, em 2008 (Tabela 63). Praticamente dobrou a produção da celulose de eucalipto em sete anos e manteve estabilizada a produção de celulose de fibra longa (Tabela 63), que no Brasil é extraída da madeira do *pinus* e da madeira da Araucária. Portanto, quando se fala em florestamento e reflorestamento, os silvicultores estão falando fundamentalmente dos plantios de uma mesma espécie, o eucalipto (Tabela 65).

Tabela 65: Áreas (hectares) com Plantios de *Pinus* e Eucalipto no Brasil e no MS.

Plantios	2005		2009	
Espécies	Brasil	MS	Brasil	MS
<i>pinus</i>	1.831.485	38.909	1.794.720	16.870
Eucalipto	3.462.719	113.432	4.515.730	290.890
Total	5.294.204	152.341	6.310.450	307.760

Fonte: ABRAF - Anuário estatístico ano base 2009. Publicado Brasília 2010.

Tabela 66: Maiores Produtores (toneladas) de Fibras Longas, Curtas e Pastas de alto rendimento

Empresas	2007	2008
Aracruz Celulose SA	3.097.000	3.106.498
Suzano Papel e Celulose	1.516.837	2.120.324
Votorantim Celulose e Papel SA	1.447.004	1.500.302
Klabin SA	1.268.545	1.496.694
Celulose Nipo-Brasileira SA Cenibra	1.164.400	1.158.482
International Paper do Brasil Ltda.	782.225	810.620
Veracel Celulose SA (Stora Enso)	528.206	550.178
Jari Celulose SA	355.700	390.346
Lwarcel Celulose e Papel Ltda.	215.956	223.011
Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda.	219.374	222.667
Norske Skog Pisa Ltda.	181.550	173.808
Melhoramentos Papéis Ltda.	142.050	130.851
Iguaçu Celulose, Papel SA	109.355	112.784
Orsa Celulose, Papel e Embs SA	101.179	109.624
Celulose Irani SA	92.459	96.313
Stora Enso Arapoti Ind de Papel Ltda.	78.703	82.410
Nobrecel SA - Celulose e Papel	65.305	61.794
Primo Tedesco AS	58.562	59.285
Demais	573.254	290.555
Total Brasil	11.997.664	12.696.546

Fonte: BRACELPA, relatório anual 2008/2009.

4.2 - A expansão do complexo celulose/papel no Brasil e a conflitualidade vigiada

A expansão dos monocultivos de eucalipto no Brasil está conectada à crescente demanda mundial e se deve, principalmente, aos interesses das indústrias de celulose e papel como procuramos demonstrar no item anterior. A tabela a seguir ilustra o crescimento da produção de celulose nas últimas décadas cujo destino principal é a exportação (Tabela 67).

Tabela 67: Produção Brasileira de Celulose e Papel em milhões de toneladas

	1970	1980	1990	2006	2007	2008	2009
Celulose	0,8	3,1	4,4	11,2	12,0	12,7	13,5
Papel	1,1	3,4	4,7	8,7	9,0	9,4	9,4

Fonte: BRACELPA. SETOR DE CELULOSE E PAPEL. Junho 2010.

Esse crescente aumento da produção de celulose e papel vem acompanhado da ampliação da área plantada, principalmente com eucalipto, pois é da madeira do eucalipto que as indústrias extraem a celulose de mercado, ou seja, a celulose de fibra curta. O aumento

de área plantada com eucalipto no Brasil cresce 30,22% no período de 2005 a 2009 enquanto que a área plantada com *pinus* sofre pequena redução de plantio (Tabela 68). Há necessidade de se esclarecer que o uso da madeira do *pinus*, no Mato Grosso do Sul, é usada na indústria moveleira e em quantidade muito pequena para a produção de carvão vegetal. Por sua vez a madeira do eucalipto é usada prioritariamente para a produção de celulose e papel e em menor volume (m³) para a produção de carvão vegetal. Aí reside a explicação para a maior expansão dos plantios de eucalipto em nosso Estado nos últimos cinco anos (Tabela 68).

Tabela 68: Expansão da Área (hectares) Plantada com eucalipto e *pinus* no Brasil – 2005 a 2009

Ano	Eucalipto	<i>Pinus</i>
2005	3.467.710	1.831.485
2006	3.745.794	1.886.286
2007	3.969.711	1.874.656
2008	4.325.430	1.832.320
2009	4.515.730	1.794.720

Fonte: ABRAF 2010.

Neste mesmo período a expansão do plantio de eucalipto no MS foi de 156,44%, enquanto que o plantio de *pinus* sofre uma redução de área plantada em 56,64% (Tabela 69). Coincidentemente, neste período ocorre o processo de negociação e a instalação da maior indústria de papel e celulose do mundo, a FIBRIA, no município de Três Lagoas.

Tabela 69: Expansão da Área (hectares) Plantada com eucalipto e *pinus* no Mato Grosso do Sul – 2005 a 2009

Ano	Eucalipto	<i>pinus</i>
2005	113.432	38.909
2006	119.319	28.500
2007	207.687	20.697
2008	265.250	18.800
2009	290.890	16.870

Fonte: ABRAF 2010.

Parte das razões desta expansão se deve a fatores edafoclimáticos brasileiros e também sulmatogrossenses, que proporcionam um rápido crescimento do eucalipto, rendendo aos silvicultores brasileiros uma produtividade de 44,4 m³/ha/ano (Tabela 70).

Tabela 70: Produtividade (média m³/ha/ano) da Madeira para Celulose no Brasil.

Espécie	1980 – m ³ /ha/ano	2009 – m ³ /ha/ano
Eucalipto	24	44,2
<i>Pinus</i>	19	37,9

Fonte: BRACELPA. SETOR DE CELULOSE E PAPEL. Junho 2010.

Crescimento muito superior à produção de madeira de outras espécies de árvores existente nos países europeus de clima frio para fins de produção de celulose e papel. Atualmente, o Brasil é indiscutivelmente o país que consegue em menor tempo (7 anos) a maior quantidade de madeira de eucalipto em metros cúbicos por hectare (Tabela 71).

Tabela 71: Rendimento (m³/ha/ano) de Espécies de planta para produção de Celulose Fibra Curta

Espécies	Países	Rotação(anos)	Rendimento m³/ha/ano
Eucalipto	Brasil	7	44
Eucalipto	África do Sul	8-10	20
Eucalipto	Chile	10-12	25
Eucalipto	Portugal	12-15	12
Eucalipto	Espanha	12-15	10
Bétula	Suécia	35-40	6
Bétula	Finlândia	35-40	4

Fonte: BRACELPA. SETOR DE CELULOSE E PAPEL. Junho 2010.

As pesquisas realizadas no Brasil para o melhoramento genético do eucalipto, buscando um maior rendimento em madeira em menor tempo, teve seus resultados alcançados. A rapidez com se desenvolvem as plantas de eucalipto na Microrregião de Três Lagoas é extraordinário. Em menos de uma ano podem atingir aproximadamente 3 metros de altura (Foto 1).



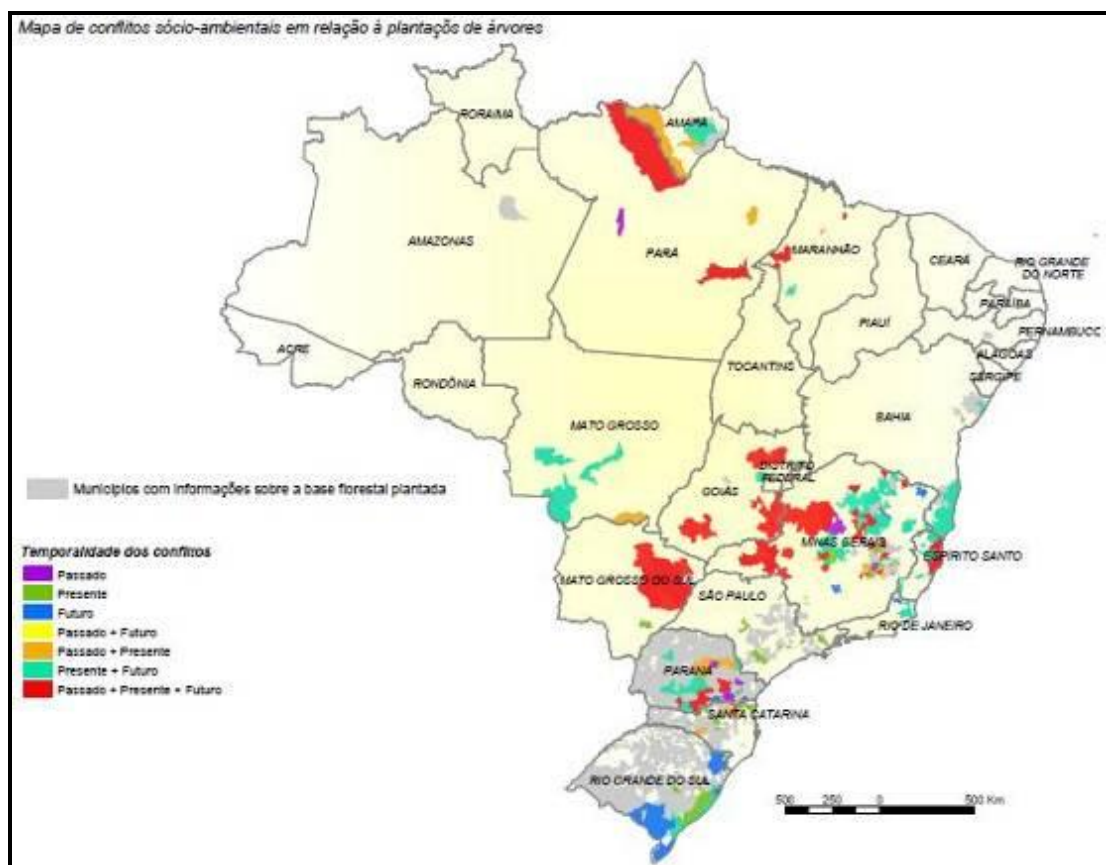
Foto 1: Planta de Eucalipto com 10 meses de idade

Fonte: KUDLAVICZ 08 de maio de 2010.

Por outro lado, essa expansão vem acompanhada do aumento de conflitos decorrentes da disputa de terras ocupadas pelos camponeses, quilombolas e indígenas, da precarização das relações trabalhistas, da degradação ambiental.

Estes fatos são do conhecimento da sociedade e também do Estado, como fica evidenciado no relatório “Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados” publicado em 2005 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

Nesse relatório, composto por mais de 250 páginas, identifica-se detalhadamente onde ocorrem os conflitos, quais as motivações principais e quais as possíveis soluções para liberar a expansão do monocultivo de forma negociada. Isto é, que gere tranquilidade ao setor celulose/papel para que assim possam realizar seus investimentos na construção de novas indústrias, bem como na ampliação das já existentes, acompanhada pela expansão do plantio de eucalipto (Mapa 4).



Mapa 4: Conflitos Sócio-Ambientais em relação ao plantio de árvores - Brasil

Fonte: Programa Nacional de Florestas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente, 2005.

O Programa Nacional de Florestas (PNF), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, foi criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000. Este programa tinha como meta, para o período de 2004 a 2007, expandir no Brasil a base florestal em mais de 2 milhões de hectares.

No entanto, os conflitos em torno dos monocultivos se acirravam e o governo encomenda a referida pesquisa para identificar os principais problemas que geram os conflitos, atores sociais envolvidos, lugares dos conflitos e quais as possíveis soluções para que o setor possa realizar seus investimentos de forma segura.

Assim, para que o PNF possa atuar na expansão da base florestal industrial do País e também utilizar estes plantios para a recuperação de áreas degradadas, antes de tudo, tem que serem estabelecidos canais de diálogo entre as diversas partes interessadas e resolução dos conflitos existentes. Para isto, a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO) demandou a elaboração de um diagnóstico atualizado das frentes de conflito existentes, o histórico destes processos, os atores (i.e., instituições e indivíduos) envolvidos e quais mecanismos financeiros e políticos têm influência sobre este cenário”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 01).

Uma conclusão que nos parece bastante evidente, presente na recomendação feita pelo referido relatório, é que não está nos planos do governo rever, pelo menos no momento, a expansão dos monocultivos de árvores. Na verdade, o que visa estrategicamente é apaziguar os ânimos onde estiverem mais exaltados para continuar seguindo o caminho que está traçado no PNF. Sendo assim, no final de 2005, é criada uma instituição denominada de O Diálogo Florestal³⁸ que se propõe resolver os conflitos por meio de negociações.

Atualmente os maiores conflitos concentram-se nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na Bahia e Espírito Santo é travada uma luta há várias décadas entre as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani, as comunidades quilombolas, os pequenos produtores rurais e as empresas de celulose Aracruz Celulose (hoje FIBRIA), a Suzano-Bahia Sul e a atual Veracel Celulose. Um dos resultados positivos da resistência e do enfrentamento das comunidades locais é o fato da FIBRIA (antiga Aracruz) estar sendo obrigada judicialmente a devolver parte (11 mil hectares) dos 40 mil hectares de terras que são reivindicados pelas comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani que estão sendo ocupadas indevidamente pela empresa, segundo denúncia das comunidades.

A mesma empresa FIBRIA também é acusada de matar um trabalhador na Bahia em março de 2010, por meio da ação do serviço de “segurança” da empresa denominada Garra, conforme denunciado pelo Fórum Sócio-Ambiental do Extremo Sul da Bahia e Rede Alerta contra o Deserto Verde em 23 de março de 2010³⁹. Por sua vez, a empresa, em nota à imprensa, acusa o trabalhador de invasão de propriedade e não esclarece, por exemplo, o porquê das famílias entrarem em suas terras para retirar lenha e madeira. Apenas reconhece a existência do conflito que tende a se agravar:

Ao mesmo tempo a FIBRIA gostaria de externar às autoridades estaduais sua preocupação com o clima de crescente insegurança social verificado em algumas regiões do sul da Bahia, com frequência provocado pela escalada de ocorrências de furto de madeira das empresas florestais ali instaladas. Medidas que equacionem os conflitos tornam-se urgentes para restabelecer condições de segurança para a população e assegurar um ambiente que possibilite o desenvolvimento social e econômico local a partir de um processo de construção conjunta envolvendo todos os atores sociais. (http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010mar24.htm. Acessado em 15/12/2010).

³⁸ “O Diálogo Florestal é uma iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações ambientalistas com o objetivo de construir uma visão comum entre esses setores que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços e os resultados para a conservação do meio ambiente, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral. Atualmente atua na Mata Atlântica, no Pampa e no Cerrado”. Fonte: <http://www.dialogoflorestal.org.br/quem-somos/historico/>. Acessado em 14/12/2010.

³⁹ Fonte: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4468/9/>. Acessado em 15/12/2010.

Marina de Oliveira Penido, em seu trabalho: “Conflitos de territorialidades em Cana Brava/Norte de Minas: Eucalipto para quê? Para quem?”, apresentado no ENG 2010, em Porto Alegre, registrou relatos extremamente esclarecedores do uso de violência contra as comunidades locais como fato comum entre as empresas do setor florestal. Penido cita o depoimento de uma moradora local que relata o assassinato de Antonio Joaquim dos Santos, em 26/02/07, pelos seguranças da V & M Florestal.

O vigilante da empresa matou o Sr. Antonio Joaquim dos Santos, que tava pegando lenha na carroça com outras pessoas. Mas o terreno era de divisa com a empresa, porque eles falam que o terreno era da empresa, mas não era, era do irmão dele. As outras pessoas com ele viram tudo, eles pegaram o Antonio, eles bateram, e depois mataram com tiro (...).

Não indenizou a família, não aconteceu nada. Eles alegaram que foi em legítima defesa. O segurança da empresa tá solto, fez o que fez e tá solto. Hoje a empresa tem menos segurança, já tiveram 80 guardas, diz que era gasto de 80 mil por mês. Mas a polícia vive rondando aqui, e corre atrás de quem pega lenha, fica aqui é pra vigiar pra empresa. Na época do assassinato foi muita revolta, fizemos mobilização contra a empresa... Revoltamos todo mundo da comunidade. Foi uma grande covardia o que fizeram (...). Depois disso eles já pegaram um menino do P. e fez ele comer terra, porque preso ele não ia, porque era de menor, só por catar toco de lenha. Se pegar lenha é cadeia e multa. (..) O que mais tem é processo e multa de quase dois mil conto. (Moradora, comunidade de Cana Brava, município de Guaraciama, em 14/03/10. APUD PENIDO, Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos em Porto Alegre, 2010).

O Defensor Público no Estado de São Paulo e Coordenador da Defensoria Regional de Taubaté, Wagner Giron de La Torre, em artigo publicado no jornal eletrônico Adital ⁴⁰ afirma que no Vale do Paraíba.

Têm-se registrado, nos dramas humanos vivenciados pelo campesinato local, que a eucaliptização do Vale do Paraíba está a gerar uma série sem precedentes de devastação ambiental, com aniquilação de fontes d'água, desertificação de grandes áreas de terras, contaminação de ecossistemas pelas toneladas e toneladas de pesticidas químicos utilizados no manejo desse monocultivo, morticínio de número imensurável de espécies animais, vegetais, e supressão de atos devocionais e ações agrícolas dos povos originários afligidos pelo êxodo rural insuflado pela escalada de desemprego derivada desse novo ciclo de concentração fundiária.

A comunidade de São Luiz do Paraitinga/SP, com o apoio de defensor público e do Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA), vem a alguns anos se mobilizando contra os prejuízos causados às comunidades rurais pelo monocultivo de eucalipto.

⁴⁰Fonte: Eucalipto, Monocultura e Insustentabilidade Ambiental, artigo de Wagner Giron de La Torre, publicado em : <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=43628>. Acessado em 22/12/2010.

Em 2006, apresentaram à Câmara Municipal local um projeto de Lei Popular *“Que proibia novas áreas de reflorestamento de eucalipto no município entre outras providências”* ⁴¹(grifo do autor), mesmo com a presença do geógrafo Aziz Ab’Saber discursando em favor do projeto, o mesmo foi recusado pelos vereadores. Não desistiram e, em 2007, munidos de farta documentação entraram com uma Ação Cível Pública impetrada pela Defensoria Pública de Taubaté contra o plantio indiscriminado de eucalipto no município. Em 2008, o Desembargador Samuel Júnior, da 1ª Câmara Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, deferiu decisão favorável que determina a suspensão imediata de novos plantios, replantios e corte de eucalipto por tempo indeterminado. Foi uma vitória significativa para o Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores e da população local.

Não podemos deixar de registrar ainda a ação realizada por duas mil mulheres da Via Campesina que ocuparam e destruíram os viveiros de eucalipto da empresa Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, por ocasião da comemoração do dia 8 de março de 2006 - Dia Internacional da Mulher. A ação, que teve como objetivo chamar a atenção do povo brasileiro para os impactos dos monocultivos de eucalipto, cruzou as fronteiras brasileiras e foi notícia internacional.

Mato Grosso do Sul, durante vários anos foi manchete de jornais impressos e canais de televisão, a nível nacional e internacional, devido às denúncias do registro de trabalho escravo e infantil nas carvoarias. O sindicato de Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, no final dos anos de 1980, já havia denunciado as péssimas condições de trabalho em que se encontravam os trabalhadores das carvoarias instaladas no maciço florestal de Ribas do Rio Pardo. O fato ganha maior notoriedade quando a Comissão Pastoral da Terra divulga no seu Caderno de Conflitos no Campo Brasil’92, o envolvimento de mais de oito mil carvoeiros em condições de trabalho semelhantes ao trabalho escravo.

Um dos casos mais graves constatados este ano envolve cerca de oito (8) mil carvoeiros no maciço florestal de Ribas do Rio Pardo, Águas Claras, Três Lagoas e Naviraí(MS). Estes carvoeiros trabalham 12 horas por dia em troca de uma parca comida (“Uma gororoba que nem cachorro come”), produzindo carvão para as siderúrgicas mineiras. São mais de 200 carvoarias, com mais de dois mil fornos e pelo menos 11 empresas de reflorestamento. Esta área de 600 mil hectares foi um dos maiores projetos de reflorestamento do Gen. Emílio Garrastazu Médici e

⁴¹ Carta Aberta à População de São Luiz de Paraitinga/SP, divulgada pelo Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA), 2008. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32538>. Acessado em 22/12/2010.

representou para o Brasil um custo de US\$175 milhões em incentivos fiscais. Hoje transformada em campo de escravidão. (Maria Helena Guimarães Pereira).

[...]As condições destes trabalhadores são as mais precárias possíveis. Já se tornou fato comum nestas carvoarias as ocorrências de espancamento de trabalhadores, que muitas vezes precisam pagar até a água que consomem. Não raro surgem denúncias tácitas sobre assassinatos. Na maioria das vezes, o corpo simplesmente aparece, jogado em alguma pedreira. Ou simplesmente desaparece” (Diário da Serra 27/03/1992. Apud CPT, 1993, p.40).

A partir de então muitas entidades governamentais e não governamentais se unem para criar a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul. Esta Comissão realizou, e realiza várias visitas anuais com o objetivo de denunciar e cobrar dos órgãos públicos responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho nas carvoarias, tendo em vista que esta atividade econômica utiliza mão de obra de migrantes que não tem nenhum controle sobre suas vidas, envolvendo também trabalho infantil.

As empreiteiras aliciavam e ainda aliciam trabalhadores e sua famílias em Minas Gerais, principalmente no Vale do Jequetinhonha, os quais em Mato Grosso do Sul, onde suas raízes, confinados nos eucaliptais, morando em barracos de lona em condições subumanas, não mantinham contato com organizações de trabalhadores e ficavam à mercê dos agenciadores e empreiteiras. Devido à baixa remuneração pela produção do carvão e ao alto preço pago pela alimentação, ferramentas, etc., um grande número de trabalhadores ficava devendo a seu patrão (“gato”) e não podia sair enquanto na pagasse essa dívida. Crianças de até sete anos ajudavam os pais a encher os fornos com lenha, barrear os fornos para fechá-los, retirar carvão e ensacá-lo ficando fora das salas de aula, porque não existiam escolas nem transporte, vivendo uma vida de migração com as famílias, numa rotina de quase escravidão. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1999, p. 220).

Esses trabalhadores trazidos e levados a grandes distâncias, homens, mulheres e crianças, principalmente jovens, são mão de obra barata e descartável e fazem muito dinheiro – para os outros. Trata-se de um negócio muito lucrativo para pessoas inescrupulosas, que podem ficar ricas com eles e jogá-los fora quando acharem conveniente. Esses trabalhadores não têm nenhum controle sobre suas vidas miseráveis e vivem em medo constante de violência, que assume diversas formas, desde a violência da fome até a física. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1999, p. 226).

Essas ações são fundamentais porque publicizam os problemas da monocultura do eucalipto realizando aquilo que observa o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais:

A brancura de uma folha de papel encobre escuras histórias de degradação ambiental e desapossamento social. No entanto, essas histórias são raramente conhecidas pelos consumidores que moram longe dos locais onde a matéria-prima –a madeira– é obtida e onde a celulose e o papel são produzidos. Portanto é importante conhecer – e contar – a história (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, p.9, 2009)

Atualmente a luta das comunidades impactadas pelos plantios de eucalipto em grande escala recebe o apoio de diferentes entidades que se articulam mundial, nacional e localmente na defesa dos interesses das comunidades e na defesa do ambiente saudável para toda a humanidade. Entre elas citamos a FASE, o Alerta Deserto Verde, o CEPEDDES, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, A Via Campesina e tantos outros.

5 – IDEOLOGIA DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO: NOVA ROUPAGEM PARA A VELHA GARRAFA

Durante a participação no IIº Congresso Florestal de Mato Grosso do Sul, realizado em junho de 2010, onde importantes representantes dos diferentes segmentos do setor florestal falaram por três dias das vantagens do florestamento ou reflorestamento para a economia do Estado, registra-se que não houve nenhum apontamento das consequências negativas da expansão destes plantios de uma só espécie – conhecido como monocultura.

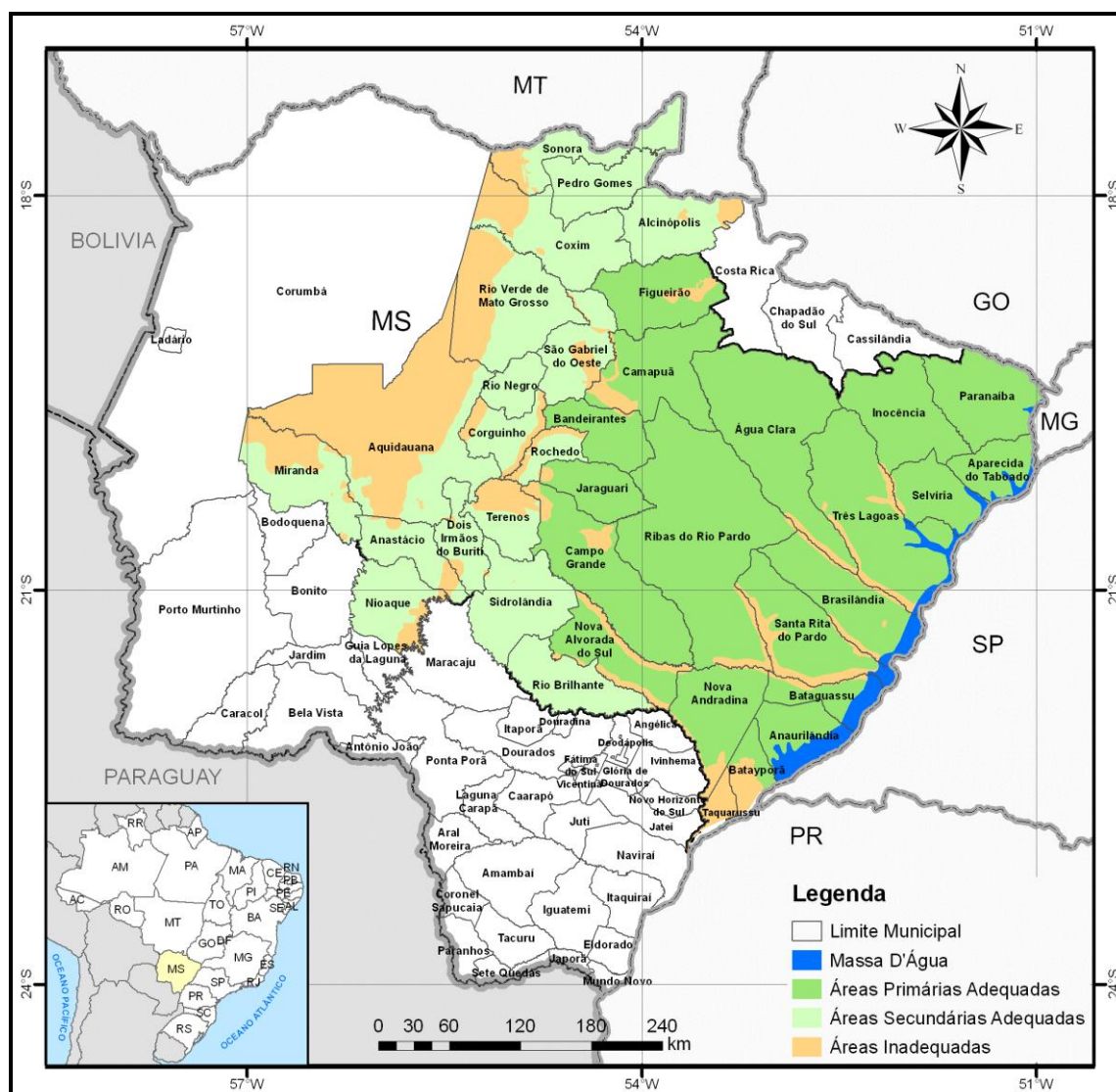
Ao contrário, houve uma defesa unânime do monocultivo como sendo a melhor forma de se fazer a recuperação das terras consideradas degradadas (terras de pastagens). Alguns palestrantes falaram da importância de cultivar espécies nativas como erva mate, jequitibá, canafístula, guanandi, entre outros, mas não para usos da indústria de celulose e papel ou carvão, mas principalmente para indústria moveleira. Mas é evidente que este setor industrial consome muito menos madeira que a produção de carvão e a indústria de celulose e papel.

Dessa forma, ficou explícito durante o evento que o interesse maior está na expansão do monocultivo do eucalipto, porque é de crescimento mais rápido e é a única espécie de árvore no Brasil da qual se extrai a celulose de fibra curta, onde a maior parte da produção é destinada para exportação. É esse tipo de celulose que está sendo produzida pela FIBRIA em Três Lagoas, sendo também o produto da recente empresa Eldorado, em processo de construção.

Embora o maior interesse seja a celulose, é preciso esclarecer que atualmente a madeira do eucalipto também está sendo utilizada pela indústria moveleira, mas em pequena escala. A madeira do eucalipto é preferencialmente usada para a produção de carvão e para a produção de celulose. Já demonstramos isso no Capítulo II quando revelamos que, em 2008, a produção da celulose de fibra longa foi de 1.5 bilhão de tonelada, por outro lado, a produção de celulose de fibra curta foi de 10.6 bilhões de toneladas.

É a partir desse cenário que podemos entender as projeções do Plano Estadual de Florestas elaborado pelo atual governo de Mato Grosso do Sul. O mapa que segue revela o planejamento estratégico para a próxima década, qual seja criar uma área de expansão do plantio de eucalipto de 1 milhão de ha. A chamada área prioritária fica próxima a bacia do rio Paraná, evidenciando que o interesse de expansão em direção a região Leste de

MS se justifica mais pela apropriação do recurso água do que pela questão das terras degradadas (em tese mais baratas), como o discurso da mídia insiste em divulgar.



Mapa 5: Localização da Região para implantação do Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul

Fonte: SEPROTUR, 2009.

5.1 - O discurso da empresa FIBRIA em relação ao Meio Ambiente

A palestra proferida pelo Eng^o. Marcelo Castelli, Diretor Florestal da FIBRIA, durante o 2º Congresso Florestal, abordando o tema “Sustentabilidade do Setor Florestal”,

apesar de fazer referência à concepção da FIBRIA em relação à sustentabilidade florestal, não foge do pensamento aplicado pelas demais empresas que estão envolvidas com a silvicultura no Brasil.

Durante sua apresentação, Castelli afirmou que a missão da empresa é: “Desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável da vida. Isto é extrair valor da floresta seja através da celulose ou de outros usos alternativos”. Este discurso está diretamente relacionado com a visão de negócio da empresa que é: “Gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, inclusão social e melhoria da qualidade de vida”. Prosseguindo, Castelli ainda fez questão de esclarecer o significado que tem para a empresa o lucro admirado.

Você tem de ser lucrativo. Você tem contas a prestar para seus acionistas, para a sociedade. Nenhuma empresa fará nada de bem e de bom para a sociedade se não for lucrativa, se não tiver um resultado para que sustente as suas operações, as suas intenções. Então este lucro tem de ser admirado. É mais ou menos assim. Puxa esses cara tiveram um bom lucro, mas sabe legal eles merecem porque eles fazem uma coisa muito bacana. São balanceados. (Transcrição da Palestra)

Para a FIBRIA, e de forma geral para todo setor florestal, o manejo florestal adequado contribui para:

*Proteção da água e dos solos;
Reabilitação de terras degradadas;
Restauração de paisagens;
Seqüestro de carbono.
Geração de emprego e renda;
Fortalecimento de comunidades locais;
Fortalecimento financeiro do poder público (geração de impostos);
Desconcentração industrial;
Ampliação da infra-estrutura viária, de comunicação e serviços; e
Incremento do setor terciário local*
(Apresentação em Power Point - Marcelo Castelli)

Os movimentos sociais, em especial os movimentos ambientalistas, têm afirmado exatamente o contrário em relação às vantagens apregoadas pelos silvicultores. Afirmam que os plantios de uma só espécie trazem danos à biodiversidade, logo o nome de “deserto verde”. Portanto, a ‘eucaliptização’ de uma determinada região cria um desequilíbrio do balanço hídrico local, alterando o modo de vida das comunidades locais. Soma-se a isso, o que estamos revelando nesta pesquisa: que os monocultivos de eucalipto vão competir com outras atividades agrícolas.

Por outro lado, as empresas sabem que são geradoras de conflitos e de controvérsias, como vimos anteriormente no estudo sobre os conflitos, incluindo assassinatos de moradores locais pelos vigilantes de suas “florestas”. Porém, é da natureza do modo de produção capitalista a expansão destrutiva. Neste sentido, Casteli é claro quando afirma que: “apesar de sermos a maior empresa de celulose do mundo, se a gente não continuar crescendo o negócio não se sustenta. Infelizmente o mercado ainda é muito fragmentado. Tem de continuar tentando crescer para liderar e disciplinar”. Crescimento e concentração são sinônimos de sustentabilidade para o setor florestal.

Na palestra proferida por Ernesto Takahashi em uma disciplina do programa do mestrado em Geografia de Três Lagoas, como representante da VCP (atual FIBRIA) abordou o tema “Educação Ambiental – conservação do solo”. O referido funcionário afirmou que a prática de conservação do solo é para atender ao interesse da empresa, porque ela possui maquinários que custam 500 mil dólares. Ou seja, a conservação do solo está diretamente relacionada com dinheiro. Quanto maior a quantidade de matéria orgânica no solo, maior é a produtividade e isso significa mais dinheiro. Segundo Takahashi, a conservação do solo é um “negócio sustentável”. Esta é a filosofia da empresa FIBRIA e de qualquer outra grande empresa capitalista para quem os recursos naturais são vistos como mercadoria. Esta é a lógica do capital.

Neste sentido, é extremamente elucidativa a fala do representante da STCP, também proferida no 2º Congresso Florestal, realizado em Campo Grande, ao expor o Plano Estadual de Florestas referindo-se ao conceito de sustentabilidade.

[...] A capacidade que este Estado tem em transformar estas áreas teoricamente ociosas para a geração de bens e serviços. E o crescimento, aquele discurso ecológico, aquele discurso da ECO 92, aquele discurso que vocês estão acostumados a ouvir na televisão, no rádio, e a maioria das pessoas não sabe nem o que estão falando, mas dizem que querem sustentabilidade. Não sabem a diferença entre sustentável e sustentável. Estão aí falando e nós vamos ouvindo e nós somos capazes de proporcionar uma resposta mais adequada. Todo mundo fala em sustentabilidade, e a sustentabilidade relaciona-se não única e exclusivamente pelo econômico, social e ambiental, não. Sustentabilidade está intimamente ligada a grana, dindim. Não me venham com essa conversa de que eu quero ambientalmente satisfatório, ecologicamente correto. Nada disso sem dinheiro não tem chance disso ocorrer [...]Então sustentabilidade está relacionada a possibilidade de geração de recursos. E esses recursos têm de ser recursos financeiros, até mesmo para consertar as besteiras ambientais que você fez prá frente (Transcrição de parte da palestra proferida pelo Engº. Florestal Joésio Deoclecio Perin Siqueira sócio-diretor da STCP, durante o II Congresso Estadual de Florestas, 2010, grifo nosso)

Inúmeras vezes durante a palestra, o sócio-diretor usou a expressão “fazer floresta” para falar de plantio de eucalipto. Esta expressão nos conduz a uma reflexão de que realmente estão trabalhando com a idéia de que o plantio de eucalipto são produtos industriais e pouco tem a ver com os ritmos de crescimento ditados pela natureza. São totalmente modificados e obedecem a um crescimento conduzido/dirigido pela mão do homem. Ou seja, desde a produção da muda até o produto final, seja ele, carvão, madeira ou celulose/papel, tudo faz parte da cadeia de produção industrial.

Nós só vamos conseguir desenvolver se nós tivermos um modelo de empresas âncora. Essas empresas é que trazem o verdadeiro desenvolvimento. Agridem o ambiente? Agridem. Traz resposta econômica? Traz. É bom? Aí a decisão é de vocês. Vocês é que tem de pensar se isso é bom. Mas esse é o modelo. (Engº. Florestal Joésio Deoclecio Perin Siqueira sócio-direto da STCP, Transcrição da palestra. Grifo nosso)

5.1.1 - Os Vagões Verdes da FIBRIA e a transferência do passivo ambiental para a sociedade

Abaixo reproduzimos um conjunto de frases com mensagens voltadas aos cuidados com o ambiente, estampadas nos vagões da FIBRIA que transportam a celulose produzida em Três Lagoas em direção ao Porto de Santos em São Paulo.

“Reciclar o presente é viver o futuro”.
“Não maltrate os animais”
“Sustente o seu futuro, seja consciente no presente”.
“Descarte pilhas usadas em lugar apropriado”
“Economize água”.
“Aqui prosperidade e sustentabilidade viajam juntas”.
“Invista no futuro, não gaste energia”.
“Denuncie a exploração sexual infantil”.
“Respeite as pessoas, você é uma delas”.
“Denuncie o trabalho infantil”.
“Faça revisões periódicas em seu veículo”.
“Valorizar as pessoas é ser humano”.
“Queimadas: vamos apagar do nosso consciente esse problema”.
“Utilize lâmpadas que proporcionem economia”.
“Denuncie o tráfico de animais silvestres”.
“Respeito pela terra é compromisso com o futuro”.
“Você escolhe o que planta, respeite a terra”.
“Mantenha as torneiras bem fechadas”.

“Aproveite a luz natural”.
“Valorize o trabalho voluntário”.
“Poluição do ar: essa atitude cheira mal”.
“Preserve a terra você sabe onde pisa”.
“Separe o lixo doméstico para a reciclagem”.

Como é possível perceber na foto 2, as referidas frases estão estampadas nos vagões da empresa que presta serviço de transporte ferroviário à FIBRIA e chamam a atenção da população uma vez que os trilhos cortam a cidade de Três Lagoas.



Foto 2: Vagões da FIBRIA para transporte da Celulose
Fonte: KUDLAVICZ 2010.

“Economize energia, acenda esta idéia”.
“Pessoas conscientes contribuem para a preservação do meio ambiente”.
“Não jogue óleo no solo”.
“A luz que você apaga no final do mês você não paga”.
“Não jogue lixo nos rios”.
“Não faça queimadas”.
“Não polua o ar e respire aliviado”.
“Compre produtos que economizem energia”.
“Não jogue óleo usado nas vias públicas”.

“Bicicleta é um meio de transporte, utilize”.
“Bom senso não pode faltar, economize água”
“Pratique o consumo consciente”.
“Preserve os recursos naturais”.
“Água, tenha sede de economia”.
“Pessoas são diferentes, mas o respeito tem que ser igual”.
“Denuncie o trabalho escravo”.

À primeira vista estas mensagens podem parecer conselhos dados por pais aos seus filhos no intuito de educá-los para cuidar da natureza, enfim do ambiente como patrimônio de todos no presente e daqueles que virão no futuro. Ou então de cidadãos preocupados com a natureza maltratada que geme e grita por socorro porque não agüenta mais a agressão praticada pela ganância sem limite do homem. Mas não são. Como também não são conselhos dados por quem está preocupado com a saúde do planeta. Os que elaboraram e veiculam essas frases não pertencem a nenhum grupo organizado em defesa da natureza, preocupados em por freio ao insaciável consumismo capitalista que a tudo transforma em mercadoria.

Todas as frases são da indústria de papel e celulose FIBRIA e estão escritas de forma bem visível nos vagões que transportam a pasta de celulose produzida em Três Lagoas até o Porto de Santos/SP, pela empresa América Latina Logística – ALL. Estas mensagens estão, há mais de um ano, passando diante dos olhos de todos os cidadãos treslagoenses como a transferir para a sociedade a responsabilidade pelos passivos ambientais que nos impedem de ter um ambiente que garanta a qualidade de vida que merecemos⁴².

Ora, se é verdade que a degradação ambiental provocada pelos homens é evidente, também é verdade que o discurso ambiental não pode ser feito fora do debate das classes sociais. Mas o que intriga pela ousadia e agride pela falta de ética é que essas mensagens partem de uma empresa cuja atividade industrial está assentada num dos processos mais poluidores do ambiente no mundo. Os processos industriais de produção de celulose e papel são aqueles que mais eliminam produtos químicos extremamente nocivos à atmosfera, as águas, ao solo e aos seres vivos.

E não somente o processo industrial degrada o ambiente, mas também a produção da sua matéria prima, que é a madeira do eucalipto. Para obter uma maior rentabilidade do eucalipto, e de forma rápida, são utilizadas técnicas de clonagem e cultivadas no sistema do monocultivo à base da aplicação de agrotóxico e consumo abundante de água.

⁴²Ver artigo do professor Cláudio Ribeiro Lopes intitulado, **Passivo Ambiental: Quem paga por ele?** Publicado no Correio do Estado, terça feira, 12 de dezembro de 2010, p. 2a.

No entanto, a empresa consciente de sua atuação degradante busca, estrategicamente, transferir o problema para a sociedade, faz isso estampando o discurso do desenvolvimento sustentável a circular diante dos olhos do povo - cuja única opção é ler - a fim de ocultar a responsabilidade. Ou, no mínimo, construir a idéia de que está preocupada com o meio ambiente e que faz “sua parte”.

5.2 - Progresso e desenvolvimento na Microrregião de Três Lagoas

A frase escancarada “Estamos Contratando” tem sido comum na paisagem da cidade de Três Lagoas, ela é um indicativo de que há um processo crescente de industrialização em Três Lagoas (Foto 3). Dezenas de indústrias nos últimos 10 anos têm procurado o município para aí estabelecerem o seu negócio. Isso tem atraído milhares de trabalhadores de outros Estados brasileiros, de modo especial, dos estados do nordeste.



Foto 3: Faixa com Anúncio de Contratação de Mão de Obra

Fonte: KUDLAVICZ, 22 de fevereiro de 2011.

Como já dissemos anteriormente, o modelo de desenvolvimentos capitalista é questionável porque são poucos os que se beneficiem de suas inúmeras realizações. Por conseguinte, são esses poucos que detém o poder econômico, que determinam aonde e como vão se estabelecer os complexos industriais para produzir e para quem produzir. Dito em

outras palavras, são os donos do capital, aliados aos detentores do poder político local, que vão dizer o que é bom ou ruim para um país ou região/lugar. E para tanto vão se utilizar de mecanismos legais como, por exemplo, de audiências públicas para legitimar o processo que na visão deles, se traduz em desenvolvimento local. As inovações tecnológicas que estão a serviço do grande capital, segundo Santos, não conhecem fronteiras a não ser a busca incessante do lucro.

[...] Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem dos recursos, nem dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer se encontrem elementos capazes de permiti-lo. (SANTOS, 1997, p.144).

Esse modelo de desenvolvimento capitalista é parte do processo atual da globalização da economia que, ao mesmo tempo, em que busca homogeneizar e integrar culturas, também gera processos de estratificação, segregação e exclusão. A globalização tenta criar um sentimento de que não é possível criar nada diferente do que é apresentado pelos países que organizam/controlam o sistema-mundo. Atualmente o desenvolvimento local é comandado por interesses do capital internacional, passando por cima das fronteiras dos Estados.

Logo, o lugar que apresentar maiores vantagens ao capital internacional será escolhido para receber atividades industriais, estimulando a concorrência entre os lugares/regiões. Neste sentido, alguns lugares serão mais globalizados e outros menos. Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço”, afirma que este momento do capitalismo globalizado vai provocar uma “guerra de lugares”.

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude de condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). (SANTOS, 1997, p.197).

O capitalismo vive um momento de profunda crise que atingiu sua célula central, a indústria. Há uma superprodução e não há consumidores para tanta mercadoria. Por outro lado, ele precisa produzir cada vez mais para poder extrair a ‘mais valia’. Logo, necessita ampliar o seu mercado consumidor para poder continuar aumentando a produção.

Produzir menos seria iniciar um processo de desindustrialização e provocar a morte da utopia capitalista. Significa também desemprego em massa e menos consumidores de mercadorias, porque o mercado é finito. É nesse sentido que os nichos de mercado começam a ser pensados e ganham importância capital. Lugares que se especializam na

produção de um determinado produto, acenam com a possibilidade de solução da atual crise do sistema, criando novas necessidades.

Sendo assim, não há dúvidas que a globalização renovou a importância do lugar/região no momento atual do processo produtivo do capitalismo. Os princípios do capitalismo de aumentar a produção de mercadorias, e encontrar mercado através da concorrência em vista de garantir lucros, geraram uma competição pelos lugares que ofereçam maiores e melhores vantagens para a reprodução do capital.

No nosso entender é a aliança dessa abundância de recursos naturais (principalmente terras baratas e água) e de incentivos governamentais que faz de Três Lagoas a região que nos últimos dez anos mais se industrializou no Estado de Mato Grosso do Sul. Recursos naturais e incentivos governamentais, associados a uma mão de obra barata, têm estimulado o estabelecimento de diversas empresas nacionais e internacionais, fazendo de Três Lagoas um lugar mais globalizado que o restante da região Leste do Estado.

No entanto, este processo de industrialização traz sérias consequências políticas/sociais e ambientais para a comunidade local, como já afirmava Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço”.

O investimento público pode aumentar em uma dada região, ao mesmo tempo em que os fluxos de mais-valia que vai permitir irão beneficiar a algumas firmas ou pessoas, que não são obrigatoriamente locais. Essa contradição entre fluxo de investimentos públicos e fluxo de mais-valia consagra a possibilidade de ver acrescida a dotação regional de capital constante ao mesmo tempo em que a sociedade local se descapitaliza. Da mesma forma, a vulnerabilidade ambiental pode aumentar com o crescimento econômico local.

Esses fenômenos podem ser paralelos ao do “esvaziamento” político local, com repercussões diretas ou indiretas em escala mais ampla, como a região ou Estado. Na medida em que os atores recém-chegados tragam consigo condições para impor perturbações, o acontecer em uma dada fração do território passa a obedecer uma lógica extra local, com uma quebra às vezes profunda dos nexos locais. (SANTOS, 1997, p. 202).

Este processo tem produzido uma nova regionalização do espaço brasileiro que aumenta as desigualdades e diferenças regionais, porque há uma luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói /destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial

conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. (OLIVEIRA, 1999, p.75).

Neste sentido, reafirmamos a necessidade de discussão do conceito de desenvolvimento local/regional/nacional, ou seja, é preciso repensar esse imaginário do “desenvolvimento” que por décadas tem cercado o projeto dos chamados países “subdesenvolvidos”. Trata-se, em primeiro lugar, de defendermos um padrão de desenvolvimento pautado no humano, portanto, um desenvolvimento que não polua, não gere montanhas de resíduos, não agrida a natureza, não suscite a exclusão social, logo o seu balizador tem que ser sustentabilidade. No nosso entender, esta concepção contrapõe-se à lógica imposta na implantação dos Grandes Projetos de Investimento - GPIs, os quais diminuem as oportunidades de autonomia dos sujeitos locais e, politicamente, reduz o poder local, impondo sua lógica setorial, abstraindo benefícios e socializando custos.

Ocorre que, no momento atual, presenciamos um processo neoliberal do capitalismo que busca de todas as formas ampliar a acumulação de riqueza utilizando-se do expediente da superexploração da força de trabalho, enquanto estados e municípios travam uma verdadeira guerra fiscal, cada um procurando oferecer maiores vantagens aos empresários (como isenção de impostos e doação de infra estrutura). As vantagens funcionam para atrair investidores, ação legitimada pelo discurso da geração de empregos que levará as economias locais a esse porto seguro chamado “desenvolvimento”.

O município de Três Lagoas é o exemplo mais evidente deste processo de industrialização a qualquer preço. Neste sentido, procuramos evidenciar, por meio desta pesquisa, que a International Paper/IP e a FIBRIA vieram para Três Lagoas porque aqui foram dadas as melhores condições políticas e econômicas. Ou seja, aquelas condições que lhes permitem aumentar exponencialmente o seu capital, tais como: terra em abundância para a monocultura do eucalipto, clima favorável para o desenvolvimento rápido da madeira do eucalipto, grande disponibilidade de água, ampla isenção fiscal a fim de facilitar os seus lucros e baixa organização sindical e da sociedade civil.

Logo, rebatemos o discurso contrário e reiteramos que a IP e a FIBRIA não vieram para investir na conservação do meio ambiente como desejam convencer a opinião pública com frases de efeito nos vagões que transportam para o global a riqueza gerada localmente.

É preciso lembrar que com elas vieram uma série de outras indústrias para Três Lagoas, em especial do setor químico que fornece os elementos necessários no processo de industrialização da madeira para transformá-la na pasta de celulose e no papel branco,

entre os quais: soda, sulfeto, dióxido de cloro e clorato de sódio. É por esse “conjunto da obra” que esse tipo de indústria é considerada por pesquisadores como uma das mais poluentes do setor, situação que as tem expulsado dos chamados países do Primeiro Mundo.

Outro elemento que merece atenção especial é o volume de dólares aplicados na construção da indústria. Segundo informação da própria empresa foi aplicado US\$1,5 bilhão para gerar aproximadamente 600 empregos diretos na indústria das empresas IP/FIBRIA. Ou seja, para gerar um emprego direto a International Paper/FIBRIA investiu US\$ 2,5. A isso chamam de progresso e desenvolvimento!(tabela 72)

Tabela 72: Dados sobre a Indústria IP/FIBRIA em Três Lagoas, MS

IP/VCCP (FIBRIA) – SITUAÇÃO NO MS – 2007/2008	
ÁREA PRÓPRIA (Microrregião de Três Lagoas)	124.051 ha
ÁREA ARRENDADA (Microrregião de Três Lagoas)	42.824 ha
Parque Fabril 1 (Três Lagoas)	2,1 milhões de metros quadrados (200 ha)
Capital investido IP/FIBRIA	3.178.600.000,00 de reais (fora base florestal)
Empregos Diretos na Fábrica	585 (operação industrial) + 1.500 (base florestal)
Produção Anual	1,3 milhão Ton/Ano/celulose (FIBRIA) e 250 mil Ton/ano de papel (IP).
Destino da Produção	80% mercado externo e 20% mercado do MS (IP prevê a produção de 250.000 t/ano de papel tendo como origem da matéria-prima de Três Lagoas/MS)
Isenção Municipal	10 anos – renuncia aproximada de 50 milhões
Isenção Estadual (ICMS)	Concessão de incentivos para a IP/FIBRIA e aos contratados e subcontratados da IP/FIBRIA de 67% (do ICMS) sobre todos os produtos e adicional de 23% nas operações de saídas interestaduais. Resultando em 90% de incentivo fiscal durante 15 anos.

Fonte: Documento do Acordo VCP/IP e Governo do MS Apud Kudlavicz, 2009.

Investimentos de grande porte na construção de indústrias de celulose e papel com geração de um número reduzido de empregos diretos não é exclusividade da International Paper e da FIBRIA. É próprio das fábricas de celulose e papel. Segundo as informações disponibilizadas pelo coordenador de meio ambiente da FIBRIA, na visita realizada à Indústria no mês de outubro de 2010, a empresa possuía 154 mil hectares com eucalipto plantado, mais 68 mil hectares de área de reserva, nestes empregava 534 trabalhadores (da empresa) e 1573 trabalhadores de empresas terceirizadas. O que significa um emprego a cada 105 hectares incluindo empregos diretos e das empresas terceirizadas que atuam no campo. Tomando para base de cálculo de geração de emprego os trabalhadores

diretos da FIBRIA, incluindo indústria e campo, aproximadamente 864 funcionários, verificamos que ela gera um emprego a cada 256 hectares.

Um estudo realizado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), em 2005, visando discutir as promessas de emprego da Aracruz Celulose no Brasil, apresenta um dado muito próximo do que acabamos de expor. Vejamos:

Com 375 000 hectares de terras e 2 031 empregados diretos, a Aracruz gera um emprego direto por cada 185 hectares de terras. Mesmo que se considere apenas as áreas plantio de eucalipto – 247 000 hectares – a geração de emprego não passa de um emprego direto por cada 122 hectares de eucalipto (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, P. 18, 2005).

Outra observação que deve ser feita e que foi gerada a partir das informações de trabalhadores do setor de produção industrial, é em relação à estratificação dos empregos que são gerados pelas indústrias de celulose e papel. Há um primeiro nível que se refere aos trabalhadores dedicados à pesquisa científica e programas para o progresso técnico, são bem remunerados e com todos os direitos trabalhistas garantidos. São os empregos de alta especialização. Um segundo nível são os trabalhadores do setor industrial com muitos anos de serviço e domínio do funcionamento da indústria. Nestes, geralmente houve investimento da empresa na sua qualificação. Num terceiro nível estariam os que são recém qualificados e recém contratados. Essa faixa representa um grande número de trabalhadores braçais, mal remunerados e geralmente vinculados a empresas terceirizadas.

Esta distribuição dos empregados por níveis/funções na empresa também pode ser verificada na segregação das moradias em Três Lagoas. Existem bairros e casas destinadas aos profissionais da empresa mais bem qualificados, por outro lado os que estão na base vivem geralmente nas periferias da cidade.

Ora, fica claro que não se trata de fazer o discurso simplista de sermos contrários a vinda das indústrias para a Microrregião Três Lagoas em nome, por exemplo, de salvaguardar uma suposta tranquilidade de outrora. Mas, sim, analisar alguns elementos e seus desdobramentos que precisam ser considerados quando se procura atrair determinadas indústrias que, de antemão, já são reconhecidamente causadoras de desequilíbrios ambientais e precarização das condições de trabalho.

Neste sentido, é providencial resgatar o pensamento do diretor sócio da STCP ao expor aos participantes do 2º Congresso Florestal o modelo de desenvolvimento proposto pelo atual governo no Plano Estadual de Florestas:

Nós só vamos conseguir desenvolver se nós tivermos um modelo de empresas âncora. Essas empresas é que trazem o verdadeiro desenvolvimento. Agridem o ambiente? Agridem. Traz resposta econômica? Traz. É bom? Aí a decisão é de vocês. Vocês é que tem de pensar se isso é bom. Mas esse é o modelo (Transcrição de parte da palestra proferida pelo Diretor Sócio da STCP no II Congresso Estadual de Florestas, 2010).

Se junta a isso o fato de o setor florestal oferecer um trabalho em condições extremamente precarizadas, uma vez que são trabalhadores, na sua maioria, com contratos temporários, pois o tempo dos contratos dura enquanto durar o plantio que é o período que mais emprega mão de obra. Durante os próximos sete anos são necessários poucos trabalhadores para realizar os tratos culturais do eucalipto até a sua fase de corte, que é mecanizado.

A fim de entender a complexidade que envolve as relações de trabalho na silvicultura vejamos o relato de um ex-funcionário do setor administrativo da empresa.

Olha rapaz eu, pela minha forma de pensar politicamente, tinha a ilusão de que as empresas nacionais elas tinham uma ação menos brutal com relação a empregados. Só que isso caiu por terra nos meses que eu passei na Votorantin. Votorantin ela é muito mais agressiva nas relações com os funcionários que a International Paper, por ser uma multinacional. A IP ela tinha uma relação muito mais aberta com os funcionários. Ela resolvia as coisas muito mais democraticamente do que a Votorantin. A Votorantin, ela é extremamente impositiva. Ela é impositiva no mercado. Ela é impositiva com as instituições públicas. Ela é impositiva com os sindicatos e ela, por consequência, é impositiva com os funcionários. Portanto existe muita retórica de participatividade, de condições de trabalho, auxílio ao funcionário, mas ela impõe muita coisa. Tanto que se verificar as estatísticas de demissão da International Paper no período que ela ficou aqui na atividade florestal, índice comparativo, e o que a VCP vem praticando é muito superior. Ela tem uma circularidade de funcionários, que eles chamam de tour over, muito maior do que a IP tinha. A relação de funcionários que entrava e saía na IP ela era muito menor do que o que é na VCP. Justamente por causa desta imposição. E eu, assim que a VCP assumiu, fui extremamente contra, tanto que eu fui mandado embora. Não aceitei muitas coisas que eles estavam tentando implantar ou estavam praticando. Não concordei, fui claro em relação a isso em reunião com a diretoria, expus meu ponto de vista, tomei partido em algumas situações em favor dos funcionários e acabei sendo demitido. Mas isso faz parte da minha natureza. Eu sou assim. Vai fazer o que Mie? Você não pode ficar passivo diante de injustiças. E eu tenho como princípio desde o começo. Consegui ficar onze anos e meio numa empresa, num cargo de confiança por sete anos, numa empresa multinacional e não fiquei sete meses numa empresa nacional (Informação verbal)⁴³.

⁴³ Transcrição de parte da entrevista realizada com um ex-funcionário da IP em agosto de 2009.

Esta informação também é compartilhada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose e Papel quando acusam a Aracruz/FIBRIA de que o verbo que mais usam é IMPOR: “Impôs a demissão de 150 companheiros depois de receber R\$ 6 bilhões do FAT (dado pelo BNDES). Impôs a redução e a retirada de direitos na negociação coletiva”⁴⁴.

A cidade de Três Lagoas já experimenta há mais de uma década o processo de industrialização a qualquer custo com intensa exploração dos trabalhadores, a começar pelo salário, que, atualmente, segundo fontes de instituições públicas e privadas - e dos trabalhadores das indústrias locais, gira em torno de R\$520,00 a menos de R\$700,00⁴⁵, para a maioria dos trabalhadores. Salários duas, três vezes inferiores aos que são pagos para os operários/as exercendo a mesma função no Estado de São Paulo.

⁴⁴ FARDÃO. Informativo dos Papeleiros e Químicos do ES - Ano XXIII 29/06/2010 nº 504. Disponível em www.sinticel.org.br.

⁴⁵ Informação coletada, em 2010, junto aos funcionários da CIAT em Três Lagoas.

6- OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO NO CAMPO E NA CIDADE

6.1 – Eliminação do emprego no campo e desagregação de comunidades rurais

O governo estadual e municipal tenta minimizar as prováveis consequências negativas da expansão do plantio de eucalipto na Microrregião de Três Lagoas apostando nos impactos econômicos que a implantação das indústrias de celulose e papel poderá oferecer, divulgando frequentemente os aumentos do PIB do Estado que, segundo os defensores deste modelo, foi de 13% e municipal de 300%. Por sua vez, a mídia também faz a sua parte divulgando para a opinião pública nacional e internacional a formação do “Vale da Celulose” na região Leste de Mato Grosso do Sul. Recentemente, em outubro de 2010, a revista Época Negócios publicou extensa reportagem intitulada “Três Lagoas – a Capital mundial da Celulose”⁴⁶, na matéria se reforça as vantagens e os aspectos econômicos que são de interesse da Indústria de celulose e papel.

Buscando fazer contraponto aos interesses dos defensores do agronegócio, a professora pesquisadora Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), publicou artigo no jornal “Correio do Estado”, em 29/11/2010, intitulado: “A Capital da Celulose – o não dito”. No referido artigo afirma que: “Alguns probleminhas, como o caos no trânsito, são citados aqui e ali, sem realce, para que pareçam coisa normal, consequência inevitável do progresso. O que não se revela são os números do “probleminha” que se materializam em seres humanos a lotar os leitos do único hospital público da cidade”.

Dentro da política de mitigar os impactos do complexo celulose/papel, foram planejados 16 Programas de Educação Ambiental (PBA)⁴⁷ a serem desenvolvidas no município para compensar os possíveis efeitos negativos identificados por meio do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e potencializar os “positivos”. A seguir citamos os 16 programas

⁴⁶ Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>. Acesso em: 20/11/2010.

⁴⁷ Disponível em http://www.centroprojeto-brasil.com.br/01_apres.htm Acesso em: em 15/01/2011.

por serem consideradas as principais ações compensatórias acordadas entre as fábricas e os órgãos governamentais de Mato Grosso do Sul:

Programa de fomento ao Empreendedorismo – realização de fóruns, palestras de incentivo, qualificação e cadastramento dos possíveis fornecedores para a fábrica.

Programa de monitoramento das águas superficiais – campanhas mensais para monitoramento da qualidade do Rio Paraná e Córrego do Moeda.

Programa de Adequação da Infraestrutura – contempla ações que auxiliam os vários setores dos municípios, como Segurança Pública e Saúde, com doação de viaturas e equipamentos.

Programa de monitoramento das comunidades aquáticas – campanhas trimestrais para levantamento e monitoramento das comunidades aquáticas do Rio Paraná e Córrego do Moeda.

Programa Saúde Pública – apoio à saúde pública das cidades de Três Lagoas e Brasilândia, com campanhas de combate à dengue, leishmaniose e doação de equipamentos.

Programa de Monitoramento da Fauna – campanhas trimestrais para monitoramento da fauna terrestre no entorno a fábrica.

Programa de Comunicação – comunicação de todas as ações do projeto, mantendo um canal aberto com os públicos de interesse.

Programa de Monitoramento da Flora – semestralmente, as espécies de flora do entorno da fábrica são monitoradas para identificar áreas prioritárias para refúgio da fauna que necessitam de restauração e/ou recuperação.

Programa de Apoio à Unidade de Conservação – aquisição de uma unidade de conservação e monitoramento das existentes (Parque de Jupia e Capivaras).

Programa de Monitoramento da Qualidade do Efluente Tratado (ETE) – monitoramento da qualidade da água tratada e comparação com os parâmetros legais.

Programa de Educação Ambiental – programa que contempla a comunidade e os funcionários com o objetivo de formar cidadãos mais conscientes com relação às questões ambientais.

Programa de Monitoramento das Operações de Transporte – campanha de conscientização dos motoristas que trabalham diretamente na entrega de materiais para a construção das fábricas.

Programa de Monitoramento de Ruído – campanha que avalia o ruído ambiental no entorno das fábricas.

Programa Ambiental de Construção – controle ambiental das atividades de fornecedores e de segurança dos trabalhadores envolvidos na construção das fábricas.

Programa de monitoramento das Emissões Atmosféricas – monitoramento online e amostragem das emissões da fábrica.

Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas – monitoramento da qualidade das águas subterrâneas para abastecimento da fábrica (http://www.centroprojek-brazil.com.br/01_apres.htm).

Na medida em que essas ações foram sendo realizadas, as manchetes da imprensa local enfatizavam as empresas FIBRIA e IP como benfeitoras da cidade, encobrindo o fato de que essas empresas estão simplesmente cumprindo parte dos acordos assumidos para

obter o licenciamento para construção das indústrias. Vejamos algumas dessas manchetes do Jornal do Povo de Três Lagoas:

“VCP e IP doam ambulância tipo UUTI à cidade” (Jornal do Povo, 26/04/2008).

“Empresas IP e VCP doam dois equipamentos para PAB e SAMU” (Jornal do Povo, 17/12/08).

“CCZ(Centro de Controle de Zoonoses) recebe 10 mil coleiras da IP e VCP para prevenir leishmaniose canina” (Jornal do povo, 18/08/08).

“Empresas doam viatura à Polícia Militar Rodoviária” (Jornal do Povo, 13/06/08).

“Polícia Militar recebe duas viaturas equipadas da VCP e da IP” (Jornal do Povo, 18/12/08).

No interior da reportagem o jornal informava que a doação fazia parte dos compromissos assumidos pelas empresas no PBA. Mas, o título e a chamada da reportagem não dão realce a esta informação que é fundamental para o posicionamento da população. Esse *modus operandi* da mídia é intencional, ela busca criar na opinião pública a imagem de que essas empresas fazem investimentos na cidade, o que vai contribuir para que a população não se atente à responsabilidade social das referidas indústrias. Este discurso ideológico é:

[...] para esconder sua ganância de lucro a qualquer preço, qual seja apresentar os industriais para sociedade como sendo grandes benfeitores, caridosos nas suas doações de ambulâncias para prefeituras, carros para instituições de ensino, computadores, patrocínio de eventos e dezenas de tantas outras chamadas doações que justificariam a preocupação destes empresários com o bem estar social da população. Mas, na verdade, estão apenas devolvendo parte do que tem adquirido de forma legal, porém injusta, que são os enormes incentivos fiscais para instalarem suas indústrias com mão de obra barata, terra e infra-estrutura como asfalto, energia, qualificação da mão de obra, etc. (KUDLAVICZ, Mieceslau e MOTA, Juliana G. B., Jornal do Povo de Três Lagoas, 17/05/08)⁴⁸.

As empresas sabem da importância da mídia por isso tem realizado eventos específicos para atrair jornalistas, e tê-los como seus grandes colaboradores na divulgação dos interesses do setor florestal. Um destes eventos foi intitulado: “II Seminário para jornalistas sobre florestas plantadas no Mato Grosso do Sul- Celulose: produção e mercado”. O evento

⁴⁸ Artigo “Não é bondade, é devolução” publicado no Jornal do Povo de Três Lagoas, no dia 17/05/08.

ocorreu em Campo Grande no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo no dia 23 de setembro de 2008⁴⁹.

Nas entrevistas do trabalho de campo realizadas com camponeses sitiantes, professores de escolas, donos de comércio tanto na área rural como urbana, foi possível desvelar uma realidade que normalmente é ocultada pela mídia, pelas autoridades políticas e representantes empresariais. Os atores sociais entrevistados, embasados numa leitura do senso comum, já percebem os impactos negativos do monocultivo do eucalipto no seu cotidiano. Desta forma, se faz necessário explicitar essas mudanças que estão ocorrendo na estrutura econômica, social, ambiental e cultural do município após a territorialização do capital na Microrregião de Três Lagoas, particularmente com a instalação das indústrias de celulose e papel, a primeira sob comando da FIBRIA e a segunda da International Paper.

Neste Capítulo daremos relevo às falas das pessoas que sentem no cotidiano as consequências das mudanças que estão ocorrendo no campo, para tanto nos apoiamos em Boaventura de Souza Santos quando, a respeito das formas de conhecimento, afirma:

A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. [...] O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante (SANTOS, 2010, p. 88-89).

No relato de uma moradora da comunidade de Garcias – distrito de Três Lagoas, que nasceu no local (seu pai viveu 80 anos como morador desse lugarejo), quando perguntada sobre quais vantagens e desvantagens que o plantio de eucalipto trouxe para Garcias, ela foi categórica: “vai trazer vantagem para a fábrica deles. Mas para nós aqui foi prejuízo. Até casa boa, casa antiga foi desmanchada. Que não era prá ter desmanchado, porque nem documento tinha, pertence ao patrimônio” (informação verbal)⁵⁰.

Esse sentimento é compartilhado não somente por outros moradores da comunidade de Garcias, mas também pelos moradores da comunidade do Distrito de Arapuá. São duas das maiores comunidades rurais do município de Três Lagoas que hoje estão sofrendo com o cerco do plantio de eucalipto. Garcias fica a aproximadamente 70 quilômetros da cidade de Três Lagoas e Arapuá cerca de 50 quilômetros. Seus moradores viviam na sua maioria das atividades agropecuárias como sitiantes, comerciantes e trabalhadores braçais das

⁴⁹ Fonte: jornal do Povo de Três Lagoas, 24/09/08 e <http://www.youtube.com/watch?v=PMa3-VkXhIc> acessado em 15/01/11.

⁵⁰ Transcrição de parte da entrevista gravada com moradora da comunidade de Garcias, em 2010

fazendas. O número de famílias que residiam nessas comunidades diminuiu significativamente, desestruturando o comércio local, a escola, o lazer e, até mesmo, as atividades religiosas da comunidade.

O avanço do plantio de eucalipto sobre as comunidades rurais não respeitando sequer os lugares de encontros religiosos como é o caso da igreja católica da comunidade de Garcias, município de Três Lagoas (Foto 4). Essa área cultivada com eucalipto que aparece na foto atrás da capela religiosa, era parte de uma área de 40 alqueires que havia sido doada por um antigo fazendeiro da região.



Foto 4: Desaparecimento de Comunidades Rurais

Fonte: KUDLAVICZ, 08 de maio de 2010.

Em entrevista com um antigo morador da comunidade, um senhor de 71 anos, nascido no local, o mesmo informou que quem doou 40 alqueires para o patrimônio de Garcias foi o fazendeiro José Carlos de Souza. Parte desta área, posteriormente, segundo relato dos moradores da comunidade, foi grilada por Alcebíades de Oliveira que foi dono do cartório em Garcias. A área está ocupada hoje com os plantios de eucalipto.

Nos anos de 2006 e 2007 a área ocupada com plantio de eucalipto no entorno da comunidade de Garcias, cresceu expressivamente. Neste período de expansão do eucalipto Garcias recebia diariamente entre 6 a 7 ônibus deslocados da cidade de Três Lagoas com trabalhadores para realizar o plantio. Um comerciante local, que serviu e serve refeições para os trabalhadores das firmas plantadoras de eucalipto, informa que a maior área plantada

com eucalipto no entorno de Garcias é da empresa CORUS AGROFLORESTAL⁵¹, que possui na região o Horto São Luis (Foto 5). A propriedade das terras é do grupo japonês NIPPAK S/A Desenvolvimento Agropecuário que tem outras fazendas nos municípios de Três Lagoas e Água Clara.



Foto 5: Placa da CORUS Agroflorestal dentro da Comunidade de Garcias
Fonte: KUDLAVCIZ, 08 de maio de 2010.

Atualmente a empresa Corus Agroflorestal, segundo o mesmo entrevistado, está negociando a venda da madeira de eucalipto com o empresário Mario Celso, do município de Andradina/SP, que já possui outras fazendas plantadas com eucalipto nas proximidades de Garcias.

As empresas avançam por meio da monocultura do eucalipto sobre as comunidades não respeitando nem o espaço de lazer (Foto 6) e apossando-se indevidamente das terras pertencentes à comunidade, apesar da revolta de seus moradores como fica explícito no relato que segue.

A cachoeira pertence ao patrimônio. Não pertence à fazenda Nippak. A cachoeira pertence ao patrimônio. Aí eles cercam tudo. E aqui era a área de lazer. Do povo tomar banho era na cachoeira. Aí o povo cerca tudo e não quer

⁵¹ Segundo divulgado pelo Plano Estadual de Florestas (2008) a Corus Agroflorestal possuía um plantio de 5.012 hectares com eucalipto e a Nippak 3.075 hectares com plantio de eucalipto.

que ninguém entra prá lá mais... A Nippak até o ano passado ela não tinha o documento, porque ela pertencia ao patrimônio.

[...] Não chegou totalmente a ter um documento. Porque aqui ela não é escriturada. Não consegue fazer documento. Se eles fizeram escritura é falsa. O pai do avô do Sr. Bitão fez uma doação. E quando ele adoou, os que pode fazer escritura foram fazendo. Moram por direito. Tem direito de posse. [...]Dentro do patrimônio não deveria ter plantado eucalipto dentro do patrimônio. Porque aqui é área da população (Transcrição de parte da entrevista gravada com uma moradora da comunidade de Garcias).



Foto 6: A Cachoeira da Comunidade de Garcias cercada com Plantio de Eucalipto

Fonte: KUDLAVICZ, 08 de maio de 2010.

A comunidade também demonstra preocupação com os córregos e nascentes porque na percepção dos moradores: “eles plantam muito na beira do córrego. Tem de ter uma distância. Não pode tá plantando na beira do córrego, na beira da pindaíba. Tá secando porque eles plantam muito na beira dos córregos. Tem de ter uma distância. Conservar a beira do córrego”⁵². Até mesmo o cemitério da comunidade de Garcias tem eucalipto em seu entorno, segundo relato dos moradores.

No entanto, em meio a essa violência um fato nos chamou a atenção. Apesar dos problemas que impactam a comunidade, seus moradores não perderam o sentimento de solidariedade. Nesse dia em que fizemos as entrevistas, membros da comunidade de Garcias estavam organizando uma festa para ajudar uma senhora que estava com dificuldades de

⁵² Transcrição de parte da entrevista gravada com moradora da comunidade de Garcias em 2010.

saúde e não tinha forças para trabalhar nas fazendas, por isso necessitava de ajuda para comprar máquinas de costura para assim trocar de atividade.

A chegada do eucalipto plantou o desemprego de muitas famílias que estavam trabalhando nas fazendas. Segundo relato de membros da comunidade, por volta do ano de 1996 residiam 25 famílias na fazenda Nippak, 15 famílias na fazenda Vista Alegre e a fazenda Serrinha tinha aproximadamente 50 famílias. Sendo que, algumas conseguiram emprego no plantio de eucalipto, mas grande parte veio para a cidade de Três Lagoas trabalhar nas indústrias. Lembrando que atualmente os trabalhadores do plantio e tratos culturais do eucalipto são migrantes, em sua maioria.

Outra reclamação recorrente dos moradores relacionada com a expansão do plantio de eucalipto é que as estradas pioraram.

Na concepção dos comerciantes locais o eucalipto trouxe o fracasso do Distrito, explicam que o comércio não tem o movimento que tinha nos finais de semana. Alegam que até mesmo a escola corre o risco de ser fechada, pois em 2009 estavam matriculados 198 alunos e, em 2010, este número reduziu para 150 alunos. Logo, há probabilidade de no ano seguinte (2011) ocorrer à desativação da 1ª série do ensino fundamental por falta de alunos.

Este problema da falta de alunos não é exclusivo dessa comunidade, a situação se repete em Arapuá, por exemplo. Em visita a escola desse Distrito, em junho de 2010, os professores e diretores da escola Estadual de Arapuá relataram fatos muito semelhantes como consequência da venda e arrendamento das fazendas para o plantio de eucalipto.

Porém, nas entrevistas percebemos certo desencontro nas informações porque ao mesmo tempo em que reconheciam que muitos proprietários das fazendas estavam mandando embora famílias de trabalhadores, cujos filhos estudavam na escola da comunidade, afirmavam que a escola não perdeu alunos.

Quando você falou em monocultura de eucalipto aqui, nós estamos preocupados de perder alunos. Porque nós tínhamos fazendas, muitas fazendas aqui em volta onde tinha muitos alunos. Mas foi nossa surpresa onde nós não perdemos nossos alunos. Continuamos numa média de 500 a 580 crianças. Então nós não perdemos. As fazendas continuaram sendo vendidas ou alugadas e os alunos continuavam freqüentando a escola.

[...] Perdemos alunos da fazenda Jatobá, da fazenda Rio Verde que tinha mais de 10 famílias.

[...] As famílias foram embora para outras regiões onde tem gado, outras foram para Três Lagoas. A grande maioria foi para Três Lagoas. 80% de

nossos alunos são de fazendas. Andam 80 a 100 quilômetros para vir para a escola⁵³.

[...] Vão para regiões de Ribas do Rio Pardo, Paranaíba, Selviria. É para onde a gente manda as transferências de nossas crianças. Mas não teve impacto de perda de alunos (Informação verbal)⁵⁴.

Esse paradoxo pode ser entendido analisando a dinâmica do processo. O fato de não ter diminuído o número de alunos da escola, apesar das famílias expulsas das fazendas pelo plantio de eucalipto, se deve em parte à vinda dos migrantes com suas famílias para o trabalho no complexo celulose/papel, principalmente de Minas Gerais. Segundo informação das professoras, houve época em que vieram mais de 30 famílias, particularmente entre 2006 e 2009, quando Arapuá recebeu algo em torno de 300 trabalhadores vindos dos estados de Minas Gerais e da Bahia. Relatam também que a matrícula dessas crianças na escola trouxe certas mudanças no processo de aprendizagem da escola, principalmente no que diz respeito à rotatividade de alunos. Pois a permanência das famílias depende dos contratos de trabalho das empreiteiras com a FIBRIA, ou seja, elas vêm na época do plantio, do controle das formigas e no tempo da desbrota. Em suma, ficam uma temporada e depois partem para outros destinos.

A rotina escolar não foi alterada somente como consequência da entrada e saída das crianças que vêm de fora, mas também às mudanças no ritmo de trabalho das mulheres da própria comunidade de Arapuá. Vejamos estas mudanças que ocorreram a partir do relato das professoras.

Em relação às mães o que a gente percebe [as mudanças]. Muitas mães só trabalhavam em casa. Agora algumas mães passaram a trabalhar nessas indústrias [empresas de plantio de eucalipto] de eucalipto também. Trabalho duro, trabalho difícil, cansativo. Mudou a rotina diária de algumas mães dos nossos alunos.... Mulheres que antes trabalhavam em casa ou tomavam conta da sede a fazenda agora elas estão trabalhando no campo, no plantio de eucalipto. Elas fazem de tudo. Elas plantam, desbrotam. Cortam... antes os maridos iam para o campo e elas ficavam em casa. Faziam queijo...

[...] Elas não podem vir para a escola quando a gente chama, porque estão trabalhando. Causa transtorno, sim. Aluno que às vezes não faz um trabalho, porque não tem a mãe para estar cobrando. Acabam vindo mais o dia que precisam da gente ou o dia do vale renda. Aí elas veem à escola (Informação verbal)⁵⁵.

⁵³ Segundo relato das professoras da Escola muitas crianças saem às 08h30min horas ou 09h00min horas para chegar à escola às 12h30min horas. Muitas crianças que estudam no período matutino saem de casa por volta das 03h00min horas da manhã para chegar à escola às 06h30min horas, como é o caso da fazenda Jaraguá que fica a 120 quilômetros de distância da Escola do Arapuá.

⁵⁴ Transcrição de parte da entrevista gravada com professoras da Escola Estadual do Arapuá, realizada em 2010.

⁵⁵ Transcrição de parte da entrevista gravada com professoras da Escola Estadual do Arapuá, realizada em 2010.

Para facilitar a relação da escola com as mulheres (mãe de alunos) que trabalham nas firmas reflorestadoras, a Coordenação permite que escolham o período mais apropriado para vir à escola tratar de assuntos relacionados a seus filhos. Muitas vezes as mães procuram a direção da escola aos sábados ou domingos (a diretora mora na comunidade).

A compra de terras e arrendamento pela FIBRIA, além de ter desempregado centenas de camponeses, vem aumentando a concentração de terra na região e aquecendo o mercado o que resulta em majoração dos preços. Por outro lado, gera vazios populacionais na Microrregião o que incide diretamente sobre os caminhos da reforma agrária.

Segundo informações de sitiantes, o Distrito de Arapuá era uma região de muita roça, lavoura diversificada. Vejamos a fala de um pequeno proprietário que comprou o sítio há 33 anos.

Então aqui era só roça. Aqui era lavoura. Milho aqui na região mantinha as fazenda da região tudo com milho. Colhi tranquilo. Não tinha problema de ataque de papagaio, de maritaca.

[...] Olha aqui mesmo na nossa região, quando eu comprei o sítio, aqui tinha dois bar, em frente do sítio. Dois bar. Dia de fim de semana, tinha hora que não tinha como você entrar dentro do bar. Hoje se você vai tocar um bar aqui, tem fim de semana que você não vê uma pessoa. Então, porque isso? Porque não existe mais fazendas. As fazenda é que trazia aquela multidão. Lavoura na época que tinha esses bar aí... Todo mundo tocava lavoura. Tinha o bicho da seda, sericicultura. Trouxe muito movimento pra nós aqui. E era muito movimento. Então agora hoje, acabou (Informação verbal)⁵⁶.

Enquanto explode a população de Três Lagoas, lugar central de reprodução das forças produtivas do complexo celulose/papel, ocorre a depressão dos lugares do entorno. Principalmente porque é neste entorno que acontecem os arrendamentos e o trabalho temporário. Percebe-se no depoimento que segue a clareza de entendimento daqueles que sofrem diretamente o impacto. Sabem, por exemplo, que emprego temporário não movimenta o comércio local.

Então o nosso lugar aqui o Arapuá, por exemplo, a vila do Arapuá, o movimento caiu. Então tem aquela ilusão porque vem muito peão, que vai dar muito movimento. É ilusão. Porque quando eram as fazendas, fazenda de gado, o movimento de fim de semana era outro. Totalmente diferente. Era muito movimento. Hoje você vai num dia de sábado, dia de domingo lá na vila, tem dia que você não vê ninguém. Porque os peão chega o fim de semana caça o rumo, some daqui, né. Quer dizer, os empregados de

⁵⁶ Transcrição de parte de entrevista gravada com sitiante do Arapuá em agosto de 2009.

fazenda sustentavam o comercio do nosso distrito. E hoje tá bem difícil de se sobreviver do comércio ali no Arapuá. A gente pensa que o eucalipto, a firma grande ia trazer o progresso pra nós. Tudo bem alguma coisa melhorou. Mas em sentido de comércio assim a gente percebe que não teve vantagem.

Os prejuízos para o comércio local são percebidos por todos os comerciantes entrevistados das comunidades de Garcias e de Arapuá. Eles compreendem que enquanto as fazendas mantinham famílias empregadas essas aqueciam o comércio local. Esta leitura esta presente também entre os sitiantes como é possível apreender no próximo relato quando o entrevistado faz referência às mudanças que a comunidade vem sofrendo a partir da expansão do plantio de eucalipto.

Dois, geralmente trabalhava dois. Agora não tem nenhum. Entendeu. Desmanchou até a sede. Arrendou só a terra mesmo. Então isso foi uma perca grande pro lugar, porque aquelas pessoas que eram funcionário de fazenda, eles eram fixo do lugar. Eles faziam o movimento. Tinham família. Tudo com família. Por exemplo, aqui pro lado do rio Verde tinha a fazenda Rio Verde. A fazenda Rio Verde tinha muito funcionário. Era de dez a doze família também que trabalhava lá. Tinha a Pombo Verde, tinha muita fazenda que era muito funcionário. Hoje em dia acabou tudo. A fazenda Sé que era enorme. Então o nosso Distrito aqui ta pacato. É ilusão que a gente pensa que esse negócio aí vai trazer progresso pro nosso lugar. Porque antigamente era bem mais movimentado que hoje. Isso até o próprio Antonio sabe disso aí.. ... Era fixo. Hoje os empregos que vêm é passageiro. Eles traz gente de Minas.... faz aquele movimento. Traz gente da Bahia, de Pernambuco. Faz aquele movimentão. Daqui um mês tudo vai embora. Fez a limpa do eucalipto, ta viajando, ta indo embora. Assim não tem aquelas pessoas fixas. Não vem com a família. É tudo solteiro. Como diz o outro, o que aconteceu quando começou essas firmas aí foi até prejuízo pra Vila. Porque foi uma coisa esquisita. Quando os mineiros chegou aí, as meninhas que tinha, tudo ficou barriguda (Informação verbal)⁵⁷

Portanto, além do desequilíbrio ambiental e da perda de biodiversidade local/regional, uma série de outras mudanças econômicas estão ocorrendo no meio urbano como a crise das economias do entorno, a segregação espacial, a especulação imobiliária, superlotação dos serviços públicos, entre outros e que trataremos no decorrer do texto.

⁵⁷ Transcrição de parte de entrevista gravada com sitiante do Arapuá em agosto de 2009.

6.2 - O desequilíbrio ambiental e a perda de biodiversidade local e regional

Segundo informação colhida no trabalho de campo com um sitiante, que mora no Distrito de Arapuá há 40 anos, o Horto Rio Verde é a antiga fazenda Sé, que foi uma das primeiras fazendas adquiridas pela Chanflora há cerca de 20 anos, a referida propriedade tem nove mil alqueires.

O sitiante relata que a fazenda Sé possuía um mercadinho, aeroporto e muitas famílias residiam e trabalhavam nessas terras. Atualmente, a paisagem mais comum na fazenda é o monocultivo de eucalipto (Foto 7). Observa-se ainda que se trata de situação comum em todas as áreas com plantio de eucalipto na Microrregião de Três Lagoas.

É possível entender, porque as grandes extensões de terra com plantio de eucalipto são denominadas por entidades ambientalistas de “Deserto Verde”: é verde no alto e de aparência desértica embaixo, ou seja, de reduzida biodiversidade (Foto 7).



Foto 7: Paisagem comum nos Plantios de Eucalipto no Horto Rio Verde em Três Lagoas
Fonte: KUDLAVICZ, agosto de 2010.

A característica dos nossos cerrados não é de matas homogêneas (uma só espécie de planta) (Foto 7). Por isso é questionável a afirmação de que a melhor forma de recuperar as terras degradadas (devido às formas de uso inadequado e destrutivo) do cerrado

brasileiro é plantando matas homogêneas de eucalipto como querem os defensores do setor florestal (PLANO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2009).

Se não basta a diferença escancarada na paisagem entre cerrado e eucalipto para nos convencer dessa substituição criminosa, lembremos as reflexões de Leonardo Boff sobre a tragédia provocada pelo volume de chuvas sobre o Rio de Janeiro e o alerta para o cuidado que precisamos ter com a natureza.

A causa principal deriva do modo como costumamos tratar a natureza. Ela é generosa para conosco pois nos oferece tudo o que precisamos para viver. Mas nós, em contrapartida, a consideramos como um objeto qualquer, entregue ao nosso bel-prazer, sem nenhum sentido de responsabilidade pela sua preservação nem lhe damos alguma retribuição. Ao contrário, tratamo-la com violência, depredamo-la, arrancando tudo o que podemos dela para nosso benefício. E ainda a transformamos numa imensa lixeira de nossos dejetos. Pior ainda: nós não conhecemos sua natureza e sua história. Somos analfabetos e ignorantes da história que se realizou nos nossos lugares no percurso de milhares e milhares de anos⁵⁸.

Um dos indicadores mais visíveis do desequilíbrio ambiental proveniente dos desmatamentos para implantação de pastagens e, mais recentemente, para plantio de eucalipto, é a presença de aves na cidade. A migração de papagaios, periquitos, tucanos e araras ocorre de forma mais frequente a partir do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Também é a partir deste período que os camponeses passam a sofrer ataques mais agressivos dos papagaios em suas lavouras de milho na Microrregião de Três Lagoas.

Olha, de uns anos pra cá [ataque de papagaios]. Isso é devido o que? O desmatamento desordenado, né. Porque os bichos não têm mais o que comer na mata. Então o que eles faz? Eles ataca as propriedades. Por exemplo, as frutas nossas aqui oh, não conseguimos mais colher uma poça, não conseguimos mais colher uma laranja... Manga tem umas meio temporona, eles estão derrubando tudo. Não está sobrando uma. Então é assim, né. É o preço que o homem tá pagando pelo desmatamento, a devastação que ele fez na natureza anterior. Agora tá pagando (Sitiente do Distrito do Arapuá).

Ultimamente as aves estão invadindo os pomares dos camponeses e se alimentando de todas as frutas, inclusive de limão quando não encontram outro alimento. Esse fenômeno também se repete nos perímetros urbanos de outras cidades da região Leste do Estado.

⁵⁸ Artigo "O preço de não escutar a natureza". Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/5484>. Acessado em 18/01/11

Situação apontada pelos camponeses como relativamente recente (a partir de 2000) uma vez que anteriormente, acerca de trinta anos atrás, essa era uma região de muita lavoura. Vejamos o relato de quem vive na região a mais de 30 anos.

[...] Aproximadamente de uns cinco anos pra cá que atacou mesmo [papagaios]. Muito mesmo de uns cinco anos pra cá. Até então não atacava muito. Atacava mas era controlado, agora não tem mais controle. Não tem como. Então a gente aqui planta algum milho, algum produtor pequeno aí planta. Ele tem que fazer uma vigília constante, senão ele não colhe nada. Gasta muito com foguete pra pode espantar. Então é isso aí... É a fome, né. Tem um limão aí daquele limão cravo, daquele limão brabo, eles estão acabando. Acabou a laranja, eles parte para o limão, goiaba... toda fruta. Não deixa nada. (Sitiente do Distrito do Arapuá).

Em 2008 foi realizado, pela professora pesquisadora Rosemeire Aparecida Almeida da UFMS, um experimento de plantio de milho com a finalidade de resgatar sementes crioulas, no Assentamento São Tome, município de Santa Rita do Pardo, na safra 2007/2008. O experimento foi perdido devido ao ataque de papagaios. A pesquisa teve financiamento da Fundect/MS (Foto 8).



Foto 8: Ataque dos Papagaios a uma Plantação de Milho

Fonte: ALMEIDA, 2008.

Mas não apenas as aves estão migrando a procura de comida e trazendo preocupações para as famílias que moram nas comunidades rurais, há também a presença de outros animais. Alguns deles trazem perigo para a segurança das famílias como revela um

morador da região: “os bichos tá vindo na porta de casa pegar as criação da gente. Não tinha isso de primeiro. Tá tendo até onça aqui perto”.

Indubitavelmente esses desdobramentos são parte das conseqüências da ampliação do modelo agrário-agrícola exportador baseado na monocultura com intensivo uso de herbicidas e agrotóxicos que simplificam os ecossistemas e diminuem a biodiversidade. O aumento do desmatamento, inclusive, estimula o crescimento de doenças como da leishmaniose e malária, nas áreas urbanas.

Estas são as reações violentas da natureza em resposta ao desequilíbrio ambiental provocado pelo uso intensivo de químicos e desmatamentos realizados para ampliação dos monocultivos para produção de grãos e, mais recentemente, para agrocombustíveis e celulose/papel.

Apesar dos empresários do setor florestal repetirem na imprensa que as pesquisas encomendas pelo setor demonstram que o plantio de eucalipto não altera o balanço hídrico local, para os camponeses a concepção do processo é outra. Ou seja, eles têm vivenciado durante anos as mudanças provocadas pelo eucalipto e atestam o desaparecimento de nascentes, açudes e lagoas relacionados a essa expansão da monocultura na Microrregião de Três Lagoas (foto 9).

Essa mesma leitura em relação ao desaparecimento de nascentes e açudes é relatada pelo ex-funcionário da empresa IP.

Com certeza tem. Agora a causa eu não sei te dizer, porque eu não sou da área. Mas com certeza tem. Inclusive onde existia um açude, ou seja, um córrego estancado que o fazendeiro usava este açude para tratar do gado, quatro anos após o plantio esse açude estava seco. Então não é um problema de irrigação e sim porque a água, não está sobrando para abastecer os veios d'água para a manutenção dos córregos e também a manutenção dos açudes. Onde tem plantio de eucalipto não tem açude mais. Está tudo seco. (Informação verbal)⁵⁹.

Em saída de campo ao Horto Rio Verde, em agosto de 2010, um morador nascido e criado na região de Arapuá há 40 anos, localiza numa das nascentes que secou (Foto 9).

⁵⁹ Transcrição de parte da entrevista gravada com um ex-funcionário da IP, em agosto de 2009.



Foto 9: Desaparecimento de nascentes no Horto do Rio Verde

Fonte: KUDLAVICZ, agosto de 2010.

O uso intensivo de agrotóxicos, como herbicidas para extrair ervas indesejadas que possam competir com os eucaliptos, provocou na região do Horto do Rio Verde a morte de animais, bem como de árvores que estão preservados por lei como denuncia o relato que segue.

[...] já existia a lei de proibição de corte dos pequizeiros e com a aplicação aéreo matou tudo. Lá do outro lado, lá no município de Brasilândia, lá no final. Na beira do rio Verde, lá em cima. Então lá ocorreu a mortalidade dessas árvores. Das árvores esparsas que era, que é proibido tirar. Antes era corte raso. Tirava tudo e plantava eucalipto. Aí mudou a legislação. Mas por conta desta prática de aplicação aérea houve a mortalidade de áreas de mata de reserva legal. Porque a nuvem de herbicida ia lá e atingia e principalmente aquelas árvores que estava ali no meio. Como o plantio é extremamente, a aplicação do herbicida aéreo é extremamente pulverizado, aquilo matou muitas, muita coisa. Então, do meu ponto de vista é o seguinte, os órgãos ambientais tem de se preocupar em fiscalizar mesmo no início do plantio, porque depois de plantado acabou, já era. (Informação verbal)⁶⁰.

Atualmente, segundo relatos de outros moradores das comunidades de Garcias e de Arapuá, as empresas continuam derrubando as árvores das fazendas onde será plantado o eucalipto, apesar da proibição estabelecida na legislação ambiental.

⁶⁰ Transcrição de parte da entrevista gravada com um ex-funcionário da IP, em agosto de 2009.



Foto 10: Desmatamento realizado no Município de Selvíria ao lado do Projeto de Assentamento Alecrim

Fonte: KUDLAVICZ, 2008.

Há também informações colhidas junto aos camponeses do Assentamento Pontal do Faia, município de Três Lagoas, que denunciaram o uso de pulverização aérea nos plantios de eucalipto, próximo ao assentamento. Os entrevistados não souberam identificar o tipo de agrotóxico, mas foram unânimes em afirmar que no ano de 2010 durante vários dias uma aeronave de pequeno porte sobrevoou a área realizando pulverização.

Complementando o relato dos assentados, obtivemos informação de um trabalhador que atuou na construção da fábrica VCP (atual FIBRIA) de que teria presenciado inúmeras vezes o abastecimento das aeronaves próximo ao parque industrial da VCP/IP - que na época estava em obras.

Porém, durante a saída de campo realizada nas instalações da indústria, em 2010, um dos técnicos da empresa quando questionado se confirmava a prática de pulverização aérea, o mesmo manifestou surpresa. E afirmou desconhecer qualquer ocorrência dessa natureza alegando que a FIBRIA não utiliza pulverização aérea e que a empresa preza pelo respeito à legislação seguindo os preceitos defendidos pelas certificações, em especial no uso de defensivos.

Outra denúncia importante acontece em 2010 colocando em xeque o discurso da FIBRIA de respeito e observância da legislação, porém o denunciante não é um trabalhador ou camponês, mas uma fazendeira da região. Isso ocorre alguns dias após o registro da informação dada pelo técnico da FIBRIA, oportunidade em que insistiu em afirmar

que a empresa tem por princípio zelar pelo respeito à legislação vigente. Neste caso, houve registro da ocorrência por parte da Polícia Militar Ambiental de Três Lagoas que após atender o chamado da fazendeira flagrou um carro da empresa FIBRIA captando água próxima a uma nascente. A polícia aplicou multa de R\$20.000,00 à empresa por não possuir autorização da proprietária e nem licença ambiental para realizar a captação de água⁶¹.

Provavelmente o fato mais grave resultante desse processo de expansão do monocultivo de eucalipto na Microrregião se refere à alta do preço das terras e à concentração fundiária que criam bloqueio à Reforma Agrária.

Segundo o proprietário da Imobiliária Crespo Imóveis, que trabalha no setor há 28 anos, a alta do preço das terras se deve a vários fatores. Entre eles a compra e arrendamento de terras para o plantio de eucalipto, o fracionamento das grandes propriedades, o preço pago acima do valor de mercado, e a valorização das áreas de expansão urbana.

A região do Distrito de Arapuá, distante 50 quilômetros da cidade, sofre uma valorização maior devido à procura de terras para uso como chácaras de lazer, cujo valor do alqueire tem sido negociado entre 20 e 25 mil reais, dependendo das benfeitorias existentes. A especulação ganhou ritmo tão acelerado que houve necessidade de intervenção no mercado de terras por parte das papeleiras. Segundo o proprietário da referida imobiliária: “as empresas compradoras de eucalipto limitaram o valor da compra de terras para áreas acima de 50 quilômetros distantes da sede do município, para viabilizar economicamente o projeto de reflorestamento, no valor máximo de 8 mil a 10 mil o alqueire paulista”⁶².

O cerco com plantio de eucalipto vem ocorrendo no entorno de todos os Projetos de Assentamento da Microrregião. Por exemplo, no caso do Projeto de Assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas, a situação tende a se tornar mais grave, pois a construção da nova indústria de papel e celulose, conhecida como Projeto Eldorado da Florestal Investimentos Florestais S/A, está a pouco mais de um quilômetro do assentamento com a fábrica já em fase de construção.

A foto 11 ilustra de forma eloquente como o plantio de eucalipto faz cerco aos projetos de assentamento e pressiona as famílias assentadas seja no sentido de mudar a atividade num futuro próximo ou até mesmo servir de mão de obra para a indústria. A imagem da foto 11 foi captada no Assentamento Alecrim, município de Selvíria, que não faz parte da Microrregião de Três Lagoas, mas é limítrofe.

⁶¹ Fonte: http://www.pmambientalbrasil.org.br/_noticias/2010/set_2010.htm. Acessado em 12/01/2011.

⁶² Informação verbal dada pelo proprietário da Imobiliária Crespo Imóveis no dia 04/02/10, no seu escritório situado na cidade de Três Lagoas.



Foto 11: Assentamento Alecrim cercado com Plantios de Eucalipto
Fonte: KUDLAVICZ, 04 de julho de 2010.

6.3 - Mudanças no ambiente urbano de Três Lagoas

A partir do momento em que se iniciam as obras para construção da primeira indústria de celulose e papel em Três Lagoas, em 2007, ocorreram alterações no ambiente urbano. Na verdade, essas mudanças já vêm dando sinais na época do anúncio da construção. Por exemplo, a notícia de que as obras estariam gerando 10 mil novos postos de trabalho se espalhou pelo Brasil, centenas de trabalhadores vieram atraídas pelas empreiteiras contratadas da VCP (hoje FIBRIA) e outro número considerável veio por conta própria.

A cidade de Três Lagoas ficou repleta de homens vindos de diferentes estados, aproximadamente 10 mil trabalhadores principalmente da região Nordeste. Apesar de existir uma condicionante do IBAMA que recomendava a construção dos alojamentos antes do início das obras, esta recomendação não foi cumprida em tempo hábil pela empresa. Deram início à construção da fábrica alugando casas, hotéis e pousadas para receber os trabalhadores o que gerou transtorno, ou melhor, uma corrida especulatória no meio imobiliário. Os preços dos aluguéis explodiram na cidade. Muitos hotéis foram utilizados como alojamentos ocasionando sérios problemas para aqueles que vinham a passeio ou a negócio para Três Lagoas, pois dificilmente encontravam vagas nos hotéis.

Mas de todos os desdobramentos que são resultado da implantação do complexo celulose/papel o mais grave dos problemas tem sido o desrespeito aos direitos trabalhistas. A começar pelos alojamentos que representam o local de descanso da força de trabalho.

No caso de Três Lagoas, para baratear os custos com despesas de hospedagem para seus trabalhadores, as empreiteiras superlotavam as residências e os hotéis, deixando os trabalhadores em más condições de higiene. Este fato foi denunciado pela Comissão Pastoral da Terra junto ao Ministério Público do Trabalho⁶³ que criou uma força tarefa, reunindo o Ministério Público do Trabalho, fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e integrantes da Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho⁶⁴ para apurar as possíveis irregularidades cometidas contra os trabalhadores pelas empresas contratadas pela VCP (atual FIBRIA).

Na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra/MS participei dessa força tarefa que tinha como finalidade averiguar as denúncias. No dia 12/02/2008 fomos até um dos alojamentos situado num dos hotéis da cidade.

Constatamos que estavam alojados mais de 400 trabalhadores em quartos com 10 (dez) beliches, sem guarda roupa, sem ventiladores e com ar condicionado quebrado. No local existia uma fossa a céu aberto exalando mau cheiro próximo a cozinha e ao refeitório. Esses também não ofereciam condições adequadas para atender todos os trabalhadores no momento das refeições obrigando-os a tomarem as refeições nos quartos. Segundo depoimentos dos trabalhadores, a situação “já esteve pior” porque houve dias em que jantaram a meia noite.

Nesse hotel estavam principalmente trabalhadores que vieram do Estado do Piauí e trabalhavam para as empreiteiras da empresa Camargo Correa. Houve denúncia de tratamento inadequado por parte dos fiscais da obra, do não pagamento das horas extras, das filas imensas para distribuição da refeição que atrasavam entre meia hora a quarenta minutos o almoço, não sobrando tempo para o descanso.

No dia 13 de fevereiro de 2008 a mesma força tarefa visitou mais alojamentos e constatou situações ainda piores do que as encontradas no hotel visitado no dia anterior. Foram encontrados alojamentos em casas residenciais com homens dormindo nas varandas das casas devido à superlotação dos quartos e com um banheiro a ser usado por mais

⁶³ Representação nº 13/2008 do Ministério Público do Trabalho, procuradoria Regional do Trabalho – 24ª Região/Ofício em Três Lagoas, Relatório.

⁶⁴ Jornal do Povo de Três Lagoas, 14/02/08.

de quarenta trabalhadores. Na reunião com os membros da força tarefa a empresa META, responsável pelo cadastramento dos trabalhadores e dos alojamentos, informou que havia mais de 120 alojamentos na cidade (entre casas residências e hotéis utilizados para este fim) ligados a aproximadamente 250 empresas contratadas pela VCP para a construção da indústria.

Apesar desse trabalho intenso de fiscalização, e de uma série de reuniões realizadas durante os meses de fevereiro a julho entre o Ministério Público do Trabalho e as empresas responsáveis pela obra, as empresas continuaram descumprindo os itens da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-18)⁶⁵. As irregularidades foram constatadas em duas novas ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, coordenadas pela Procuradora Guiomar Pessotto Guimarães e realizadas no mês de maio de 2008. As ações resultaram na interdição de cinco alojamentos das empreiteiras contratadas pela VCP, também denominados de “repúblicas” de trabalhadores⁶⁶.

Nesse ínterim das ações de fiscalização mais freqüentes, ocorrem duas greves num espaço de dois meses. Uma no mês de junho e outra no mês de agosto⁶⁷. Os trabalhadores de mais de 200 empresas terceirizadas, contratadas da VCP e IP, reivindicavam reajuste salarial, pagamento de salários atrasados, melhores condições de trabalho e de moradia, além de folgas maiores. Em suma, aproximadamente 10 mil trabalhadores cruzaram os braços reivindicando melhorias salariais e outros benefícios.

Para a professora da UFMS/Campus de Três Lagoas, Maria Celma Borges, em artigo publicado em agosto de 2008 no Jornal do Povo de Três Lagoas, essas ações dos trabalhadores indicam e merecem reflexão acerca do discurso do progresso que a industrialização estaria trazendo para de Três Lagoas⁶⁸.

É preciso, enquanto homens e mulheres sensíveis a estas questões, estarmos atentos para denunciar em alto e bom tom o quanto o progresso, sem responsabilidade social e políticas públicas voltadas para esta população que aqui chega, torna-se, ao inverso, o atraso, a miséria e opressão. Se a prioridade está centrada não no bem – estar dos trabalhadores, propiciando-lhes condições dignas de trabalho, de vida e de lazer, mas nos dividendos das indústrias, o discurso da “ordem” e do “progresso” necessita ser repensado.

Durante os dois anos (2007 a 2008) de construção das fábricas da IP e da VCP, período em que a cidade recebeu milhares de trabalhadores migrantes, como já dito os

⁶⁵ Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção

⁶⁶ <http://www.prt24.mpt.gov.br/site/index.php/imprensa/noticia/632> Acesso em: 20 de Dez. /12/ 2010

⁶⁷ Fonte: Jornal do Povo de Três Lagoas de 04/06/08 e de 07/08/08.

⁶⁸ Artigo “Ordem e Progresso em Três Lagoas”, publicado no Jornal do Povo de Três Lagoas no dia 31/08/08.

transtornos criados foram imensos. As filas intermináveis se formavam em todos os ambientes de serviços públicos: bancos, lotéricas, correios, hospitais, rodoviária, postos de saúde e tantos outros. A cidade não teve planejamento para receber esse contingente populacional flutuante o que fez com que a população local se deparasse com uma série de impactos sociais, situação que chegou a gerar reações preconceituosas de uma parte da população treslagoense.

Enfim, a chegada das fábricas criou uma expectativa em relação à criação de milhares de postos de trabalho - na sua absoluta maioria temporário, e isso desencadeou a vinda dos trabalhadores estimulados, em grande parte, pela propaganda das próprias fábricas.

Com o término das obras foram contratados diretamente pelas indústrias IP e FIBRIA, aproximadamente 600 operários para trabalhar na produção industrial. A grande maioria retornou para os estados de origem e muitos ficaram na cidade, sendo recontratados por outras empreiteiras que vieram a se instalar posteriormente, seja como empresas terceirizadas da FIBRIA ou de novas indústrias.

Outro aspecto social extremamente importante a ser analisado refere-se ao aumento dos índices de violência e de criminalidade na cidade de Três Lagoas. Estes dados se referem ao período em que foi iniciada a construção das fábricas da FIBRIA e da IP. Não obtivemos dados referentes ao período anterior, pois segundo depoimentos de funcionários da Delegacia de Polícia Civil, os mesmos já haviam sido enviados à capital Campo Grande.

De qualquer forma é possível verificar (Tabela 70) que em quase todas as modalidades de crime houve um aumento de ocorrências. Com relação aos homicídios, do período de 2007 a 2010, há uma média de 27,25 praticados por ano, ou seja, um homicídio a cada 13 dias. A violência doméstica contra a mulher é o que mais se agravou. Em 2010 foram registrados pela Delegacia Regional de Polícia Civil uma média de 2,48 casos por dia. Representa mais que o dobro do que foi registrado em 2007. No cômputo geral das ocorrências, o ano de 2008 é o campeão de registros criminais.

Tabela 73: Dados da Criminalidade em Três Lagoas

Delito	2007	2008	2009	2010
Homicídio doloso	11	40	30	28
Lesão corporal dolosa	489	1.089	802	441
Lesão c. culposa (acidente de trânsito)	564	1.156	532	447
Furto (todas as modalidades)	1.861	2.845	2.492	2.364
Roubo (todas as modalidades)	299	795	617	425
Drogas (uso e tráfico)	137	360	289	268
Estupro	28	29	22	68
Violência doméstica contra a mulher	393	-----*	100**	908
Total das ocorrências	3.782	6.314	4.884	4.949

Fonte: Delegacia Regional de Polícia Civil de Três Lagoas, MS, 2011.

*Não aparece no relatório enviado pela Delegacia Regional de Polícia Civil.

**Somente nos meses de novembro e dezembro.

A imprensa local teve que registrar com destaque o vazamento de gases da indústria da FIBRIA ocorrido em 28 de setembro de 2009, uma vez que a situação gerou muito pânico na cidade de Três Lagoas. Houve casos de pessoas que passaram mal e foram atendidas no hospital devido ao forte odor causado pelo acidente no parque industrial da empresa a uma distância de aproximadamente 25 quilômetros do centro da cidade. Em virtude do pânico, a empresa registrou em nota que: “O cheiro não causa risco ao meio ambiente ou à saúde da população, mas por sua característica desagradável, algumas pessoas podem sentir náusea ou irritação nos olhos”⁶⁹. O fato é que muitas pessoas sentiram-se mal, escolas e faculdades dispensaram os alunos antes do horário previsto para o término do expediente⁷⁰.

Em vista deste acidente a FIBRIA, a fim de evitar novos transtornos, criou, em janeiro de 2010 e oficializou em junho do mesmo ano, a Rede de Percepção de Odor (RPO), reunindo 77 voluntários da comunidade capacitados para este fim. Segundo informação da empresa, veiculada em seu site, esses voluntários terão a função de “registrar e transmitir à empresa informações sobre percepção de odores do processo industrial. A rede conta com moradores de diferentes pontos da cidade que, após o treinamento e a familiarização com os odores da fábrica, deverão entrar em contato com a FIBRIA se forem percebidas alterações do ar”⁷¹. Fazem parte da RPO funcionários públicos de diversos órgãos, Defesa Civil, funcionários da FIBRIA, moradores e Ecoagentes de Brasilândia e Três Lagoas.

⁶⁹ <http://www.perfilnews.com.br/noticias/?id=176160>. Acessado em 08/10/2009

⁷⁰ http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=13398

⁷¹ http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010jun18_1.htm. Acesso em: 22 de Dez. 2010.

Essas mudanças no ambiente urbano como a especulação imobiliária, segregação espacial, movimento de carretas no perímetro urbano, extinção de certas atividades (como a casa do produtor), adequação de outras atividades (como as borracharias que perderam parte da clientela), aumento de novas atividades (como os restaurantes), geram efeitos diferentes de acordo com a posição socio-econômica do cidadão.

Há um grupo que entende esse momento como propício para auferir maiores lucros, no caso os donos de restaurantes que oferecem refeições para os trabalhadores das empresas, os donos do comércio que aumentam suas vendas, os donos de imobiliárias que especulam com os aluguéis dos imóveis urbanos, entre outros. Mas a maioria da população sofre com a explosão dos aluguéis e a valorização das terras urbanas, bem como a precarização dos serviços públicos que não foram planejados para receber os milhares de trabalhadores que veem para trabalhar na construção das fábricas.

A vinda desses migrantes nordestinos aflorou o preconceito em relação a estes brasileiros denominados pejorativamente de “cabeças chatas”, de “paraíba”⁷² e vistos por muitos treslagoenses como os responsáveis pelo aumento da criminalidade na cidade. Leitura questionável uma vez que a polícia atribui grande parte dos delitos desse período aos marginais residentes na cidade, velhos “clientes” da delegacia que aproveitam o alvoroço do momento e as dificuldades de fiscalização do efetivo policial cujo crescimento não é proporcional ao aumento populacional⁷³.

Quanto às atividades comerciais que tiveram que se adequar citamos, a título de exemplo, o caso das borracharias da cidade de Três Lagoas. Segundo informação verbal do proprietário da Borracharia Bonanza Recuperadora de Pneus LTDA/ME⁷⁴, hoje a clientela é outra. Anteriormente tinham vários clientes (fazendeiros) e hoje se resume em um: as reflorestadoras. Se há oito anos cobravam R\$ 700,00 por um serviço de conserto de pneu de trator, hoje ganham algo em torno de R\$550,00 a R\$600,00. São essas novas empresas que determinam o preço.

Alega o entrevistado que as fazendas geravam mais serviços na borracharia. Por exemplo, uma fazenda produtiva tinha no mínimo três tratores, mais carreta, caminhonetes, caminhão e como eram dezenas de fazendas, o lucro era maior. Um fato que complica o oferecimento desse serviço para as reflorestadoras é que essas exigem que o estabelecimento tenha empresa aberta, ou seja, precisa estar organizado juridicamente. Além

⁷² Artigo “Ordem e Progresso em Três Lagoas” publicado no Jornal do Povo de Três Lagoas, 31/08/08.

⁷³ Editorial “Abaixo o preconceito”, Jornal do Povo de Três Lagoas, 23/02/08.

⁷⁴ Informação verbal colhida junto ao proprietário da Borracharia Bonanza Recuperadora de Pneus LTDA/ME, no dia 10/03/10.

disso, para entrar no campo onde estão as máquinas e prestar o serviço a borracharia tem que usar EPIs. Aqueles prestadores de serviço que não tiveram condições de se reorganizar de acordo com a exigência das empresas de plantio de eucalipto foram prejudicados porque os serviços que prestavam para as fazendas diminuíram significativamente. Segundo o informante, 50% dos seus antigos clientes (fazendeiros) arrendaram as terras para o plantio de eucalipto.

No Capítulo cinco quando falamos do processo acelerado de industrialização de Três Lagoas, afirmamos também que a vinda da fábrica da FIBRIA e da IP criou uma “elite” de operários, vindos em parte do Estado de São Paulo e Espírito Santo. Pois estes auferem salários muito acima do valor daqueles praticados com a maioria dos funcionários. Este fato liga-se a outro que é a construção das vilas urbanas construídas especialmente para atender essa “elite” de trabalhadores.

Segundo informação verbal de uma senhora que presta serviços domésticos como autônoma⁷⁵ e já trabalhou também como chefe de cozinha na Metalfrio, contratada pela empresa terceirizada SODEXO, os salários pagos pelas indústrias de Três Lagoas aos trabalhadores oscila entre R\$500,00 e pouco mais de R\$600,00. Enquanto que na FIBRIA e na IP há função em que o operário ganha acima de R\$2.000,00 mensal. Já o salário dos diretores e chefias varia de R\$30 a R\$80 mil, como informou um funcionário da FIBRIA que trabalha no setor de recursos humanos. Esses inclusive residem no Condomínio fechado “Residencial Alto dos Ipês”.

Para moradia dos seus funcionários da escala intermediária a FIBRIA construiu vilas próprias. Uma delas tem aproximadamente 180 casas (Foto12 e 13). Esses imóveis não são doados, os funcionários os adquirem e as prestações são descontadas de seus proventos.

⁷⁵ Informação verbal de uma prestadora de serviços domésticos nas residências dos funcionários da IP, dada no dia 16/06/10.



Foto 12: Residência construída pela Fibria para seus funcionários em Três Lagoas
Fonte: KUDLAVICZ, 10 de março de 2010.

Um dos grandes beneficiários da construção dessa vila (Foto 12) foi o ex-proprietário das terras, pois o terreno estava há mais de 40 anos subutilizado, conforme informação verbal⁷⁶ da proprietária de uma casa cujo terreno foi comprado há 44 anos do mesmo proprietário. Ela é dona da residência que se encontra ao lado das residências construídas pela FIBRIA, (Foto 13).



Foto 13: Vila Residencial dos Funcionários da FIBRIA Três Lagoas
Fonte: KUDLAVICZ, janeiro de 2011.

⁷⁶ Informação verbal da proprietária do imóvel, colhida em 10/03/10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que realizamos como intuito de compreender a dinâmica no uso e ocupação da terra na Microrregião de Três Lagoas, bem como seus desdobramentos aponta para algumas certezas e também para questões polêmicas, pois, que, a verdade é uma construção histórica e em torno dela há disputas de concepções de mundo e projetos de sociedade.

De modo particular descrevemos uma série de impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais que já estão ocorrendo como decorrência da instalação das indústrias de celulose e papel que requerem uma grande quantidade de matéria prima que é a madeira de eucalipto.

Para Coelho o impacto é, ao mesmo tempo, produto e produtor de impactos:

Impacto ambiental é o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/o construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente.
[...] Impacto ambiental é indivisível. No estágio de avanço de ocupação do mundo, torna-se cada vez mais difícil separar impacto biofísico de impacto social. Na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas. Como um processo e movimento permanente, o impacto ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos. (COELHO, 2001, p.24-25).

Concordamos com Coelho que o estudo fragmentado dos impactos ambientais, classificando em físicos e sociais, negativos e positivos, resulta numa compreensão equivocada da realidade, porque “o que é positivo para uma classe social pode não ser para outra ou o que é positivo num momento do processo pode não ser em outros” (COELHO, 2001, p. 35).

Analisando os dados dos Censos Agropecuários do IBGE no III Capítulo pudemos identificar que um dos impactos da expansão do plantio de eucalipto é a redução significativa da produção de alimentos no Estado de Mato Grosso do Sul e, de modo particular, na Microrregião de Três Lagoas. E não somente a redução na produção, mas conseqüentemente a diminuição do valor produzido em reais de acordo com os dados do último Censo Agropecuário (2006). Criam-se também obstáculos para a realização da Reforma Agrária, situação que serve para fortalecer uma classe historicamente privilegiada, os grandes proprietários de terra.

Verificamos ainda a partir dos dados do IBGE que a produção e produtividade do agronegócio sulmatogrossense pode ser questionada quando comparamos sua produção com os financiamentos obtidos. Certamente é em vista dessas contradições que para Machado (2009), engenheiro agrônomo e doutor em agronomia, professor aposentado da UFRGS e UFSC e ex-presidente da Embrapa, o agronegócio brasileiro está falido.

A catástrofe ambiental, social, econômica, e política que o paradigma do agronegócio – produções vegetal e animal – está produzindo, no Brasil, através das monoculturas vegetais e animais: soja, cana-de-açúcar, eucalipto, *pinus* e confinamentos de bovinos, suínos e aves, produzindo alimentos contaminados e contaminando o ambiente: enfim, do agronegócio, absolutamente falido em termos financeiros, sociais e ambientais. Não fosse o subsídio de 100 bilhões de reais que o governo, anualmente injeta no sistema, com prazos de até 40 anos e juros ridículos, certamente os produtores do agronegócio não sobreviveriam (MACHADO, 2009 p. 244).

Quanto ao uso de agrotóxicos, Caporal⁷⁷ afirma que “no ano que passou (2008) fomos felizes consumidores de 3,9 toneladas de veneno agrícola por habitante” (2009, p. 273). É um dado muito preocupante porque indicador de que a agricultura baseada no sistema de monocultivos em grande escala não consegue produzir a não ser com uso intensivo de produtos químicos (agrotóxicos, adubos químicos, herbicidas) que envenenam o solo, diminuem a biodiversidade, fatores de desequilíbrio ambiental. Além do tempo do capital não respeitar o tempo da natureza, gerando os desastres que assistimos cotidianamente.

Na ânsia de acumular as indústrias de celulose e papel investem em pesquisas continuamente, produzindo maior volume de massa e em menor espaço de tempo⁷⁸. Em 1980 a produtividade do eucalipto era de 24 m³/ha/ano, já em 2009 subiu para 42,2 m³/ha/ano. Entendemos que para este aumento de produtividade a planta do eucalipto precisa captar mais energia solar e água, para através da fotossíntese transformar em maior volume de madeira. Isto serve também para as culturas de soja e milho, produtos agrícolas de exportação⁷⁹. Estudos recentes demonstram que os países que exportam produtos agrícolas também exportam um volume considerável de água que é necessária para tal produção.

Segundo alguns estudos, a circulação de água virtual tem aumentado com o crescimento das exportações. Se estima que 67% da água virtual que circula

⁷⁷ Francisco Roberto Caporal é engenheiro doutor em Agroecologia, Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR, cedido para o MDA. - Ministério de Desenvolvimento Agrário.

⁷⁸ A tabela 67 do Capítulo IV ilustra esta nossa afirmação.

⁷⁹ O professor Antonio Thomaz Junior discute em maior profundidade o interesse das grandes empresas pelo uso do território com maior disponibilidade de água em seu texto **O Agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**, na Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 92-122, agosto de 2010.

está relacionada com a exportação de grãos (ou outros alimentos). Estudo de Hoekstra e Hung (apud Pengue, 2008), informa que o Brasil é o décimo exportador líquido de *água virtual*, o que significa mais um custo ecológico não considerado em nossa economia. Os estudos sobre *água virtual* poderiam contribuir para uma estimação da exportação de água doce que está embutida e não contabilizada em nossas exportações de *comodities* (CAPORAL, 2009 p. 286, grifo do autor).

Em vista do que apresentamos ao longo de todos os textos fica a pergunta: a quem beneficia este modelo de desenvolvimento?

A expansão do plantio de eucalipto e o estabelecimento das indústrias em um determinado lugar/região são necessidades do capital e não da sociedade como um todo. O mesmo se aplica na concepção de “vocação florestal”, nosso entendimento é de que não há terras com voca o florestal para planta es homogêneas. Há, sim, terras de maior interesse do capital para aumentar os seus lucros explorando os recursos naturais do lugar onde ele se territorializa, diminuindo a produ o de carne e alimentos, esvaziando o campo de gente, degradando o ambiente, estimulando o consumismo para justificar sua necessidade de expansão.

Procuramos demonstrar nesse trabalho que a vinda de indústrias para Três Lagoas e, de modo particular, as indústrias de celulose e papel tem alterado profundamente o uso e ocupa o do solo gerando uma série de impactos tanto na área rural como urbana. As terras do município que já produziram arroz, feijão, milho, café, deixaram de produzir comida para agora ter seu uso prioritário definido pelos interesses das indústrias de papel e celulose. A partir principalmente das entrevistas com os camponeses, demonstramos que este modelo, ao mesmo tempo em que gera um número de empregos na área rural também produz um grande  xodo, cuja soma tem sido negativa uma vez que os empregos criados são em sua grande maioria temporários. O desequilíbrio ambiental é sentido tanto pelos camponeses como por aqueles que moram na cidade. Pode-se afirmar que a Microrregião caminha a passos apressados para se transformar num deserto verde. Deserto porque sua biodiversidade está sendo reduzida e simplificada ao mesmo tempo.

Enfim, como afirmamos na introdu o desse trabalho, o estudo buscou debater o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola engendrado a partir dos incentivos governamentais   expansão do monocultivo de eucalipto em Mato Grosso do Sul, principalmente para a produ o de celulose, papel e carvão.

A frase **“Dinheiro nasce em árvores. Entenda os principais e mais lucrativos modelos de investimentos em florestas”**⁸⁰ é parte do título do artigo informativo de uma renomada empresa de consultoria florestal e tem muito a dizer em relação às transformações ocorridas quanto ao uso e ocupação da terra nas últimas duas décadas na Microrregião de Três Lagoas.

Este título é demasiadamente revelador dos interesses do setor florestal brasileiro em ganhar dinheiro usando o discurso de que as plantações homogêneas de árvores são florestas e que elas representam a recuperação de áreas degradadas e a preservação ambiental.

Uma coisa é o consenso a respeito da importância de se preservar florestas para assegurar a biodiversidade e o equilíbrio ambiental na natureza. Outra é defender o monocultivo de árvore como floresta e os empresários do setor como benfeitores da natureza, ocultando assim o interesse principal que é equiparar a natureza a uma mercadoria que tem rendido muitos dividendos financeiros a um seleto grupo de burgueses.

Nessa direção tem contribuído muito o conceito de “Terras de Vocação Florestal” atribuído para a Microrregião de Três Lagoas, conceito recentemente elaborado pelos consultores da STCP atendendo a solicitação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como critério principal de sua identificação a declividade do terreno não ser maior que 8% e menor que 30%.

De acordo com o estudo, as TVF são aquelas terras que, devido suas características físicas de solo, topografia e pluviosidade, deveriam ser mantidas com cobertura florestal, ou outro uso sustentável, que evite a ocorrência de externalidades negativas associadas ao solo e água⁸¹.

Não podemos desconhecer que este processo de acumulação está articulado globalmente. Vivemos um processo muito rápido do fluxo de informações que possibilita tomar conhecimento de fatos que ocorrem em qualquer parte do planeta terra em tempo real fruto dos avanços da tecnologia informacional. De forma semelhante, a economia globalizada nos permite usufruir das invenções/criações realizadas tanto nos países asiáticos quanto nos países europeus. No entanto, ao mesmo tempo em que circulam as informações, as invenções tecnológicas, também circulam as mercadorias, por isso cada vez mais tem sido importante

⁸⁰ Título de artigo da STCP publicado no Informativo, nº 12/2008 /2009, ISSN - 1807 -56499, p. 04.

⁸¹ INFORMATIVO, nº 12/2008 /2009, Issn 1807-56499, p. 33. Disponível em: <http://www.stcp.com.br/arquivos/50.pdf>. Acesso em: 22 de jan. de 2010.

discutir a intencionalidade das ações e objetos, pois dela depende o resultado positivo ou negativo da técnica.

Seguindo essa premissa, a pesquisa ora desenvolvida entende que o processo de globalização não é acessível da mesma forma e na mesma intensidade a todos os seres humanos e em todos os lugares. Há lugares que se beneficiam mais das tecnologias, o mesmo ocorrendo com os grupos sociais, situação evidenciada no caso em estudo nessa dissertação.

Para terminar - abrindo o debate na esperança de um novo vir a ser - registro que houve manifestações concretas de entidades no município de Três Lagoas no sentido de se posicionar contrárias a esse processo que aqui chamamos de eucaliptização. Nesses eventos foram distribuídos folhetos para a população como, por exemplo, o manifesto intitulado: “Eu não como eucalipto”. Este manifesto foi subscrito por várias entidades, buscou-se alertar a população quanto às conseqüências futuras da expansão descontrolada do plantio de eucalipto. Como parte dessas manifestações de resistência, escrevi artigo divulgado na imprensa onde apontei que com muito menos recursos do que os liberados ao complexo celulose/papel é possível gerar mais emprego por meio da Reforma Agrária.

Com 500 milhões de reais (o que equivale a 1/6 do valor que a Internacional vai aplicar para gerar mil empregos diretos) é possível assentar 5 mil famílias de Sem Terra a um custo de 100 mil por família, em lotes de 15 a 20 hectares de terra. Isto significa geração de 20 a 25 mil empregos. Sem monocultura, sem resíduos químicos e sem destruir a biodiversidade da região. Ou seja, com um custo ambiental baixíssimo. O contrário manifesto distribuído junto à população⁸².

Uma atividade que teve repercussão significativa em Três Lagoas e região foi o “Seminário sobre os impactos sociais e ambientais do monocultivo”, realizado em 2008 com a participação de vários movimentos sociais e sindicais, e a presença de mais de trezentas pessoas.

Este seminário evidenciou que uma parte da população de Três Lagoas não quer esse modelo de desenvolvimento baseado nas plantações de eucalipto para a produção de celulose e papel com vistas à exportação porque para essa parcela organizada da população **“Este Modelo é Insustentável” (grifo nosso).**

O próximo passo parece ser a luta pelo limite do cultivo de eucalipto, luta que acreditamos poder contribuir hoje com essa dissertação.

⁸² Texto intitulado: “A Internacional Paper e o mito do progresso a qualquer custo”, de Miecleslau Kudlavicz, divulgado em dezembro de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. ***Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.*** São Paulo, USP, 2001. (Tese Doutorado em Geografia).

ABREU, Silvana de. ***O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas regionais de desenvolvimento,*** Comunicação; Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

ALCÂNTARA, Denílson Moreira de. ***Fundo de Pasto: um Conceito em Movimento,*** Anais do ANPEGE. Curitiba, 2009.

ALIMONDA, Hector. ***Buscando una herencia en Comala (Apuntes sobre Ecología Política latinoamericana y La tradición marxista),*** s/d, mimeografado.

ALMEIDA, Rosemeire, A. ***(Re)criação do campesinato, identidade e distinção. A luta pela terra e o habitus de classe.*** Editora UNESP, Presidente Prudente, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). ***A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.*** Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. ***Fundamentos Teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações,*** Geografia. Londrina, v. 2, nº 2, p. 113-127, julho/dezembro 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. ***O conceito de classe camponesa em questão.*** Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, V. 2, N. 21, p. 73-78, 2003

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. ***Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade.*** VIII Encontro Nacional da ANPEGE, Curitiba, 28 de setembro a 02 de outubro de 2009.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. ***A territorialização do agronegócio do eucalipto na Região Leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à Reforma Agrária,*** Texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia/ENG, em Porto Alegre – 25 a 31/07/2010

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. ***A questão agrária e o capitalismo.*** Ed. Paz e Terra, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (ABRAF). ***Anuário Estatístico da ABRAF. Ano base 2009,*** ISSN 1980-8550, Brasília, 2010. Disponível em pdf: www.abraflor.org.br.

BARCELLOS, Gilsa Helena; FERREIRA, Simone Batista. **Mulheres e Eucalipto. Histórias de Vida e Resistência.** Edição: Hersilia Fonseca, ISBN: 978-9974-8030-3-9, dezembro de 2007. Disponível em PDF: <http://www.wrm.org.uy>. Acessado em 18/11/2009

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.

BECKER, K. Bertha&EGLER, Cláudio A. G. **Brasil Uma Nova Potencia Regional na Economia – Mundo.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 89-122.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A dialética e a Geografia Agrária na obra de Oriovaldo Umbelino de Oliveira.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez M. e SUZUKI, Julio Cezar (org.). **Geografia Agrária.** Teoria e poder. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2007.

BRANDT, Marlon. **Uso Comum e Apropriação da Terra no Município de Fraiburgo-SC: do contestado à colonização.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Geografia Florianópolis, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Brasília (DF): Diário Oficial, 06.12.1974

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Panorama setorial:** setor florestal, celulose e papel. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/04.pdf . Acesso em: Jun. de 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL **O setor de celulose e papel – Histórico–Thais.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/200212_17.html. Acesso em: dez. de 2002

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTOS ECONOMICO E SOCIAL. **Panorama Setorial: Setor Floresta, Celulose e Papel.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Livro/200706_5.html. Acesso em: 2007

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Indústria Brasileira de Celulose e Papel Necessidade de Investimentos.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/199603_1.html. Acesso em: mai. de 1998

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Celulose de Mercado.** Disponível:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/200104_3.html. Acesso em: 2001

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **A Década de 90: Mercado de Celulose.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Relatos_Setoriais/200104_4.html. Acesso em: Abril de 2001.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **A Trajetória de Crescimento dos Principais Produtores Brasileiros de Papel e Celulose - 1970/94.** Disponível: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais. Acesso em: março de 1996.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL **A Reestruturação do Setor de Papel e Celulose.** Disponível: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/199910_21.html. Acesso em: Set. de 1999.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Indústria brasileira de celulose e papel necessidade de investimentos, maio de 1998.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/r_03_98p.pdf

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de Uso Comum no Brasil:** um estudo de suas diferentes formas. Tese de doutorado em Geografia Pela USP. São Paulo, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.** In. SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**, São Paulo: Expressão Popular, 2009

CANCLINI, Nestor Garcia. **La Globalizacion: productora de culturas híbridas?.** Mimeografado.

CARAVACA, Inmaculada; GONZÁLEZ, Gema; SILVA, Rocío. **Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial.** Revista EURE ,Vol. XXXI, Nº 94, pp. 5-24, Santiago de Chile, 2005.

CARAVACA, Inmaculada; MÉNDEZ, Ricardo. **Trayectorias industriales metropolitanas: nuevos procesos, nuevos contrastes.** Revista EURE. Vol. XXIX, Nº 87, pp. 37-50, Santiago de Chile, septiembre 2003.

CODESSUL (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL). **O Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul. Uma opção de investimento.** Campo Grande, julho de 1985. Cartilha.

COELHO, Maria Célia Nunes. *Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa*, In. GUERRA, Antonio J. Teixeira, Cunha, Sandra Baptista da. (Orgs.). *Impactos Urbanos no Brasil*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 92: Luta e sonho na terra*. Goiânia, Edições Loyola, março de 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Lei Nº 1.458, de 14 de Dezembro de 1993*. Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Lei Nº 1.488, de 03 de Maio De 1994*. Concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Lei Nº 3.608, de 19 de Dezembro de 2008*.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *DECRETO Nº 7.508, de 23 de novembro de 1993*. Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Atividade Florestal, e dá outras providências.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *DECRETO Nº 7.808, DE 25 DE maio de 1994*. Regulamenta a Lei nº 1.458, de 14 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Decreto Nº 12.550, de 9 de Maio de 2008*. Dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Decreto Nº 12.571, de 20 de Junho de 2008*.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Decreto Nº 12.697, de 6 de Janeiro de 2009*.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Resolução SEMA/MS/Nº 009, de 19 De Abril de 1994*. Disciplina o licenciamento ambiental de atividade florestal.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SEMA/MS/Nº 011, de 27 de Setembro de 1994.** Disciplina os procedimentos para a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SEMAC/MS nº 17 de 20 de dezembro de 2007.** Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas.** Relatório final, Campo Grande, março de 2009.

FASE-ES (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E SOCIAL/EQUIPE ESPÍRITO SANTO). **O Caso Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade,** Espírito Santo, 2003. Cartilha.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. **Censo agropecuário 1975, 1980, 1995/96 e 2006.**

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 07-47.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Proposta Editorial Ltda., São Paulo, 3ª edição, 1980.

KROPOTKIN, Pedro. **A Conquista do Pão.** Edição da “Organização Simões”, Rio, 1953.

KROPOTKIN, Piotr. **El Apoyo Mutuo.** Disponível em: <http://bivir.uacj.mx/LibrosElectronicosLibres/Autores/PedroKropotkin/Kropotkin,%20Pedro%20-%20El%20apoyo%20mutuo.pdf>. Acesso em: Acessado em 26 de abril de 2010.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção.** In.: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica,** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAILLAT, Denis. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, Vol. 3, N. 4, p. 9-16, Mar. 2002.

MARCOS, Valéria de. **Comunidade Sinsei (U)Topia E Territorialidade**. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia d USP. São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do Atraso. Ensaios da Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MÉNDEZ, Ricardo. **Inovação e redes de cooperação para o Desenvolvimento Local**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local Campo Grande, Vol. 2, N. 3, p. 37-44, Campo Grande, Set. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Programa Mato-grossense de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO. Projeto de Assistência Técnica, Associação de Crédito Rural de Mato Grosso**. ACARMAT 1975/77 (Associação de Crédito Rural de Mato Grosso), mimeo.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Fábricas de Celulose. Da Monocultura a Poluição Industrial**. Edição: Hersilia Fonseca, ISBN: 9974-7782-2-0, abril de 2005. Tradução: María Isabel Sanz, Silvia Pérez Amato, Luciana Bruzzone. Disponível em PDF: <http://www.wrm.org.uy>. Acessado em 18/11/2009.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Plantações de Eucalipto e produção de Celulose. Promessas de Emprego e Destruição de Trabalho. O caso Aracruz Celulose no Brasil**. Coleção do WRM sobre plantações/nº2, Montevidéu, Uruguai, maio de 2005.

NETTO, Sebastião P. G. de Cerqueira, MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. **Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?** Campo-Território: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999, p.63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no Campo Brasileiro**. In. CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, P. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo. Revista Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século**

XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. ***Agricultura camponesa no Brasil.*** São Paulo: contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. ***O modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária..*** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. ***Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos.*** XII Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL 2009, ISBN 978-9974-8194-0-5, Montevideo.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ***A Questão Agrária e o Campesinato: Um Retorno aos Clássicos.*** Caderno Prudentino de Geografia, nº 19/20, Geografia, Movimentos Sociais, Natureza AGB - novembro de 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ***Por uma geografia dos camponeses.*** Editora UNESP, São Paulo, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org.). ***Campesinato e territórios em disputa.*** Editora: Expressão Popular, São Paulo, 20087

PELEGRINI, Bernardo, SAN MARTIN, Paulo José. ***Projeto JICA.*** 2ª Edição, Londrina, editora PRUFAL – COFO, [197?].

PENIDO, Marina de Oliveira. ***Conflitos de territorialidades em cana brava/norte de Minas: Eucalipto para quê? Para quem?*** Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, julho de 2010, ISBN 978-85-99907-02-3.

PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS. ***Lei nº 1.429 de 24 de dezembro de 1997.*** Dispõe sobre a concessão e incentivos para instalação de indústrias no município de Três Lagoas e dá outras providências.

PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS. ***Lei nº 1.955 de 21 de fevereiro de 2005.*** Altera dispositivos da lei nº 1.429 de 24 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a concessão para instalação de indústrias no município de Três Lagoas e dá outras providências

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS/SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ***Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados.*** Relatório Final de Consultoria, Brasília, Março 2005

RAMOS, Ivone e BONILLA, Nathalia. ***Mujeres, Comunidades y Plantaciones: Testimonios sobre un modelo florestal social y ambientalmente destructivo.*** colección del WRM sobre

plantaciones nº12, ISBN: 978-9974-8030-5-3, outubro de 2008, Edición: Hersilia Fonseca, Movimiento Mundial por los Bosques. Disponível em PDF: <http://www.wrm.org.uy>. Acessado em 18/11/2009.

RIZZI, F. A internacional comunista e a questão camponesa. In: HOBBSBAWN, e. j. (ORG.) ***História do Marxismo***. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 2ª. Ed., p. 219-247

SAMPAIO, Fernando dos Santos, BROIETTI, Marcos Henrique, MEDEIROS, Marlon Clovis Medeiros. ***Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira; Acumulação e Relações de Trabalho***. Florianópolis, Caderno Geográfico nº 11/ maio de 2005 – UFSC,

SANTOS, Milton. ***A Natureza do Espaço***. 2ª editora Hucitec, São Paulo, 1997

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***Um discurso sobre as ciências***. São Paulo: Cortez 2010.

SHANIN, Teodor. ***La Classe Incómoda. Sociologia política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)***, editora Alianza Editorial, Madrid, 1983.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org.). ***Campesinato e territórios em disputa***. Editora; Expressão Popular, São Paulo, 2008.

SILVA, Édima Aranha. ***O Processo Produtivo do Carvão Vegetal***. Um estudo em Mato Grosso do Sul. Tese de doutorado do programa de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Ivonete Gonçalves de e OVERBEEK, INFRIDUS (ORGs.) ***Violações Socioambientais promovias pela Veracel Celulose, Propriedade da Stora Enzo e Aracruz Celulose.: uma história de ilegalidades, descaso e ganância***, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2003.

SOUZA, Roberto Martins de. ***Mapeamento Social do Faxinais no Paraná***. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/direitoshumanos/docs/isad/faxinal/art01.doc>. Acesso em out. 2009.

SPÓSITO, Eliseu Savério. ***Geografia e Filosofia, contribuição para o ensino do pensamento geográfico***. Ed. UNESP, Presidente Prudente, 2004.

STCP. ***Terra de Vocação Florestal: uma nova perspectiva de política para o setor***, Informativo nº 12 /2008/2009, ISSN/807-5649, p. 34-39. Disponível em: www.stcp.com.br. Acessado em 017/02/2010.

TAVARES, Luis Almeida. ***Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum***. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos), Volume 2 (textos do autor), Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/iniciar.html>. Acesso em 14 de Dez. 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. *O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI*. Revista Campo-Território. Vol. 5, N. 10, p. 92-122, Ag. 2010.

VEIGA, José Eli. *A face territorial do desenvolvimento*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

WOODKOC, George. *História das idéias e movimentos Anarquistas*. Vol. I A IDEIA, L&PM Editores, Porto Alegre, 2007.

WOODKOC, George. *História das idéias e movimentos Anarquistas*. Vol. 2 O MOVIMENTO. L&PM Editores, Porto Alegre, 2006.